



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

MARIA DO SOCORRO DA CONCEIÇÃO CARDOSO

**PESCADORES DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE SOURE:
Práticas sociais no território**

**Belém-Pará
2014**

MARIA DO SOCORRO DA CONCEIÇÃO CARDOSO

PESCADORES DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE SOURE:

Práticas sociais no território

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA, da Universidade Federal do Pará – UFPA, para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Heliana Baía Evelin Soria

Co-orientadora: Profa. Dra. Rosa Elizabeth Acevedo Marin.

**Belém-Pará
2014**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Cardoso, Maria do Socorro da Conceição, 1968-
Pescadores da reserva extrativista marinha
de soure: práticas sociais no território /
Maria do Socorro da Conceição Cardoso. - 2014.

Orientadora: Heliana Baía Evelin Soria;
Coorientadora: Rosa Elizabeth Acevedo
Marin.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal
do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicada,
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social,
Belém, 2014.

1. Pesca artesanal - Soure (PA). 2. Reserva
Extrativista de Recursos Naturais de Soure (PA).
3. Pesca - Soure (PA). 4. Recursos pesqueiros -
Soure (PA). I. Título.

CDD 23. ed. 639.2098115

MARIA DO SOCORRO DA CONCEIÇÃO CARDOSO

PESCADORES DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE SOURE:

Práticas sociais no território

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - ICSA, da Universidade Federal do Pará - UFPA para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Belém, 29 de agosto de 2014.

Banca Examinadora:

Professora Dra. Heliana Baía Evelin Soria - Orientadora

Professora Dra. Rosa Elizabeth Acevedo Marin – Co-orientadora

Professora Dra. Nádia Socorro Fialho Nascimento - Examinadora Interna

Prof. Dr. Armando Lírio de Souza - Examinador Externo

À memória de meus avós maternos, Raimunda Teles da Conceição e Deoclécio Martins Cardoso, pelos cuidados e aprendizado, assim como, de minha tia, Maria das Graças Teles da Conceição. Minhas referências de vida do passado e do presente, pelas ações e palavras nunca esquecidas e comprovadas ao longo do tempo.

AGRADECIMENTOS

A leitura de teses e dissertações ensina que a elaboração destes trabalhos acadêmicos não é uma tarefa individual. Todos os autores têm razão. Trata-se de uma tarefa coletiva, assim, não posso esquecer o apoio dos colegas e profissionais que antecederam a minha aprovação no mestrado e que me motivaram a retornar à academia e finalizar este estudo. Primeiramente, agradeço, pelo apoio e aprendizado, ao Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, na pessoa do Professor Alfredo Wagner Berno de Almeida e à minha co-orientadora, Professora Rosa Elizabeth Acevedo Marin, que vem acompanhando a minha trajetória de estudo desde a especialização. Hoje posso dizer que estou mais madura em termos acadêmicos e com uma melhor compreensão da vida e para a vida em sociedade. O *habitus* na academia, fez-me chegar até aqui. De importância fundamental para a minha tranquilidade e equilíbrio nessa etapa da vida de estudo, agradeço à minha orientadora, Heliana Baía Evelin Soria, pela paciência, conselhos acadêmicos, leitura do trabalho e sugestões, contribuindo para uma melhor apresentação e fundamentação. A Prof^a Heliana Soria e a Prof^a Rosa Marin formaram uma dupla completa, demonstrando-me o quanto é importante essa relação de parceria professor-aluno. À Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFPA, na pessoa do Pró-Reitor Prof. Emmanuel Tourinho e da Diretora de Pós-Graduação Iracilda Sampaio, pela atenção e compreensão aos pleitos dos alunos junto a CAPES, assim como, aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e ao Centro das Ciências Sociais, em especial aos da Antropologia permitindo-me a interdisciplinaridade do conhecimento de fundamental importância quando se estuda o campo ambiental. Também não poderia deixar de esquecer às colegas que me deram força antes da aprovação no mestrado, pelos empréstimos de material e dicas para a prova. São vocês, assistentes sociais Gisele Cacela e Sandra Smith. Do mesmo modo, agradeço em nome da Turma, aos colegas do mestrado: Marina Dalmácio e Gleidson Pantoja pelas conversas descontraídas e conselhos. Jamais poderia esquecer aqueles colegas que falam pouco, mas que têm sido práticos. Agradeço à colega do Grupo da Nova Cartografia e Professora, Rita Costa, cujas observações sempre eram de ânimo para que eu voltasse a estudar e durante a fase mais difícil do mestrado tem sido cordial às minhas indagações de estudante; e ao

Roberto Oliveira, que fez as correções do trabalho, sugestões e formatação inicial. Ao Justo Soria pela correção do abstract e Otávia Castro pela revisão do trabalho completo. À Professora Cristiane Braga pela ajuda na estatística dos dados, empréstimo de material de estudo e conselhos. Aos geógrafos Marcos Vinícius e Walter Rodrigues pela cartografia e arte do mapa e carta-imagem, assim como ao Thiago Sabino pela elaboração do mapa preliminar. Outrossim, ao geógrafo Eneias Guedes pelas conversas produtivas e materiais acadêmicos disponibilizados. E na caminhada da prática da pesquisa auxiliando diretamente e contribuindo para que as famílias pudessem reivindicar seus direitos, esse agradecimento é estendido às famílias, que também agradecem à Professora e Coordenadora do Laboratório de Microbiologia Ambiental da UFPA – Dra. Karla Tereza Silva Ribeiro e à aluna Raquel Carvalho Bouth, pois tenho certeza que o exame da água, como problema principal da Comunidade Cajuúna – que também foi estendido ao Povoado do Céu – poderá contribuir para que os representantes dessas localidades possam reivindicar, junto às esferas públicas, a necessidade de uma água de qualidade. Não poderia esquecer que, nos momentos que eu estava sem fôlego, vocês do Programa LUAMIM/UFPA, as *luminetes* Mayra Ramos e Juliana Modesto me deram a mão; naqueles momentos, realmente, eu estava precisando das mãos de vocês. Assim como, as bibliotecárias e estagiárias do NAEA e Biblioteca Central da UFPA, que na pesquisa secundária contribuíram na busca das dissertações e livros. Ao Prof. Dr. Paulo Cerqueira dos Santos, coordenador do Escritório Modelo de Estatística da UFPA e ao discente Rafael Cerqueira Nascimento, pela contribuição na estatística dos dados. No ambiente familiar, agradeço ao companheirismo da minha magnífica e adorada sobrinha Natália Moraes, seus desenhos, palavras e frases de afeto me dão conforto e força para que eu conclua o trabalho. Ao Arthur Moraes e Dionísio Moraes que também me ajudaram nesse percurso de estudo e ao meu irmão Nonato Moraes e demais familiares que de forma sutil souberam compreender o motivo da minha ausência. Ao Sr. Pedro Ramos de Sousa, pelo exemplo de luta sociopolítica, permitindo-me através da história oral, o conhecimento do real vivido nas últimas décadas do século XX, período de criação das Resex's no Brasil, cerne deste estudo. Aos examinadores externo e interno pela leitura minuciosa deste estudo, respectivamente, pelos professores Armando Lírio de Souza e Nádia Fialho Nascimento. Agradecimento em especial aos pescadores das Comunidades Céu,

Cajuúna e Pesqueiro. Vocês foram os interlocutores e autores deste trabalho; sem o conhecimento tradicional que me foi revelado através das entrevistas, seria impossível este estudo. De modo especial, agradeço a todas as famílias de cada comunidade no nome das famílias Sales e Neves, do Povoado do Céu; Brito e Oliveira, de Cajuúna; e Amaral, do Pesqueiro. Ao Sr. Teófilo Neves Vice-Presidente da AMPOC, pela elaboração do croqui dos três povoados e ao Francisco Oliveira pela colaboração do croqui de Cajuúna, contribuindo para que os geógrafos pudessem produzir a arte do mapa e à Ana Lúcia Brito, enfermeira do Posto de Saúde de cajuúna, pelo levantamento dos casos de doenças. Assim como na despedida da pesquisa de campo, agradeço com carinho e gratidão às crianças e aos adolescentes, principalmente de Cajuúna, onde a pesquisa foi mais extensa; e do Povoado do Céu, pelo companheirismo em campo. Em especial, a Roberta, Raiana, Raissa e Railce, filhas do pescador Raimundo Brito; e à Vida, neta da Sra. Quinina e filha do pescador João Carlos, minhas companheiras na dormida tranquila e pelas frutinhas presenteadas em campo, no momento da pesquisa. Essas pequenas ações me fortaleciam. Obrigada!

A todos educadores, incentivadores, fortalecedores e torcedores que estiveram próximos ou distantes neste percurso de estudo. Sinto-me profundamente grata!

Canção do Marajó

*Sou lembranças do Marajó
De um povo feliz que toma banho de rio, que brinca de andar de canoa
Que pesca sem destruir...
Sou amante do Marajó
De uma terra abençoada por Deus, por onde os búfalos caminham, onde
crescem os açaizeiros
Sou herdeiro dessa terra, um grande sortudo, pois ouço desde criança as
histórias de um pescador (meu pai)
Sou marajoara, um pontapedrense
Um observador das grandes lendas, um escutador dos cantos de carimbó
Sou herdeiro do Marajó
Um eterno observador da sua beleza natural e poética...*

*Sou pontapedrense sou...
Sou das terras, das pedras preciosas sou.
Sou semente de itaguary sou.
Sou mais um apaixonado por seus escritos
Sou das terras das ilhas preciosas "Marajó"
Sou da ilha dos rios gigantes sou.
Sou marajoara, um lutador nato por natureza
Uma espécie de amante extinto
Sou um pequeno sonhador sou.
Sou menino que toma açaí na tigela, que come peixe assado na brasa*

(Marcos Samuel Costa da Conceição)

RESUMO

O objeto deste estudo são as práticas sociais de pescadores artesanais inseridos em Unidades de Conservação, em especial na Reserva Extrativista Marinha de Soure, localizada a leste do município de Soure, no Estado do Pará. Esta RESEX é uma unidade de conservação federal, de uso sustentável, criada através do Decreto s/n de 22 de novembro de 2001, de conformidade ao estabelecido no SNUC e cujos órgãos gestores são o Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade – ICMBio e a Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Soure – ASSUREMAS. Segundo o ICMBio, a RESEX compreende todas as comunidades e bairros de Soure classificados como usuários da mesma: Araruna; Barra Velha; Bom Futuro; Cajuúna, Centro de Soure, Céu, Macaxeira, Matinha, Bairro Novo, Pacoval, Pedral, Pesqueiro, Pua, São Pedro, Tucumanduba e Umirizal. O trabalho de campo foi realizado nos meses de maio, junho, julho e outubro/2013 em três comunidades: Cajuúna, Céu e Pesqueiro, localizadas dentro dos limites desta UC. A pesquisa empírica objetivou refletir a realidade social da comunidade Cajuúna por meio de abordagem qualitativa e quantitativa, enquanto o Povoado do Céu e a Vila do Pesqueiro por meio de abordagem qualitativa. Para identificar os recursos florestais e hídricos realizou-se levantamento de produtos da economia pesqueira: peixe, camarão, caranguejo e turu; também aquela voltada aos produtos florestais, como o coco, o muruci e as sementes de andiroba, entre outros. Para a coleta destas informações e sobre a saúde foram aplicados, respectivamente, 61 (sessenta e um) e 20 (vinte) questionários e realizadas 55 (cinquenta e cinco) entrevistas. Observou-se que as famílias vivem da pesca na época da safra e, na entressafra, há redirecionamento para outras atividades como a construção civil, a carpintaria, o comércio; valem-se também dos programas governamentais. Na RESEX Marinha de Soure, apesar das potencialidades naturais, conferem-se limitações para garantir a reprodução econômica e social dos extrativistas. Este estudo interdisciplinar fundamenta-se no saber local dos pescadores e propôs a identificação das práticas sociais baseadas nos seus conhecimentos tradicionais, assim como compreender as organizações sociais que contribuem para a reprodução econômica e social dos agentes sociais e para a preservação ambiental deste território. As práticas sociais no território de pescadores são apreendidas como produto das suas atividades de cooperação mútua quanto ao uso dos recursos naturais e suas formas de organizações sociais, assim como, as expressões culturais manifestadas através da religiosidade e das festas, cujos ritos fortalecem as interações sociais “de dentro” e “de fora” das unidades sociais.

Palavras-chave: Pescadores artesanais. RESEX Marinha de Soure-Pará-Brasil. Práticas Sociais. Território.

ABSTRACT

The object of this study are the social practices of the artisanal fishermen inserted in protected areas, especially in the Marine Extractive Reserve of Soure-Pará-Brasil, located east of the city of Soure-Pará-Brasil. This Extractive Reserve is a federal protected area, created through Decree s/n of November 22, 2001, whose governing bodies are the *Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade* – ICMBio and the *Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Soure* – ASSUREMAS. Is framed in the *Sistema Nacional de Unidades de Conservação* – SNUC in the category of sustainable use unit. According ICMBio, this conservation unit comprising all communities and neighborhoods that have Soure users the same: Araruna; Barra Velha; Bom Futuro; Cajuúna, Centro de Soure, Céu, Macaxeira, Matinha, Bairro Novo, Pacoval, Pedral, Pesqueiro, Pua, São Pedro, Tucumanduba and Umirizal. Fieldwork was conducted in the months of May, June, July, and October, 2013 in three communities: *Cajuúna*, *Céu* and *Pesqueiro*, located within the boundaries of this conservation unit. The empirical research aimed to reflect the social reality of *Cajuúna* community through qualitative and quantitative approach, while the *Povoado do Céu* and the *Vila do Pesqueiro* by means of qualitative approach. To identify forest and water resources held survey of the products fishing economy: fish, shrimp, crab and *turu*; also the one facing the forest products such as coconut, *muruci* and *andiroba* seeds, among others. To collect this information, and about health, respectively, 61 (sixty-one) and 20 (twenty) questionnaires were performed and 55 (fifty-five) interviews. It was observed that families living from fishing during harvest and, in the offseason, there redirection to other activities such as construction, carpentry, trade; also make use of government programs. In *RESEX Marinha de Soure*, despite economic potential, give yourself limitations to ensure economic and social reproduction of extractive. This interdisciplinary study is based on local knowledge of fishermen and proposed the identification of social practices based on their traditional knowledge as well as understanding the social organizations that contribute to the economic and social reproduction of social agents and environmental preservation of this territory. Social practices in the territory of fishermen are seized as proceeds of their activities of mutual cooperation in the use of natural resources and their forms of social organizations, as well as cultural expressions manifested through religious parties, whose rites strengthen social interactions "inside" and "outside" of social units.

Key-works: Artisanal fishermen. Marine Extractive Reserve of Soure-Pará-Brazil. Social practices. Territory.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Faixa etária dos moradores de Cajuúna em frequência relativa	35
Gráfico 2 – Escolaridade dos moradores de Cajuúna em frequência relativa	36
Gráfico 3 – Atividades produtivas e ocupações dos moradores de Cajuúna em frequência relativa	39
Gráfico 4 – Grau de parentesco dos moradores de Cajuúna, em frequência relativa	40
Gráfico 5 – Local de nascimento dos moradores de Cajuúna, em frequência relativa	41
Gráfico 6 – Práticas de pesca dos extrativistas de Cajuúna, em frequência relativa	82
Gráfico 7 – Práticas de pesca dos extrativistas do Céu, em frequência relativa	91
Gráfico 8 – Práticas de pesca dos extrativistas de Pesqueiro, em frequência relativa	93
Gráfico 9 – Moradores de Cajuúna associados nas organizações sociais, em frequência relativa	114
Gráfico 10 – Principais doenças dos moradores de Cajuúna, em frequência absoluta	133

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização da RESEX Marinha de Soure.....	59
Mapa 2 – Localização do Povoado do Céu, Cajuúna e Vila do Pesqueiro	61

LISTA DE CARTAS-IMAGENS

Carta-Imagem 1 – Comunidade Cajuúna, Povoado do Céu e Vila do Pesqueiro	65
Carta-Imagem 2 – Povoado do Céu.....	66
Carta-Imagem 3 – Comunidade Cajuúna.....	75
Carta-Imagem 4 – Vila do Pesqueiro	78

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Povoado do Areião, antigo povoado do Céu	68
Fotos 2 e 3 – Povoado do Céu: Murucizeiro; e frutos de Ajiru colhidos pela Sra. Quinina e Sr. Ernane	71
Fotos 4, 5 e 6 – Artesanato produzido com matéria-prima da praia e da floresta	72
Fotos 7, 8 e 9 – Sede da AMPOC, inaugurada em 17/09/2001; Posto de Saúde Nossa Sra. da Batalha e a Creche (em construção)	73
Foto 10 – Povoado do Céu: poços comunitários.	73
Fotos 11, 12, 13 e 14 – Comunidade Cajuúna: plantas medicinais plantadas no quintal.....	77
Fotos 15, 16 e 17 – Vila do Pesqueiro: Sede da ASMUPESQ; exposição do artesanato produzido pelas moradoras	79
Fotos 18, 19 e 20 – Brincos produzidos pela Sra. Isabel com sementes colhidas na praia e na floresta.....	79
Foto 21 – Comunidade Cajuúna – pescador demonstra a tarrafa	83
Fotos 22, 23, 24 e 25 – Pesca com Tarrafa, Igarapé/Rio Cajuúna.....	83
Foto 26 – Pesca com Tarrafa, pescadores de diferente gênero - a mulher como piloto. Igarapé/Rio Cajuúna.....	84
Fotos 27 e 28 – Pesca com Tarrafa para capturar o Camarão, Igarapé Cajuúna. ...	85
Fotos 29, 30 e 31 – Pesca Rabiola: Povoado do Céu – Igarapé Pesqueiro, out./2013. Comunidade Cajuúna – Igarapé/Rio Cajuúna, out./2013 e Vila do Pesqueiro: Igarapé Pesqueiro, jul./2013.	85
Foto 32 – Comunidade Cajuúna: Pescadores em grupo a caminho da pesca rabiola para praticar a despesca	86
Foto 33 – Pesca Estacada - Comunidade Cajuúna: Rio Cajuúna.	86
Fotos 34 e 35 – Curral, as margens do Igarapé/Rio Cajuúna.....	87
Fotos 36, 37 e 38 – Balizamento do Igarapé Cajuúna. Pescadores levam os moirões para delimitar a área de proibição da pesca com rede.....	92
Fotos 39 e 40 – Montarias atracadas no Igarapé Cajuúna, principal transporte fluvial de trabalho dos pescadores. Pescador demonstra a captura de tainhas no Igarapé Cajuúna em uma embarcação a remo..	99
Foto 41 – Barco geleiro à espera do pescado para compra no Igarapé Cajuúna...	100

Fotos 42, 43, 44, 45, 46 e 47 – Espécies de peixes capturados no território dos pescadores de Cajuúna: tainha, pacamun, acari, piaba e pratiqueira.....	100
Fotos 48, 49 e 50 – Espécies de peixes capturados no território dos pescadores da Vila do Pesqueiro: Pirapema e Arraia, jul./2013. Povoado do Céu: Bagre, out.2013.	101
Fotos 51, 52 e 53 – Pescador demonstra o local de pesca e a prática da captura do “caranguejo tirado” no Mangal Cajuúna. Out/2013. Dois caranguejeiros de Tucumanduba tinham acabado de chegar do mangal com 40 caranguejos (6h de trabalho) e estavam tomando banho no Igarapé do navio, próximo da Vila do Pesqueiro . Out./2013.	102
Fotos 54 e 55 – Crustáceos que habitam no ambiente aquático: Comunidade Cajuúna (Pitu, jun/2013). Povoado do Céu (Siri, out.2013).....	104
Fotos 56 e 57 – Comunidade Cajuúna: Pescadores de diferente gênero e idade tecendo tarrafa, jul. e maio/2013.....	105
Fotos 58 e 59 – Vila do Pesqueiro: Pescadores remendando rede, jul. e out./2013	105
Fotos 60 e 61 – Povoado do Céu – Pescador demonstra a rede serreira, produzida com fio de plástico. Pescador demonstra a rede de fio de plástico de malheiro inferior a essa.....	106
Fotos 62 e 63 – Salga do peixe. Cajuúna.....	109
Fotos 64 e 65 – Andiroba: o fruto e a massa que irá fornecer o óleo.	110
Foto 66 – Colônia de Pescadores Z-1	113
Fotos 67 e 68 – Capela de São Pedro, Soure, Pará – dia do padroeiro 29/06/2013.	118
Foto 69 – Entrada do Município de Soure. Rio Paracauari – Imagem Nossa Sra. Aparecida, encontrada por Pescadores	119
Fotos 70 e 71 – Festividade de São Pedro, Soure, Pará	119
Fotos 72 e 73 – Procissão fluvial, Igarapé Cajuúna	120
Fotos 74, 75 e 76 – Igrejas de Santa Maria; São Sebastião e Santa Luzia.....	121
Fotos 77 e 78 – Procissão de Santa Maria, na Comunidade Cajuúna, regressando à sua sede – Povoado do Céu no dia 14/07/13.....	121
Fotos 79 e 80 – Chegada da Romaria no Povoado do Céu	122

Fotos 81, 82 e 83 – Boi Areia Branca no seu retiro (Povoado do Céu). Festejos juninos (Praia do Pesqueiro). Apresentação do Areia Branca na sede da AMPOC.	123
Fotos 84, 85, 86 e 87 – Fontes da Coleta de Água. Sentido horário: Igarapé Cajuúna; Poço comunitário; Poço particular (1); Poço particular (2).	130
Foto 88 – Veículo da Prefeitura distribuindo água, junho/2013	130

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número absoluto e relativo dos tipos e categorias de unidades de conservação no Brasil (fev./2014).....	53
Tabela 2 – Número absoluto e relativo dos tipos e categorias de unidades de conservação no Pará	54
Tabela 3 – Espécies de pescados capturados e preço recebido pelos pescadores de Cajuúna, maio a julho/2013	98

LISTA DE SIGLAS

ACS	Associação dos Caranguejeiros de Soure
AMCOC	Associação da Comunidade Cajuúna
AMPOC	Associação dos Moradores do Povoado do Céu
ANAMPS	Articulação Nacional do Movimento Sindical e Popular
APA	Área de Proteção Ambiental
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
ASMUPESC	Associação de Mulheres do Pesqueiro
ASPAC	Associação de Pescadores e Pescadoras de Cajuúna
ASSUREMAS	Associação dos Usuários da RESEX Marinha de Soure
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPCT	Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais
CNPT	Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
CNUC	Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
ESEC	Estação Ecológica
EUA	Estados Unidos da América
FADESP	Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa
FLONA	Floresta Nacional
FUNATURA	Fundação Pró-Natureza
FUNRURAL	Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador
GPS	<i>Global Position System</i>
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IDESP	Instituto Econômico, Social e Ambiental do Pará
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LUAMIM	Programa Luamim: peças interventivas na realidade

MMA	Ministério do Meio Ambiente
MN	Monumento Natural
MOPEPA	Movimento dos Pescadores do Estado do Pará
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
PARNA	Parque Nacional
PNCSA	Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
PROPESP	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
RADAM	Radar da Amazônia
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REBIO	Reserva Biológica
RESEX	Reserva Extrativista
REVIS	Refúgio de Vida Silvestre
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UAFES	União dos Amigos da Festividade de São Sebastião
UC	Unidade de Conservação
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNB	Universidade de Brasília
WWF	<i>World Wildlife Fund</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	20
1.1 PERCURSO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA DE CAMPO	25
1.2 O PERFIL DOS ENTREVISTADOS DA RESEX SOURE: CAJUÚNA	34
2 PESCADORES INSERIDOS EM UMA RESEX	44
2.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DE CRIAÇÃO DAS RESEX'S NO BRASIL	44
2.2 RESEX SOURE: HISTÓRIA E COTIDIANO DOS PESCADORES	58
3 PESCADORES DAS COMUNIDADES CÉU, CAJUÚNA E PESQUEIRO: PRÁTICAS SOCIAIS	81
3.1 DE TRABALHO NO AMBIENTE AQUÁTICO	81
3.2 DE PRESERVAÇÃO NO AMBIENTE AQUÁTICO	94
3.3 PRÁTICAS DE TRABALHO DOS PESCADORES EM TERRA	104
3.3.1 De consertos/reparos e tecelagem dos apetrechos de pesca	105
3.3.2 De conservação do pescado	108
3.3.3 De uso dos recursos florestais	109
3.4 PRÁTICAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL	111
3.5 PRÁTICAS RELIGIOSAS E DE LAZER	117
3.5.1 Festividade de São Pedro e Círio de Santa Maria, São Sebastião e Santa Luzia – devoções e rituais	118
4 RECONHECIMENTO SOCIOTÉCNICO E POLÍTICO PARA ORDENAMENTO DA RESEX E ESTRUTURA DA ATIVIDADE DE PESCA	125
4.1 O ORDENAMENTO DA RESEX	127
4.2 A ÁGUA COMO PROBLEMA DAS FAMÍLIAS CÉU E CAJUÚNA	128
4.3 EXPECTATIVAS DE AUTONOMIA E DE DIÁLOGO COM O ICMBIO	133
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
REFERÊNCIAS	141
GLOSSÁRIO	145
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DE CAMPO	148
APÊNDICE B – AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA	153
APÊNDICE C – CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS	154
ANEXO A – CROQUI DOS POVOADOS CÉU, CAJUÚNA E PESQUEIRO	156
ANEXO B – AUTORIZAÇÃO - ICMBio	157

1 INTRODUÇÃO

As últimas quatro décadas estão marcadas por profundas transformações econômicas em nível mundial, especialmente pela intensificação da exploração dos recursos naturais, o que tem como efeitos a aceleração da contaminação das águas, do ar, a destruição da camada de ozônio e, mais recentemente, as ameaças à biodiversidade, em sua dupla dimensão ao incorporarmos a vida humana, em especial dos povos e comunidades tradicionais que habitam na Amazônia e apresentam uma cultura diferenciada. De um lado, confere-se que a nova política ambiental internacional tenta por meio de diversos instrumentos jurídicos e administrativos realizar o controle das formas de vida desses grupos nas terras que tradicionalmente ocupam. De outro, registram-se as experiências de apropriação desses instrumentos como possibilidade de autonomia política. Nesse sentido, no campo das unidades de conservação, os extrativistas, em especial os seringueiros, tiveram uma conquista política propondo a criação de Reservas Extrativistas como instrumento para conservar os recursos, garantir suas formas de existência e de organização política.

As Reservas Extrativistas foram criadas depois da morte do ecologista e seringueiro Chico Mendes¹, através do Decreto nº 98.897 de 30 de janeiro de 1990, como uma estratégia política do movimento seringueiro. Depois de mais de 10 (dez) anos nasce o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), instituído pela Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, a qual estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação, sendo que estas são divididas em dois grupos: unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável. As RESEX's estão enquadradas no segundo grupo.

Este estudo retrata a categoria identitária de pescadores inseridos em Reserva Extrativista Marinha, com vistas ao "Reconhecimento de luta", que se manifesta no efetivo ordenamento jurídico e defesa de direitos socioculturais, garantido pelo governo para permanecer no território e preservar modos de uso dos

¹ Francisco Alves Mendes Filho, conhecido como Chico Mendes, líder dos seringueiros e ecologista nato, procedente de uma humilde família de nortistas, nasceu a 15 de dezembro de 1944, no seringal denominado Porto Rico, localizado no município de Xapuri, Estado do Acre. Engajado na luta pela preservação do meio ambiente, no dia 22 de dezembro de 1988, após inúmeros conflitos, teve a sua vida ceifada por mãos criminosas, passando a ser, durante o ano de 1988, a 97ª vítima assassinada na lista dos trabalhadores rurais por lutar pelos seus direitos, como também pela preservação ambiental da Amazônia.

recursos associados aos seus saberes e respectivas formas de organização social. Essa iniciativa de resistência do movimento seringueiro em defesa da floresta e do território é uma conquista social que contribui à manutenção de formas de existência material e cultural.

A pesca é reconhecidamente uma atividade milenar dos primeiros agrupamentos humanos na Amazônia; sua importância na sociedade contemporânea paulatinamente foi sendo transformada de subsistência-comercial-industrial. A tendência nessa transformação é a adoção de novos instrumentos para execução das atividades pesqueiras; com isto o arpão e a flecha, foram praticamente, substituídos por equipamentos modernos. Apesar dessa transformação os povos tradicionais conservam formas tradicionais para apropriação dos recursos naturais.

No Brasil inicia-se uma nova relação entre a pesca e o homem moderno, com a promulgação do Código Nacional da Pesca – Lei 221 de 28 de fevereiro de 1967, considerado o marco da política pesqueira, que, através de incentivos fiscais e financiamento, deu abertura a um novo tipo de pesca – a industrial, de grande impacto ao ecossistema aquático. Historicamente, esse período coincide com políticas de cunho desenvolvimentista iniciada na década de 60, cujos sucessivos governos militares deram continuidade e sustentação para abertura econômica do país. Segundo Benaion (2006, p. 259-260), “[...] o aspecto central da ideologia do desenvolvimento não foi, conforme o discurso, a valorização do homem, mas a prosperidade e a ordem social”. Dessa forma, com o propósito de combater a ideologia socialista e impedir que se proliferasse na consciência das classes menos favorecidas, Juscelino Kubitschek buscou a ajuda externa dos Estados Unidos, o maior cooperador internacional nos planos econômico, político e cultural.

No estado do Pará, segundo Lisboa (2012, p. 196-197), o extrativismo da pesca é praticado em todo o território do arquipélago do Marajó, cujo ambiente aquático é favorecido pelos “rios, lagos, canais e em águas de influência, como as da baía do Marajó e oceano Atlântico”. Informa ainda que os municípios de Soure, Salvaterra e Cachoeira do Arari, destacam-se nessa atividade desde o período colonial; especialmente no Marajó, o saber tradicional foi transmitido “pelos Aruã, que eram exímios pescadores, e pelos portugueses”. Destes municípios, no primeiro está localizada a RESEX Marinha de Soure, cujo interior abriga povoados

tradicionais de pescadores, como Céu, Cajuúna e Pesqueiro, território de pesquisa desse estudo, cuja atividade extrativista é executada cotidianamente de forma artesanal, nos visíveis apetrechos de pesca, nas embarcações de pequeno porte, na pequena produção para subsistência e venda. Os relatos dos pescadores dessa área comprovam que a pescaria realizada nos rios e igarapés são, em média, de 80 a 100kg diariamente, durante a safra da pesca, mais especificamente no período de maio a início de julho, quando se pratica a pesca “de perto”.

Os fenômenos naturais como os ciclos da maré, a chuva, são metaforicamente o relógio natural do pescador artesanal. O primeiro indica a hora e as práticas de trabalho no mar e, o segundo, quando cessa, favorece a abundância da fauna aquática. Mas, além do trabalho no mar, é tradicionalmente executado o trabalho em terra para conserto e tecelagem de redes e/ou tarrafas. Sempre nas pescarias ocorrem danos nesses apetrechos e o pescador, para conservar seu material de trabalho, realiza uma dupla atividade em mar e em terra. Estes pescadores que tecem seus instrumentos de trabalho são pescadores e artesãos, cujo trabalho é executado de forma manual com matéria-prima sem emprego de tecnologia avançada, pois precisam somente de fios, corda e agulhas para confecção e remendo de seus materiais, saber adquirido através das relações de parentesco.

Lisboa (2012) informa que no Marajó existem três classificações principais quanto às práticas de pesca: “pesca de rede, pesca de anzol e pesca de armadilha”. Nas unidades sociais de estudo, alguns relatos quanto às formas de pesca associam-se aos instrumentos de trabalho, conforme a classificação acima. Nas pescas de rede são praticadas em maior evidência as modalidades: tarrafa e rabiola em Cajuúna; arrasto e borqueio ou bubuia no Céu; rabiola, no Pesqueiro. Enquanto nas de anzol: espinhel e linha de mão, em Cajuúna e no Pesqueiro; linha de mão, no Céu. Nas de armadilha: curral e matapi, em Cajuúna; matapi, no Céu e no Pesqueiro. Estas modalidades de pesca são praticadas de perto e de longe, geralmente nos igarapés, rios e na Baía. A fauna aquática é diversificada quanto às espécies de peixes, mas os pescadores mais antigos observam a redução dessas espécies ao longo dos anos.

Apesar da conquista dos extrativistas no campo político e da visibilidade e sensibilidade jurídica das esferas governamentais, na RESEX Marinha de Soure, os

pescadores sentem dificuldades de se reproduzir social e economicamente. Da mesma forma, a política desenvolvimentista aplicada pelas instituições gestoras das atividades pesqueiras, pressionam os recursos florestais e hídricos, que, observando a sociobiodiversidade da Amazônia brasileira, impacta na forma de vida dos povos do mar, detentores de um modo de vida específico, considerando suas práticas sociais tradicionais, dependentes destes recursos para realizar suas atividades culturais, sociais e econômicas. Observa-se, assim, que pensar o desenvolvimento para a região que se está estudando, pressupõe não apenas uma visão global, mas focar um olhar para as suas singularidades. Para os povos e comunidades tradicionais, o meio ambiente onde vivem é a garantia das suas formas de manutenção da vida e da cultura. No mar ou em terra além dos recursos hídricos e florestais que associam saber tradicional para o seu uso, também representam a manutenção dos mitos e ritos tão narrados nas obras literárias de autores paraenses como uma forma de tornar esses saberes simbólicos eternos e que representam a diversidade de saberes para além do econômico no contexto Amazônico. A reflexão do território dos pescadores artesanais compreende a dimensão econômica e extraeconômica, manifestadas nas práticas pesqueiras e simbólicas, como as superstições que impactam na atividade da pesca. Os mitos como a Matinta-Perera e a lara estão presentes na memória dos agentes sociais, cujos símbolos atualizam-se no território dos pescadores para além do físico.

As RESEX's estão enquadradas em propostas de preservação ambiental e de manutenção de formas de existência de povos e comunidades tradicionais. Em diversas situações são constatadas tensões e conflitos que ameaçam a manutenção das formas tradicionais de existência dos agentes sociais. Na RESEX Soure, apesar da conquista política dos caranguejeiros para a sua criação, evidenciam-se entraves à reprodução social, econômica e cultural das comunidades tradicionais, particularmente pescadores artesanais, dependentes dos recursos hídricos, tornando-se uma ameaça às formas tradicionais de existência com a perda destes recursos aos agentes sociais que milenarmente ocupam esse território. Deste modo, a pesquisa buscou compreender tais entraves a partir da institucionalização das Reservas Extrativistas no Brasil, especialmente a RESEX Marinha de Soure, com o objetivo geral de identificar as práticas sociais dos pescadores artesanais quanto aos usos dos recursos a partir do saber tradicional, assim como, examinar as formas

de organizações sociais que possam contribuir para o fortalecimento das ações sociais em comunidades tradicionais. Quanto os objetivos específicos foram: pesquisar os recursos florestais e hídricos existentes na Resex Soure e suas formas de uso pelos extrativistas; analisar as modalidades de pesca e práticas de preservação da fauna aquática; estudar o cotidiano de moradores em uma Resex para além da atividade pesqueira; examinar a organização social interna dos povoados através das associações de moradores e na Colônia de Pescadores e analisar como se dá a gestão da RESEX. Em síntese, os objetivos buscaram compreender a situação social que os pescadores experimentam no presente.

Em vista do exposto, foram elaboradas as seguintes indagações: Como foi realizada a implantação da RESEX Marinha Soure? Quais os atores sociais envolvidos? Por que os pescadores, apesar da legislação que assegurou o direito ao território e uso dos recursos naturais, são impedidos de realizar suas atividades econômicas, sociais e culturais? Quais os pontos positivos da implantação da RESEX Marinha Soure? Quais aspectos poderiam ser mantidos? Quais os pontos negativos da implantação da RESEX Marinha Soure? Quais aspectos poderiam ser evitados? Como a organização local – por meio de associações e demais organizações associativas – elabora estratégias de uso e conservação dos recursos face às pressões de grupos internos e externos? Quais as práticas dos agentes sociais no território pesqueiro para garantir a reprodução econômica e social numa relação de interdependência entre aliados e adversários?

As práticas sociais tradicionais dos pescadores artesanais foram desenvolvidas ao longo do tempo e ultrapassaram gerações. Essas práticas estão relacionadas com um corpo de saberes que é transmitido de um passado de difícil exatidão, longínquo, e que se perpetua para os descendentes, cujo passado se mantém no presente.

O historiador E. Hobsbawm (1997) debate as “tradições” em relação a um passado, o qual cognominou de “tradições antigas” ou “práticas antigas” para sustentar a efetividade destas em relação às “tradições inventadas” ou “práticas inventadas”. Bourdieu (2011, p. 135) afirma que “[...] a prática está ligada ao tempo [...]”. Os autores remetem conceitos e categorias que ajudam pensar o objeto desse estudo, como tradição que não tem como se dissociar a realidade das comunidades tradicionais e, práticas cujo tempo medeia às arguições e corroboram para enfatizar

a importância das práticas sociais tradicionais dos pescadores artesanais para a manutenção das formas de existência desses agentes sociais e para a preservação ambiental. A alteração dessas práticas transmitidas ao longo do tempo provoca as transformações ou dissolução da tradição, do *habitus* e conseqüentemente suscitam a perda de identidade da coletividade de pescadores, como diz Valencio (2006). Nisto reside a importância da manutenção do saber tradicional, da cultura das comunidades tradicionais.

A associação do tempo ao saber tradicional dos pescadores relacionados a práticas sociais me faz refletir que as teorias sociais de Hobsbawm e Ranger (1997) e Bourdieu (2011, p. 135) apresentam similitudes quanto à observação da realidade temporal e, ao mesmo tempo, explicam nesse estudo a importância das práticas tradicionais e sua relação com o tempo.

As práticas como categoria deste estudo mostram a realidade das comunidades tradicionais para além da execução das atividades econômicas na pesca, assim como política, ambiental e cultural, numa tentativa de apreender o mundo social nas unidades sociais tradicionais partindo das ações dos agentes sociais intra e intercomunidades. Como enfatiza Vianna (2008), os “invisíveis” assumem um novo papel no cenário político e o protagonismo da classe dominada flora simbolizando múltiplas bandeiras de lutas reivindicatórias, solidificando demandas que ultrapassam a reprodução física desses grupos ao estabelecermos interações com o meio onde vivem em seus aspectos socioculturais e simbólicos.

1.1 PERCURSO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA DE CAMPO

Das relações na academia e do contato com povos e comunidades tradicionais a partir do ano de 2007, especialmente com extrativistas/pescadores do Marajó no ano de 2012, aflorou o interesse de estudar esses grupos, dando origem à etapa inicial de levantamento da pesquisa bibliográfica em fonte secundária e em *websites*. Após esta etapa inicial de estudo foi possível identificar autores que realizaram pesquisa na área e definir o objeto de estudo.

A pesquisa sistemática iniciou nos meses de maio, junho, julho e outubro/2013 em três comunidades: Cajuúna, Céu e Pesqueiro, localizadas nos

limites da RESEX Marinha de Soure, na Ilha de Marajó. Além destas três comunidades, esta unidade de conservação compreende todas as comunidades e bairros de Soure que possuem usuários da RESEX, a saber: Araruna, Barra Velha, Bom Futuro, Centro de Soure, Macaxeira, Matinha, Bairro Novo, Pacoval, Pedral, Pua, São Pedro, Tucumanduba e Umirizal.

Apesar da primeira viagem para pesquisa de campo na comunidade Cajuúna ter sido iniciada no mês de maio, havíamos participado da primeira reunião ordinária do Conselho Deliberativo da RESEX Soure em fevereiro de 2013, no auditório do Campus da UFPa de Soure, cujo objetivo foi avaliar as atividades do ano de 2012 e planejar as atividades do Conselho para 2013, ocasião em que foi apresentado o projeto de pesquisa para os membros do Conselho. No total participamos de dois dias de reunião (27 e 28 de fevereiro de 2013) com representantes de dezoito entidades representativas do Conselho: AMCOC - Associação dos Moradores do Cajuúna; Associação dos Moradores do Pacoval; Associação dos Camaroeiros de Soure; Associação dos Pescadores do Pesqueiro; AMUS - Associação das Mulheres de Soure; ASMUPESQ - Associação das Mulheres do Pesqueiro; CONFRE – Comissão Nacional dos Manguezais; SOS Marajó; ACS – Associação dos Caranguejeiros de Soure; ASSUREMAS – Associação da Reserva Extrativista Marinha de Soure; MOPEPA – Movimento dos Pescadores do Pará; Pastoral da cidadania; Prefeitura Municipal – SEMA; CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros; EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural; ICMBio – Instituto Chico Mendes para conservação da biodiversidade, UFPa – Universidade Federal do Pará e UEPA – Universidade Estadual do Pará. No dia 01 de março de 2013, visitamos a comunidade Cajuúna para solicitar autorização para realização da pesquisa. O secretário da Associação dos Moradores dessa comunidade, que também estava na reunião do Conselho, apresentou-nos ao Presidente da Comunidade, que, após assinar a autorização, acompanhou-nos para conhecer o lugar, assim como o Igarapé Cajuúna, local de trabalho dos pescadores.

Nesse dia também visitamos o ICMBio para apresentar a autorização, e, ainda, a Colônia de Pescadores Z-1. Todavia, como estava no período do defeso, se encontrava grande número de pescadores aguardando atendimento. Na ocasião fomos informados que a entrevista seria melhor no mês de maio, quer dizer, depois do defeso, que terminaria em abril. Consideramos que esta viagem – em fevereiro

de 2013 – marcou o início da pesquisa; foi o primeiro contato com os agentes sociais das comunidades de estudo e também o conhecimento do lugar, permitindo *a priori* ter conhecimento dos problemas coletivos e a primeira observação do ambiente de estudo.

Quanto aos procedimentos da pesquisa para coleta de informações, utilizamos diversas técnicas para o estudo da realidade social local, as quais serviram de mediação para a prática da pesquisa: questionários, caderno de campo, entrevistas, observação direta, pesquisa-ação e conversas informais. O trabalho de campo, que privilegiou o método etnográfico, possibilitou, na finalização da dissertação do mestrado, uma melhor compreensão das práticas sociais dos pescadores para além das atividades econômicas e foi possível refletir o mundo social dos moradores inseridos em uma Resex.

Em se tratando da pesquisa sociológica referente à coleta dessas informações, ela compreendeu uma abordagem qualitativa e quantitativa, através de entrevistas estruturadas e semiestruturadas. Em Cajuúna foram aplicados 54 (cinquenta e quatro) questionários com perguntas abertas e fechadas em 53 (cinquenta e três) domicílios e procedidas 13 (treze) entrevistas. Na Vila de Pesqueiro foram aplicados 7 (sete) questionários e realizadas 7 (sete) entrevistas. Quanto ao Povoado do Céu, somente foram feitas entrevistas, no total de 22 (vinte e duas) e duas visitas a ex-moradores do Povoado do Areião, antigo Povoado do Céu, que atualmente residem em Icoaraci. Também foram entrevistados extrativistas das localidades no entorno da RESEX: em Tucumanduba, 02 (dois) caranguejeiros; uma família de catadores de lixo de Soure, composta por 6 (seis) trabalhadores, sendo que conversamos com 3 (três); 02 (duas) representantes da comunidade do Pedral, a primeira durante visita a parentes em Cajuúna e a segunda na própria comunidade que se autodeclarou como liderança espiritual.

As entrevistas com pescadores duraram em média de 1h30 a 3h, mas houve duas que ultrapassaram as três horas. Quanto aos questionários, eram preenchidos, por dia, um total de dois e, no máximo, de quatro. Apesar disso, pensamos que no geral as famílias foram receptivas. As descobertas foram acontecendo paulatinamente, cabendo à pesquisadora observar e ouvir atentamente o outro. Mencionamos a surpresa ao saber que o coco era coletado e não extraído diretamente das palmeiras. As coletas são realizadas na praia, lugar onde tem

cocais, assim como, pelo movimento das marés que lança os frutos para dentro das comunidades, onde são coletados. Essa prática é facilitada no período das chuvas. Na RESEX Soure têm plantações de cocais, mas não são de uso comum, a mãe natureza se encarrega de doar às famílias que vivem e dependem dela. Do mesmo modo que o coco, algumas famílias coletam a castanha da andiroba (*Carapa Guianensis Aublet*), vinda através da maré. A diferença é que não se sabe a origem das plantações de andiroba, coletadas durante o inverno.

Para as entrevistas domiciliares, além dos questionários com perguntas abertas e fechadas, utilizamos máquina fotográfica para o registro de imagens e filmagem, que, na sua maioria, estão associadas ao objeto de estudo, documentando itens como apetrechos de pesca e o trabalho do pescador em terra, tecendo ou remendando tarrafa ou rede. Além da câmera, utilizamos também gravador durante algumas entrevistas, principalmente as relativas às perguntas abertas. O registro fotográfico e as gravações ajudaram-nos na pesquisa de campo; mais especificamente no fazer descritivo *a posteriori* e, apesar das imagens também associarem-se às belezas naturais junto com as potencialidades desta unidade de conservação, aqui buscamos o domínio do empírico tão complexo e difícil na prática de campo, auxiliando no rigor, confirmação e sequência do trabalho de campo, assim como, permitindo-nos a lembrança do ambiente.

Além da pesquisa nos domicílios dos pescadores, nos intervalos observamos a fauna aquática do Igarapé Cajuúna; o movimento e ciclos da maré e a saída e chegada dos pescadores; as modalidades de pesca, os horários de trabalho, as espécies de peixes e mariscos como o camarão e o caranguejo. Nestas observações, também realizamos registros de imagens, filmagens, indagações e conversas informais.

As observações na Comunidade também se expandiam ao cotidiano dos comunitários, como as crianças e jovens, quando iam para escola e/ou brincavam (geralmente de futebol ou embaixo das árvores colhendo frutos). Em Cajuúna, comunidade em que permanecemos mais tempo, não foi observado, em nenhum momento, alguma menina brincando com boneca, como o fazem as meninas da área urbana. Nas brincadeiras não existe divisão de gênero; as mesmas brincadeiras das meninas são dos meninos, na maioria das vezes jogando futebol, brincando nos igarapés, nas árvores, em contato direto com a natureza.

Após a aplicação do questionário relativo à primeira viagem ao campo, avaliamos os resultados e observamos que o principal problema apontado pelos entrevistados era o tipo de abastecimento de água, não imaginávamos que este seria o problema que estava no âmago da Comunidade Cajuúna. Nas entrevistas abertas e conversas informais também houve solicitação à pesquisadora para que pudesse ajudá-los no sentido de uma sensibilização quanto ao problema. No regresso do campo, pensamos como poderíamos ajudá-los, mesmo sabendo que este não era o objetivo da pesquisa. Assim, para atendê-los, houve necessidade de adotar uma pesquisa-ação², cabendo à pesquisadora encontrar o caminho *a priori* não para a solução, mas através do estudo científico que, de posse do documento, contribuiria para a comunidade reivindicar seus direitos. Para isto era imperioso o estudo científico de outro centro – Laboratório de Microbiologia e Imunologia da UFPA, coordenado pela Profa. Dra. Karla T. S. Ribeiro, que nos orientou para aplicar um novo questionário domiciliar e coletar amostras de água do Igarapé, do poço e de beber da comunidade, no período de 27 de junho a 03 de julho, regressando no dia 04 de julho direto para a UFPA, visto que a coleta da água para análise não poderia ultrapassar 24h.

Com relação à pesquisa domiciliar relativa à saúde, priorizamos que o entrevistado fosse a esposa, visto que, no geral, é a mesma quem realiza as atividades domésticas. O censo compreendeu informações sobre a faixa etária, sexo, renda, habitação, saneamento e saúde. Paralelamente ao censo em 20 (vinte) domicílios, foram coletadas 22 (vinte e duas) amostras de água: 13 (treze) amostras de água de beber (freezer, geladeira e pote); 01 (uma) amostra de água da torneira, 01 (uma) amostra do poço comunitário; 05 (cinco) amostras de poços particulares e 02 (duas) amostras de água do Igarapé Cajuúna. Do total de amostras, 20 (vinte) foram conservadas em sacos de polietileno de 100ml, enquanto a água do Igarapé foi armazenada em 02 (dois) frascos de plástico de ½ litro de água cada volume. Estas amostras foram conservadas em uma caixa de isopor com gelo, cuja análise não ultrapassou 24h para estudo. Para a realização da coleta da água do poço

² Para Barbier (1985, p. 38 apud HAGUETTE, 2013, p. 105-107), pesquisa e ação estão associadas, ao dizer que não se quer uma sem a outra e, distingue quatro tipos de pesquisa-ação. Destas penso que o trabalho “de dentro” da comunidade até a busca para o exame da água como documento que irá contribuir para que os representantes das comunidades intervenham junto às esferas públicas. Assim, para o autor a pesquisa ação empírica “consiste em acumular dados de experiências de trabalho diário em grupos sociais de trabalho semelhantes...”.

comunitário, houve colaboração da filha de um pescador, em virtude da dificuldade para coleta e ao mesmo tempo depositar no saco de polietileno, enquanto nas casas o próprio morador fornecia a água. O outro momento em que obtivemos ajuda dos moradores da comunidade foi através da Enfermeira do Posto de Saúde de Cajuúna, que é moradora e esposa de pescador; a mesma fez o levantamento no Posto de Saúde dos casos de doenças em 2012 e 2013.

No dia 17 de julho de 2013, dois dias depois da terceira viagem de campo, obtivemos o resultado da análise microbiológica de água para o total de amostras coletadas. A Profa. Karla Ribeiro explicou-nos o padrão microbiológico de potabilidade de água, que deve ser menor que um (<1) para o consumo humano. Diante do diagnóstico da água, que foi ampliado ao Povoado do Céu, o resultado foi encaminhado às instituições que medeiam esta questão: Fundação Nacional de Saúde, Prefeitura Municipal de Soure, ICMBio e para os Representantes das Associações de Cajuúna (AMCOC e ASPAC) e Céu (AMPOC).

Além das entrevistas realizadas dentro das comunidades, também foram procedidas visitas, seguidas de entrevistas abertas, às instituições vinculadas aos Pescadores no Centro de Soure: ASSUREMAS – Associação dos Usuários da RESEX Marinha de Soure; ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade; Colônia de Pescadores Z-1 e o primeiro Presidente da ACS – Associação dos Caranguejeiros de Soure, que hoje está aposentado, mas esteve à frente na época da criação desta unidade de conservação.

As entrevistas relativas às práticas dos pescadores da RESEX foram realizadas no domicílio e priorizamos que o entrevistado fosse o pescador. Das 54 (cinquenta e quatro) entrevistas com questionários, 49 (quarenta e nove) dos entrevistados se autoidentificaram como pescador e 05 (cinco), do gênero feminino, não se identificou como pescadora; destas, 03 (três) estão aposentadas, mas já praticaram a pesca, 01 (uma) é professora e a outra é estudante. Somente duas entrevistas com formulários foram realizadas no ambiente aquático, uma em Cajuúna e a outra no Pesqueiro.

Na pesquisa do período de junho e julho/2013, também foi possível acompanhar e observar as manifestações culturais inter e intracomunidades, como: Círio de Santa Maria (Povoado do Céu) e Procissão de São Pedro (Soure e Cajuúna). Este momento ensejou conhecer o Povoado do Céu e a Vila do Pesqueiro

e dialogar com representantes daquelas localidades. A par destas manifestações de cunho religioso, também foi possível observar as festividades juninas, como a apresentação da “Quadrilha da Tia Joca” (Cajuúna) e a apresentação do “Boi Bumbá Areia Branca” (Povoado do Céu).

Nos dois meses consecutivos, após a terceira viagem ao campo – julho de 2013, ou seja, os meses de agosto e setembro –, organizamos os registros das viagens, como imagens, gravação e realização de transcrição das entrevistas. Após esse período de organização do material da pesquisa ao campo, realizamos mais duas viagens no mês de outubro.

A penúltima viagem ao campo – início de outubro/2013 – objetivou conhecer o Povoado do Céu e entrevistar os pescadores e representantes das organizações desse lugar. O critério para a escolha dos interlocutores foi observação direta nos domicílios para identificar os agentes sociais na linha do objeto de estudo, assim como, indicação dos pescadores após entrevista, mesmo critério adotado na Vila do Pesqueiro no mês de julho. Nos domicílios eram visíveis os apetrechos de pesca expostos nos pátios e/ou pescadores desenvolvendo atividades em terra, como tecer ou remendar/consertar redes e tarrafas. Diferentemente da pesquisa realizada na Comunidade Cajuúna e no Pesqueiro, não foi possível aplicar questionários, em virtude do tempo. Para realizar as entrevistas, utilizamos um caderno de campo, gravador e câmera fotográfica para uma maior segurança das informações e memória do trabalho de campo, visando a posterior descrição. A outra diferença com relação às entrevistas realizadas em Cajuúna foi a abordagem das intervenções, que, no Povoado do Céu, foram direcionadas às práticas de pesca e os assuntos relacionados à organização da comunidade foram tratados diretamente com os representantes das organizações formais e informais, a saber: Presidente e Vice-Presidente da AMPOC e Representante da Organização informal da Evangelização de Santa Maria, assim como, das festividades culturais do aniversário do povoado. Paralelamente, nesta etapa da pesquisa de campo (em Céu, Cajuúna e Pesqueiro), foram coletados, por meio de aparelho de GPS – *Global Positioning System*, 63 (sessenta e três) pontos para identificação das localidades em estudo. Priorizamos a entrada dos povoados, portos, ruas, travessas, ramais, poço comunitário, pontes, as instituições, como: Escola; Igreja; Posto de Saúde e o ambiente aquático como os pontos de pesca nos Igarapés/Rios – locais de trabalho dos pescadores. Além de

dentro da comunidade, foram coletados pontos do percurso dessas comunidades por via terrestre através da estrada estadual – PA-154. Para a realização das entrevistas e registro dos pontos de GPS utilizamos um caderno de campo, que nos acompanhou desde o início da pesquisa; ainda, máquina fotográfica e, para as entrevistas, gravador. Nesse itinerário da PA-154 (Cajuúna, Céu a Pesqueiro), também foi possível observar duas localidades (Comunidade do Pedral e o Bairro de Tucumanduba); este ensejo proporcionou entrevistas com extrativistas desse bairro, que tinham acabado de chegar do mangal. O caranguejeiro profissional referiu-se à redução dessa espécie, o aumento de horas trabalhadas e a distância para a captura dos crustáceos. No final desse mesmo mês houve continuidade das entrevistas e a coleta de mais 27 (vinte e sete) pontos de GPS nas três comunidades, totalizando 90 (noventa pontos) para a elaboração do mapa de localização da área de estudo. Após esta última viagem, nos dois meses seguintes – novembro e dezembro, foram procedidas a continuação das transcrições e a organização do material de campo referentes a essas duas últimas viagens.

No início de 2014, foram concluídas as transcrições e iniciada a etapa de quantificação dos dados, elaboração de matrizes, tabelas e gráficos. No mês de fevereiro foi concluído o perfil dos entrevistados da Comunidade Cajuúna, enquanto as categorias seguintes da matriz foram concluídas no mês de abril. O Povoado do Céu e Vila de Pesqueiro, os quais deram sustentáculo para o estudo relativo a essa unidade de conservação, são analisados em uma abordagem qualitativa. Nestas unidades sociais, apesar da abordagem da pesquisa para a coleta das informações diferenciar-se da primeira comunidade pesquisada – Cajuúna, foi possível observar mais semelhanças do que o oposto em relação ao modo de viver dos habitantes do Povoado do Céu e Vila do Pesqueiro, como crianças e adolescentes que também possuem os mesmos hábitos, cujas brincadeiras também não guardam diferenciação de gênero; o futebol é a brincadeira dos meninos e das meninas, assim como em Cajuúna. As mulheres realizam atividades domésticas e colaboram nas atividades da pesca que se ampliaram nas residências como a salga e corte dos peixes; do mesmo modo, algumas mulheres ajudam seus companheiros no ambiente aquático para a pesca “de perto”, como piloto e na despesca; apesar de predominar na atividade da pesca o gênero masculino, nesse território pesqueiro também há mulheres que praticam a pesca “de perto”.

Com relação às práticas de pesca foi possível observar nos três povoados que apesar das similitudes no contexto geral, existem diferenças quanto às modalidades de pesca “de perto” e a distância para a execução das atividades no ambiente aquático. No Céu, pratica-se com mais frequência o Arrasto; em Cajuúna a Pesca com Tarrafa e no Pesqueiro a Rabiola. Em relação à distância para a execução das práticas de pesca com rede o que difere é o balizamento de Cajuúna, cuja demarcação compreende uma distância maior da praia para a realização da pesca com rede, enquanto no Povoado do Céu e Vila do Pesqueiro as práticas de pesca com rede são realizadas mais próximas da praia.

Quanto à comercialização, a maioria dos extrativistas do Céu e Pesqueiro vende o pescado dentro da comunidade para os atravessadores de Soure, enquanto em Cajuúna, os pescadores vendem para o marreteiro da comunidade.

Em relação à população, a Vila do Pesqueiro é a que tem maior índice de natalidade. Conforme informação verbal (P.F.R, jun/2013), nesse mesmo ano nasceram 22 (vinte e duas) crianças, enquanto em Cajuúna nasceram 3 (três). Segundo informação do Professor da Escola de Cajuúna: “Parte das mulheres que estavam aptas a reproduzir foram operadas. Essas mais novas também não querem ter mais muitos filhos; no máximo um ou dois. Então essas crianças são as que vão ser os futuros alunos da escola”. Observou também que o Céu iguala-se a de Cajuúna, cuja população é ainda menor. (Entrevista³ L. J. O., julho/2013).

Diante do percurso da pesquisa, este estudo privilegia um procedimento comparativo intercomunidades, assim como Barth (2000, p. 11) que se apoiou nas práticas sociais com o olhar para as interações entre as pessoas e as diferentes comunidades, sendo este, para o autor, o cerne para compreensão da sociedade.

Nessa mesma linha de pensamento, se privilegia o saber local, do mesmo modo que Geertz e Bourdieu em seus estudos centrados nos conceitos de *habitus* e campo, por constatar que há afinidade teórica entre estes pensadores e a prática da pesquisa de campo que ora se apresenta. Inicialmente a proposta era a de estudar somente uma comunidade, mas o campo mostrou-nos a complexidade do ambiente a ser investigado e a decisão foi incluir, na realização do estudo, mais duas

³ Nesse período da pesquisa de campo, mais especificamente nos dias 21 e 22 de junho de 2013, líderes e gestores das 09 (nove) RESEX's Marinhas do Pará, reuniram-se para discutir a implementação do Plano de Gestão Integrada de Recursos Pesqueiros. A consultoria foi realizada pela FADESP/UFPa. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/comunicacao/noticias.html>>. Acesso em: 06 jul. 2014.

localidades. Assim, como evidencia Barth (2000, p. 13), foi necessário ampliar a pesquisa de campo e estudar “o comportamento das pessoas em seu cotidiano num raio de ação maior que o grupo ou a comunidade inicialmente estudada”. Esta ação adotada em campo possibilitou uma melhor apreensão e compreensão do objeto de estudo e do modo de viver nas comunidades tradicionais de pescadores artesanais em uma RESEX. O que parecia complexo levou-nos para o caminho de melhor reflexão do mundo social ou microssocial, permitindo adotar uma metodologia construída em campo a partir do olhar para além da comunidade inicial de estudo, e, desse modo, como diz Bourdieu foi possível: “[...] Passar do esquema prático para o esquema teórico [...]” (BOURDIEU, 2011, p. 134) e compreender um mundo de pescadores, que apesar das similitudes dos modos de existência, cada lugar produz a sua diferenciação, identidade e um conjunto de relações sociais. Um saber adquirido a partir do *viver a vida* do outro e, nessa experiência vivida em campo apoia-se nos estudos de Raymond Firth (1974) para refletir a organização social dos grupos no campo político através das associações e entidades de classe, como a Colônia de Pescadores.

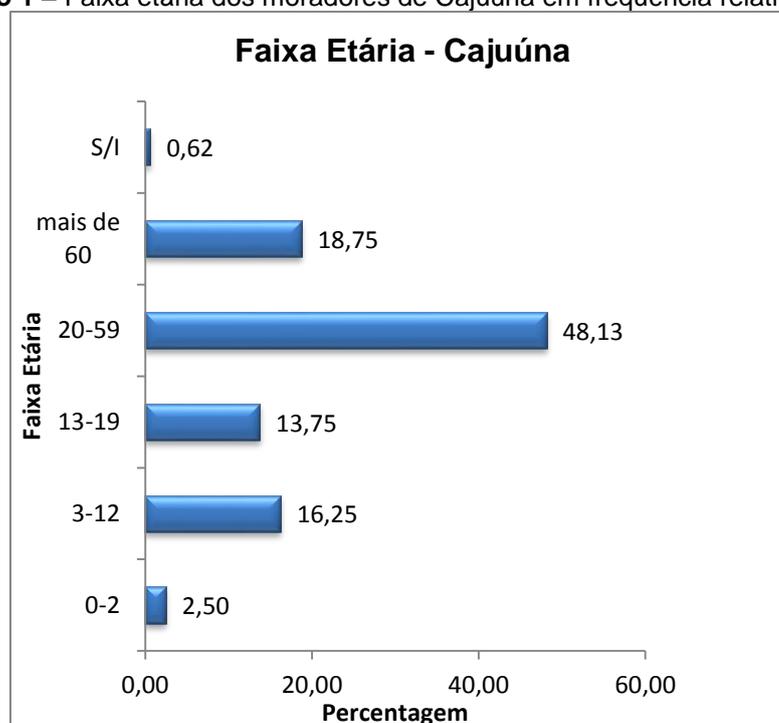
Este procedimento metodológico possibilitou descobertas e conhecimento através dos agentes sociais, não necessariamente investigados *in loco*, permitindo assim uma melhor compreensão das variáveis de estudo aos olhos do pesquisador e do interlocutor e, conseqüentemente, uma melhor segurança do conhecimento adquirido ou revelado em campo. Os “não ditos” puderam ser melhores apreendidos e compreendidos através das interações entre as comunidades e, desse modo, buscou-se “a recíproca entre reflexão teórica e prática investigativa, exigência condensada na paráfrase de uma célebre fórmula kantiana: ‘a teoria sem pesquisa empírica é vazia; a pesquisa empírica sem teoria é cega’.” (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p. 162 apud PETERS, p. 53).

1.2 O PERFIL DOS ENTREVISTADOS DA RESEX SOURE: CAJUÚNA

A Comunidade Cajuúna, proposta para ser investigada inicialmente, foi onde entrevistamos um maior número de moradores, especialmente pescadores, mas que em sua ausência outro morador da residência prestou a informação como a esposa

ou outro parente, totalizando 67 (sessenta e sete) entrevistas, sendo que destas 54 (cinquenta e quatro) foram com auxílio de questionários em 53 (cinquenta e três) domicílios, visto que entrevistamos em um dos domicílios 01 (uma) família de agregados e, 13 (treze) entrevistas foram abertas, cujo universo foi de 160 (cento e sessenta) pessoas, destas 89 (oitenta e nove) são do sexo masculino (55,62%) e 71 (setenta e uma) são do sexo feminino (44,38%). Quase metade da população é formada por adultos (48,13%) na faixa etária de 20-59 anos e idosos na faixa etária de mais de 60 anos (18,75%); enquanto as crianças na faixa etária de 0-2 anos (2,50%) e na faixa etária de 3-12 anos (16,25%); e os jovens de 13-19 anos (13,75%), conforme o Gráfico 1:

Gráfico 1 – Faixa etária dos moradores de Cajuúna em frequência relativa.



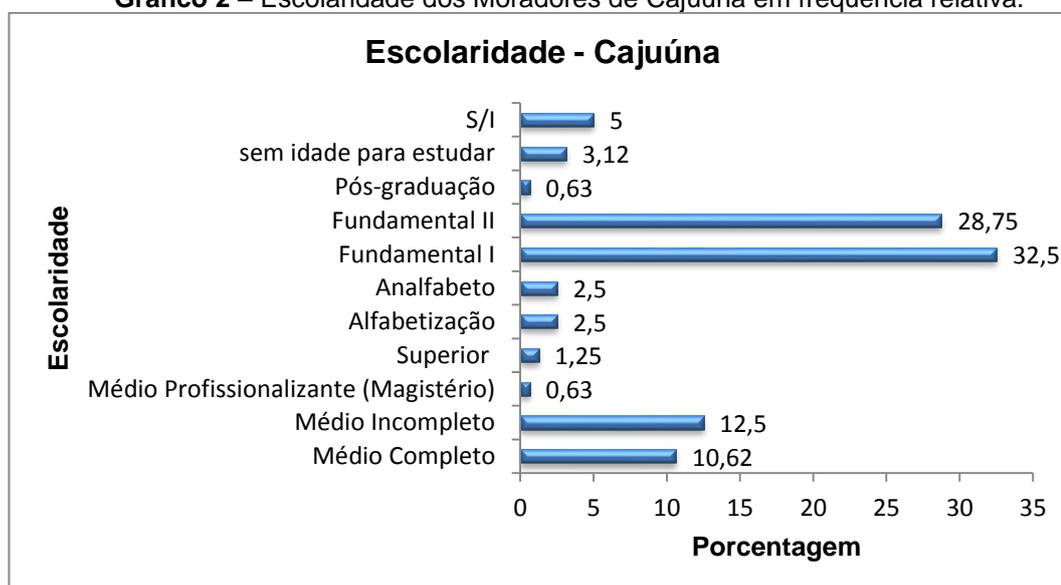
Fonte: Pesquisa de campo, maio a julho (2013).

Nesse período da pesquisa, observamos que a maioria das famílias de Cajuúna não é numerosa e a prole está cada vez mais reduzida, como mostra o Gráfico 1, as crianças com menos de 2 anos até aos 12 anos de idade, fase da pré-adolescência somam 18,75%. As mulheres mais novas atualmente dividem-se entre o trabalho, o estudo e a família, assim como, o fazem as mulheres da área urbana, conforme relatos todos da casa colaboram, os chefes praticam a pesca, algumas esposas trabalham em instituições dentro da comunidade como na Escola e no

Posto de Saúde, enquanto outras ajudam na pesca ou estudam, além da atividade doméstica. As que somente estudam aspiram encontrar oportunidade de trabalho. Conforme entrevistas um dos problemas citados foi a falta de emprego. As famílias têm benefícios de alguns programas governamentais, como Bolsa Família e Bolsa Verde, assim como, o seguro-defeso através da Colônia de Pescadores Z-1. Mas é insuficiente para custear a despesa familiar. Devido à sazonalidade da pesca e a imprecisão da safra, há redirecionamento das atividades para o comércio, carpintaria, entre outras, conforme demonstra o Gráfico 3.

Com relação à escolaridade da população de Cajuúna, o Gráfico 2 mostra que 32,5% possui o ensino fundamental I e 28,75% o ensino Fundamental II, enquanto o Ensino Médio Completo (10,62%) e incompleto (12,5%). Convém destacar que 1,25% da população investigada possui nível superior e 0,63% Pós-Graduação; e que na ordem de 2,5% são analfabetos e 3,12% não têm idade para estudar. O Gráfico 2 mostra a distribuição relativa quanto ao ensino.

Gráfico 2 – Escolaridade dos Moradores de Cajuúna em frequência relativa.



Fonte: Pesquisa de campo, maio a julho/2013.

Legenda: S/I – Sem Informação.

Durante todo o percurso da pesquisa ouvimos o relato de dois sonhos de pescadores, sem pergunta direcionada, um em termos coletivos sobre a infraestrutura para a comunidade de Cajuúna e o outro em termos pessoais, de um pescador do Pesqueiro, quando expõe que o seu grande sonho é “saber ler”. Os pescadores mais antigos estudaram até o ensino fundamental, em virtude da própria

atividade e das condições no campo educacional, diferente dos dias atuais. Ao mesmo tempo, estes pescadores veem a dificuldade para desenvolver a atividade da pesca, o esforço físico, a falta de estrutura para a pesca e a escassez dos recursos hídricos, o que demanda um maior esforço para capturar as espécies aquáticas. Do mesmo modo, também dois pescadores falam sobre a importância da educação para os jovens e filhos. Um deles associa a atividade do extrativista ao “tempo dos burros”. O conselho de um extrativista de Soure, já aposentado para um jovem extrativista de caranguejo, que mora em Soure:

Tá cada vez mais difícil, eu ainda ontem disse pra um caranguejeiro... Aí, ele chegou, arrumou não sei se foi 60 (sessenta). Aí ele disse: rapaz, tá ruim... Aí, eu disse: pagou o cursinho? Ele disse, paguei. Eu disse: Vá meu filho, esse não é ramo pra você mais. Esse é ramo pro seu pai que tá com 50 e tantos anos; não demora ele pega 60 vai se aposentar... Pra jovem não abra o olho pra ser extrativista não adianta mais; daqui pra frente vocês têm que estudar, se formarem pra pegar emprego, porque o tempo de burro já passou; que a gente puxava a carroça, burro puxava a carroça e hoje não serve pra nada mais. Aqui não tem mais do que viver... (M.L., informação verbal obtida em 10 de outubro de 2013).

Do mesmo modo um pescador lembra do tempo de criança e reflete sobre a fartura do pescado no passado e o desaparecimento das espécies no presente e, das dificuldades do trabalho do pescador, cuja atividade da pesca depende da safra e quem não trabalha “não é nada”, quer dizer que o trabalho do pescador depende da safra e quando não tem peixe o homem perde o sentido, porque não tem trabalho e, por isso, aconselha seu filho para estudar. Conforme depoimento de quem pesca há mais de 40 anos e começou na atividade aos 13 anos:

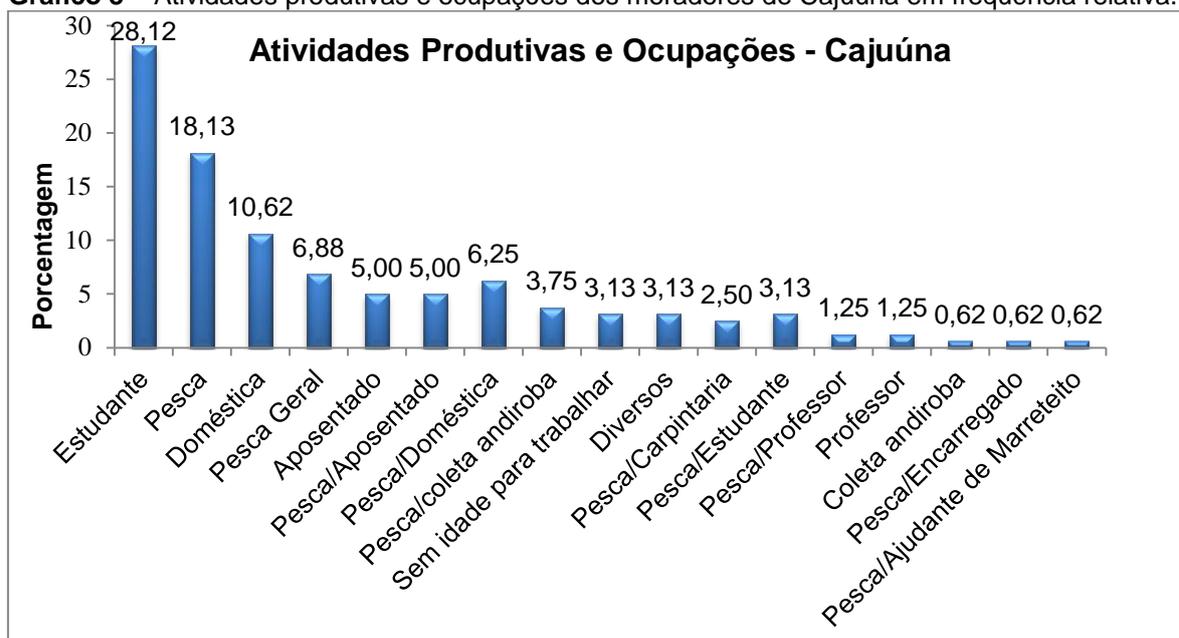
É por isso que eu digo e tenho dito pra muito: ...Tenho dito pra esse meu filho – esse segundo: meu filho, tu quer estudar, estuda; o que tu puder fazer, tu faz; não vai te iludir na pesca; é por causa da pesca que eu tô enterrado aí. Larguei o meu estudo com treze anos; a minha mãe me botava, eu chorava: Ah! Eu não vou estudar, porque chegava na escola, eu me sentava no meio desses mirizal e ficava esperando os outros sair; quando os outros saíam, eu me metia no meio. Chegava aqui em casa, ah! mãe tava na escola; quando chegava no fim do ano que era a bronca; que era pra assinar o boleto. Apanhava um bocado de tapa pronto não fui e não vou mais pra escola, larguei e hoje em dia é onde eu me arrependo, que lugares bons era pra eu tá colocado e eu perdi, porque por lá eu já tive...pra mim ficar só de sapato, sentado, mas não tem estudo. Então é por isso que eu digo pro meu filho: meu filho você tem vontade de estudar, estuda, não vai te iludir. Não que o dia que te der vontade de tu ir no mar, matar uma pescada, não que tu não vá um dia, mas o que tu puder aprender aprende, o que dê na tua cabeça de estudo, pode aprender, porque vai servir pra ti mesmo. Não vai te iludir por essa pesca, porque essa pesca é assim. É como eu tô lhe dizendo a gente conta com um dinheirozinho mais, do mês

de maio em diante, depois que chega o salgado fica desse jeito. De maio a julho, porque todo dia a gente vai e o peixe é certo. (R.S.M., entrevista realizada em 09 de outubro de 2013).

Este desabafo em função da redução dos recursos pesqueiros nos faz refletir quando se pensa em comunidades tradicionais, em Amazônia, as singularidades do homem que vive da floresta e assim como se fala em preservação da natureza, pensa-se também na preservação da cultura, a importância desses jovens conservarem o saber tradicional e continuarem defendendo o seu patrimônio natural – material e imaterial, sem terem que migrar para os centros urbanos e a importância das políticas públicas convergirem para o homem de forma ampla, que possa dar sustentabilidade não só física, como social e cultural para garantir a permanência do homem no seu habitat e que simultaneamente possa manter o modo de viver dos “tempos dos antigos”, como dizem os extrativistas mais idosos, ao lembrar do passado, o que Hobsbawm (1997, p. 19) denomina de “práticas antigas”.

No que diz respeito às atividades produtivas desenvolvidas pelos moradores da Comunidade Cajuúna, o Gráfico 3 evidencia que do total geral da população, 45 (28,12%) são de estudantes e a pesca como atividade principal para consumo e comercialização 77 (48,13%), sendo que desse universo também estão inclusas as atividades de coleta da andiroba, carpintaria, encarregado, professor e ajudante de marreteiro, estes além de praticarem a pesca praticam outras atividades. Esse redirecionamento, como dito anteriormente, pode ser explicado pela oscilação da pesca, falta de estrutura para a prática da atividade e comercialização da fauna aquática e/ou redução dos recursos pesqueiros, apesar da diversidade de espécies aquáticas que existem no território pesqueiro, conforme entrevistas realizadas com os pescadores (Tabela 3 – espécies de peixes). Os pescadores mais antigos associam a redução do pescado à evolução dos instrumentos de pesca e por fatores subjetivos inerentes ao homem da atualidade, diferente dos “tempos antigos”. Com relação aos moradores que não praticam a pesca corresponde às domésticas – 17 (10,62%), aos aposentados – 8 (5%), sem idade para trabalhar – 5 (3,13%), professor – 2 (1,25%) e coleta de andiroba – 1 (0,62%). Além das atividades associadas ao uso dos recursos hídricos e florestais, no item diversos – 05 (3,13%) dos habitantes de Cajuúna, praticam atividades de natureza diferente ao extrativismo da pesca: transporte (mototáxi), saúde (enfermagem), estética (manicure) e pecuária (vaqueiro).

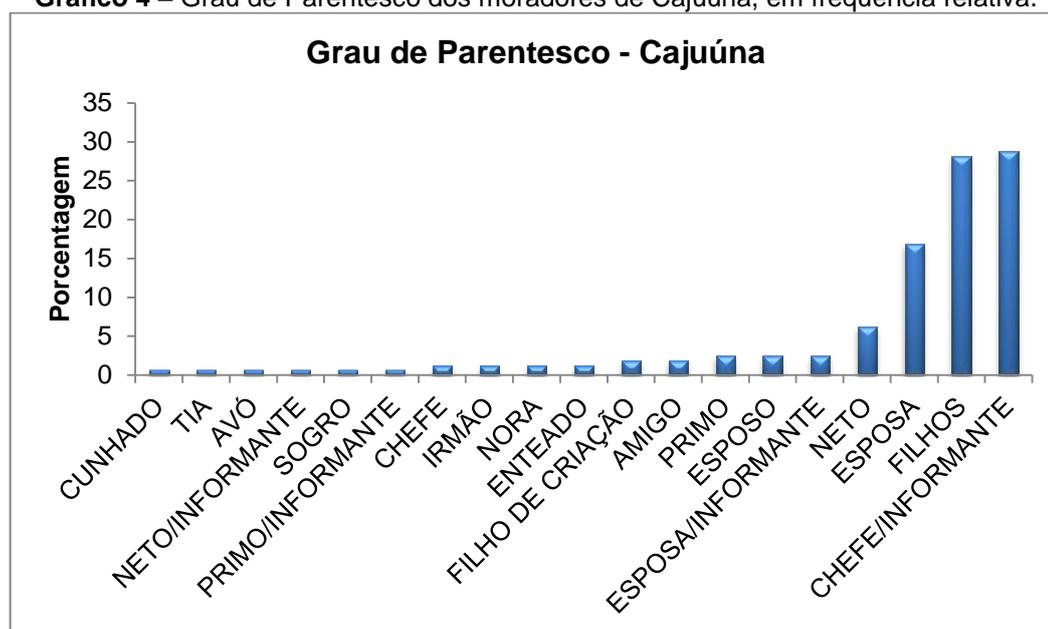
Gráfico 3 – Atividades produtivas e ocupações dos moradores de Cajuúna em frequência relativa.



Fonte: Pesquisa de Campo, maio a julho/2013.

Quanto às relações de parentesco da população de Cajuúna (160), consanguíneo e não consanguíneo, por exemplo, na maioria dos domicílios, além dos chefes (32,50%), prevalecem os filhos (31,26%), sendo que este total compreende também os filhos de criação e enteados, enquanto as esposas (19,38%). E com menos de um por cento formado pela avó (0,62%), tia (0,62%), sogro (0,62) e cunhado (0,62%) e da ordem de (3,13%) de primos, irmão (1,25%), nora (1,25%) e amigo (1,88%). Conforme entrevistas nos 53 domicílios, somente duas famílias eram formadas por sete componentes. Para além do ambiente familiar, as relações de parentesco também podem ser notadas quanto à organização do trabalho na pesca. Geralmente quando os apetrechos de pesca não são próprios, recorre-se ao empréstimo de instrumentos de trabalho de parentes consanguíneos e, em menor proporção, não consanguíneos. Mas as relações nessas comunidades ultrapassam o ambiente familiar. Neste contexto, as relações sociais são constituídas dentro e fora do ambiente familiar.

Gráfico 4 – Grau de Parentesco dos moradores de Cajuúna, em frequência relativa.

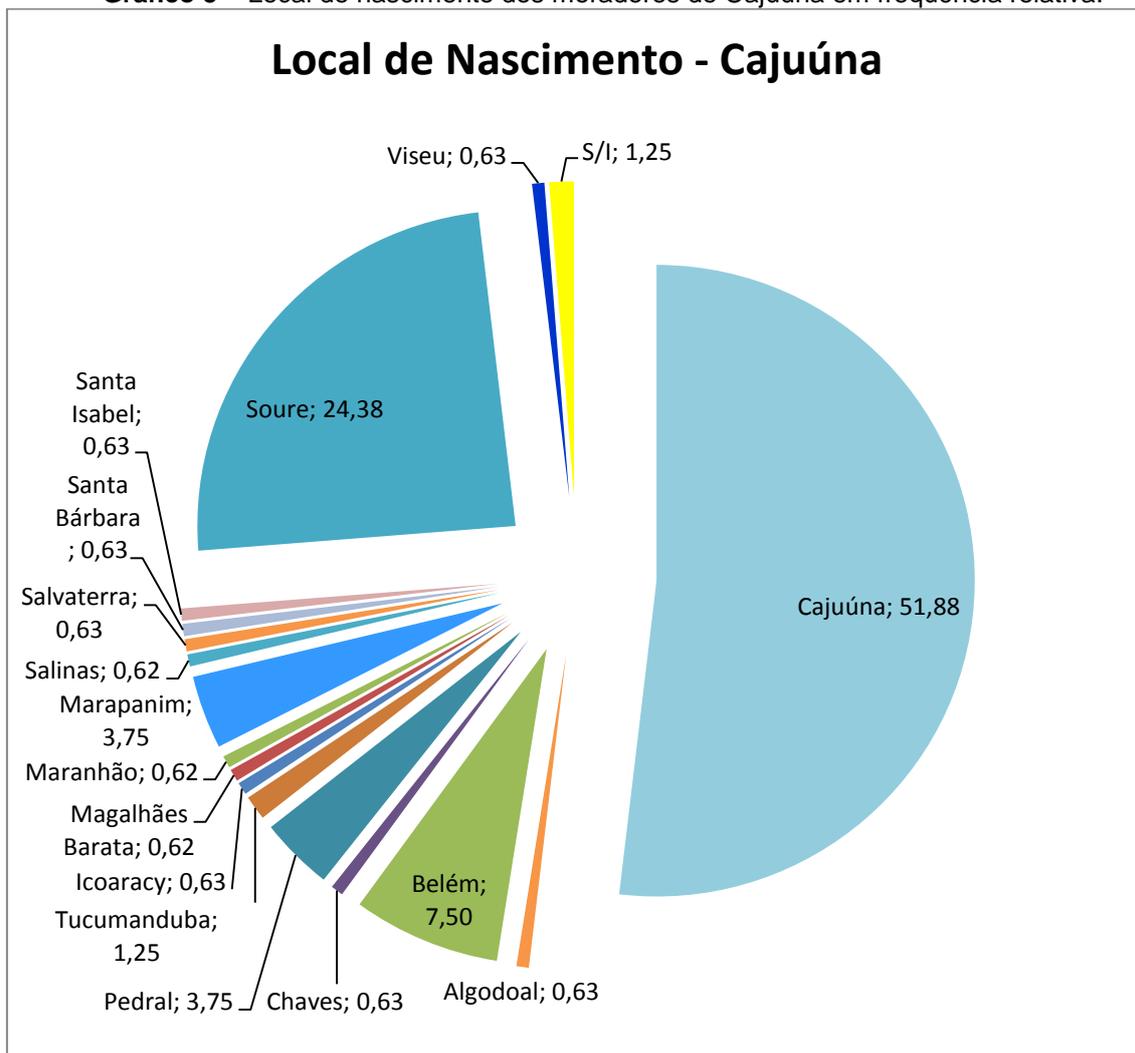


Fonte: Pesquisa de campo, maio a julho/2013.

Segundo Weber as relações sociais podem convergir para as formas de ajuda mútua e, neste sentido, estas relações associativas ultrapassam o grupo familiar, estabelecido entre pai, mãe e filhos e se integram à comunidade de vizinhança, cujo “conceito não se refere à proximidade dos vizinhos..., mas de modo geral, a toda a vizinhança dada pela proximidade espacial... e a situação comum de interesses...” (WEBER, 2009, p. 245). De acordo com esta afirmação, pode-se dizer que na RESEX Soure, é visível nas práticas sociais a comunidade de vizinhança, materializadas nas relações comunitárias. Mas nos povoados de estudo, além dos agentes sociais constituírem uma relação de vizinhança, estas relações são entremeadas por parentesco, sendo que estas relações são notadas “de dentro” e “de fora” da localidade, disseminando-se entre as mesmas e no entorno da RESEX, quer dizer nas comunidades que estão dentro dos limites da RESEX – Céu, Cajuúna e Pesqueiro e no entorno, constituído por comunidade e bairros, respectivamente como Pedral e Tucumanduba, além de outros Bairros de Soure.

Com relação ao local de nascimento da população de Cajuúna, a maioria nasceu no município de Soure (24,38%), mais especificamente na comunidade (51,88%), mas também em outros povoados e municípios, respectivamente Pedral (3,75%), Marapanim (3,75%), Belém (7,5%), Tucumanduba (1,25%) e com menos de (1%) em Chaves, Salvaterra, Santa Bárbara, Santa Isabel, Viseu, Magalhães Barata, Icoaracy, Algodual, Salinas e no Estado do Maranhão a mesma proporção.

Gráfico 5 – Local de nascimento dos moradores de Cajuúna em frequência relativa.



Fonte: Pesquisa de campo, maio a julho/2013.

Ao considerarmos que Cajuúna, Pedral e Tucumanduba são respectivamente comunidade e Bairro de Soure, pode-se dizer que 81,26% da população cajuueense é natural de Soure, enquanto 18,74% migrou de outros municípios do Pará e somente um dos habitantes migrou de outro estado – Maranhão. É provável que a população que migrou tenha sido motivada por melhores condições de vida como consequência da biodiversidade do território pesqueiro, assim como ocorreu nos primórdios do povoamento do litoral brasileiro ou até mesmo pela expectativa de melhoria de condição de vida através da criação da RESEX materializadas em políticas públicas e sociais. Atrelado a isto foi possível verificar que estes que migraram para a comunidade têm relação de parentesco com os antigos moradores e/ou constituíram família. A maioria dos moradores mais velhos nasceu em Cajuúna ou Cajuúna Velha, como autodenominam a segunda comunidade, época em que

havia dificuldade para locomoção até ao Centro do município de Soure. As mulheres contavam com o trabalho de parto de parteiras que moravam dentro da comunidade. A parteira Nazaré Carvalho Silva, que ainda mora na comunidade, realizou 53 (cinquenta e três) partos, a mesma mostrou-nos o registro de nascimento em um caderno, cujo primeiro data de 28 de dezembro de 1986 de Maria Neiva Siqueira, mas informou-nos que há mais dez anos não tem praticado esse trabalho. Em virtude da melhoria da estrada e do transporte, houve facilidade para locomoção ao centro do município de Soure.

O início das atividades de campo, iniciadas em maio de 2013, coincidiu com a safra da pratinha (*Mugilgaimardicus*) e da tainha (*Mugilincilis*) no Igarapé Cajuúna. Desse modo, nós precisávamos aguardar o momento da folga de trabalho referente a essa safra, quando seria o descanso dos pescadores, para realizar as entrevistas. Assim, foi necessário contar com a colaboração deles para aplicar os questionários. Daqueles que não tinham folga durante o dia, houve compreensão de programar um melhor horário e dia da semana para proceder às entrevistas. Inicialmente, somente dois pescadores resistiram a serem entrevistados. Destes, somente um pescador continuou resistindo à entrevista e, assim, entrevistamos a esposa.

No Povoado do Céu e Vila do Pesqueiro, como dito anteriormente a empiria reúne mais dados qualitativos e, comparativamente à Comunidade Cajuúna, priorizamos que o entrevistado fosse pescador e/ou representante de associações, que em sua maioria tem como atividade principal a pesca do peixe, seguida a do camarão na Vila do Pesqueiro, enquanto no Povoado do Céu a atividade principal dos entrevistados é pesca do peixe, tinham dois pescadores considerados também camaroeiros no Povoado, mas um faleceu em março de 2014 – Sr. Carlos da Silva Gomes (72 anos de idade), conhecido como Cabrela. Quanto ao local de nascimento dos moradores da Vila do Pesqueiro e Povoado do Céu a maioria dos entrevistados nasceu dentro do Povoado, do mesmo modo que os entrevistados da Comunidade Cajuúna. Nos três povoados a principal atividade é a pesca do peixe para subsistência e comercialização, seguida a do camarão em menor proporção e a do caranguejo. Enquanto os “usuários/extrativistas” da RESEX que residem nos Bairros de Soure, a principal atividade é a pesca do caranguejo.

Com este percurso da pesquisa empírica e da problemática investigada, o estudo está apresentado em três capítulos de desenvolvimento, no entanto, dividido em cinco seções a saber: a primeira seção é esta Introdução e a última se refere às Considerações Finais.

O primeiro capítulo de desenvolvimento busca refletir o viver de pescadores após a criação das reservas extrativistas, especialmente a RESEX Soure. Para melhor apreensão da realidade será apresentado um breve histórico de criação das Reservas Extrativistas no Brasil, tendo como referência o relato de um extrativista que viveu o processo de criação dessas unidades de conservação no Brasil e, para a reflexão da criação da RESEX Soure, apoia-se na pesquisa etnográfica, conforme relatos dos extrativistas que viveram esse processo.

Revela-se no capítulo segundo (do desenvolvimento) as práticas sociais a partir do saber tradicional dos Pescadores do Povoado do Céu, Comunidade Cajuúna e Vila do Pesqueiro. Tais práticas referem-se às atividades de trabalho desenvolvidas no ambiente aquático e em terra, assim como, as formas de organização social às quais estão vinculados os pescadores, como: associação de moradores, mulheres, pescadores e colônia. Nesse mesmo capítulo, para além das atividades associadas à pesca mostram-se os momentos de maior interação entre os agentes sociais a partir das manifestações culturais das comunidades tradicionais. Tais práticas culturais vinculam-se à religiosidade e às festas, como: a Festividade de São Pedro, o Círio de Santa Maria; as festas juninas e ao aniversário do povoado.

O último capítulo tem como objetivo refletir os anseios dos agentes sociais em relação à criação da RESEX; problemas que obstaculizam a melhoria da qualidade de vida dos pescadores, como a água potável e a inexistência de instrumentos técnicos de cunho legal que dificultam a gestão desta unidade de conservação.

2 PESCADORES INSERIDOS EM UMA RESEX

2.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DE CRIAÇÃO DAS RESEX'S NO BRASIL

A compreensão de criação das Reservas Extrativistas no Brasil remonta ao período histórico que marcou a visibilidade dessas unidades de conservação. Diferentemente das demais categorias de manejo, estas para sua origem contaram com o protagonismo do movimento seringueiro, iniciado no Acre cuja principal liderança foi o seringueiro e líder sindical Chico Mendes, entre outras lideranças que estavam ao lado dele para impulsionar essa luta sociopolítica em defesa dos direitos comuns dos extrativistas da Amazônia, sendo que o pensamento dessas lideranças ao defender as RESEX's não se limitava à terra em sentido físico ou material, mas era a preservação da floresta, dos seringais e, concomitantemente à conservação da floresta em si estava a cultura, em sentido amplo, visto que nessa mesma época, segundo Ramos (Informação verbal) surgia para eles o conceito de território, de territorialidade e o simbólico emerge para fortalecer a luta em defesa da tradição, da identidade dos povos da floresta.

As três últimas décadas do século passado no Brasil coincidem com profundas transformações em nível mundial, surgem novas categorias de cunho ideológico e emerge a problemática ambiental, centrada na poluição do ar, da água, aquecimento global e esgotamento dos recursos naturais não renováveis (LEFF, 2011; SILVA, 2010). Segundo Vianna (2008, p. 138) a irracionalidade “[...] na prática foi intensificada pela Revolução Industrial e a consequente urbanização da sociedade moderna”, evidenciando a separação homem-natureza. Estes problemas ambientais tornaram-se o cerne da discussão mundial. O governo brasileiro para cumprir os objetivos da política no campo ambiental coloca em prática o *modus vivendi* e cria instituições delegadas ao cumprimento administrativo da nova política ambiental, como INCRA, IBDF, IBAMA, SEMA (1973) e mais recentemente no século XXI, o ICMBio, atual órgão gestor das unidades de conservação.

Em nível mundial, o Parque Nacional de Yellowstone nos Estados Unidos, criado em 1872, foi o marco da política de unidades de conservação, cujo “modelo levou ao extremo o nível de restrição ao uso humano e proibiu a existência permanente no parque até mesmo das populações com formas de vida claramente

diferente das do modelo urbano” (VIANNA, 2008, p. 147). A partir deste foram multiplicando-se os parques nacionais e, concomitantemente, foram surgindo novas categorias (DRUMMOND et al., 2010). McCormic (1992 apud VIANNA, 2008, p. 145), informa que Nash e Runt são “alguns dos autores que elucidaram o desenvolvimento desse conceito nos EUA” e, isto ocorreu no momento de ordenação territorial e expansão da ocupação para o oeste do país e as Regiões que eram consideradas coletivas foram privatizadas. Atrelado a isto, com o aumento da população urbana, pensava-se em ambientes para recreação e lazer. Para a mesma autora, a política das áreas naturais protegidas, fundamenta-se no entendimento de que “a natureza é finita e, desse modo, os espaços naturais devem ser separados e isolados do processo de desenvolvimento das sociedades modernas [...]” (VIANNA, 2008, p. 145).

Nesta compreensão, o homem é separado da natureza, diferentemente dos primórdios da humanidade, cuja natureza é fundamental ao desenvolvimento do próprio homem em uma relação de simbiose, particularmente as comunidades tradicionais da Amazônia. Nas sociedades modernas, com o aparecimento das áreas protegidas esta relação é dilacerada no contexto das áreas de proteção integral e limitada nas áreas de uso sustentável, causando conflito, descontentamento e em alguns casos sentimento e/ou prática de emigração em virtude de problemas internos e a falta de alternativa consolidadas em políticas que possam garantir a reprodução econômica e social do homem, dependente da natureza, em especial o extrativista da Amazônia.

Diegues (1994 apud VIANNA, 2008, p. 146) advoga que os primeiros pensadores norte-americanos, o qual os chamou de “contestadores radicais” para os ecologistas profundos, defendiam a concepção da natureza intocada para a fundação das primeiras áreas naturais protegidas, mas estes mesmos ecologistas profundos também defendiam que não havia incompatibilidade entre a presença de grupos indígenas. Segundo o mesmo autor a crítica dos preservacionistas dirigia-se ao homem moderno.

Com a Conferência da Biosfera em 1968, ocorre o aumento de áreas naturais protegidas no mundo, expandindo o conceito de conservação, na qual a dimensão política, social e econômica da conservação dos recursos naturais e das áreas naturais protegidas é discutida pela primeira vez, cujo cerne da discussão foi o “uso

e a conservação mais racional da biosfera, o impacto humano sobre ela e a necessidade de as nações do terceiro mundo conservarem suas áreas naturais”. Surge na década de 80 o conceito de biodiversidade, com objetivo de frear a sua perda, valorizando todas as espécies ameaçadas. Nessa mesma década (1989), o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA sugeriu que 10% da superfície terrestre fosse área natural protegida (Idem, p. 152).

No campo dos conflitos, a autora informa que a partir de 1972 – Conferência de Estocolmo – fica evidente a preocupação mundial entre moradores e áreas naturais protegidas, cujos problemas sociais, políticos e econômicos entram em discussão pela primeira vez num fórum intergovernamental (VIANNA, 2008, p. 152).

Ainda segundo Vianna (2008, p. 166), a partir das décadas de 1930 e 1940, começou a se estruturar uma política ambiental no Brasil, materializada no Código Florestal, no Código de Caça e Pesca e no Código de Águas. Nessa mesma década começa um processo de industrialização, cuja exploração e apropriação dos recursos exigiam a preservação em termos legais. A constituição de 1937 cria o primeiro Parque Nacional de Itatiaia e mais dois parques em 1939. Segundo Brito (1995, 52 apud VIANNA, 2008, p. 167), “os primeiros Parques Nacionais do Brasil estavam vinculados ao conceito de monumentos públicos naturais, conforme a Constituição de 1937, e visaram resguardar porções do território nacional que tivessem valor científico e estético”.

O ano de 1988, com a proclamação da chamada “Nova República”, marca o início da legislação ambiental brasileira. O IBDF e SEMA assinaram um protocolo de intenções com a FUNATURA com objetivo de “atualização conceitual do conjunto das categorias de unidades de conservação”. Com este trabalho, emergiram 10 categorias de manejo, mas somente as APA’s permitiam presença humana, cuja maior importância eram as categorias de proteção integral (Idem, p. 176). Em 1989, a Lei 7.804 cria as RESEX’s, regulamentadas pelo Decreto 98.897 de 1990.

No entanto, a metade da década de 70 e o início da década de 80 são consideradas as mais ricas da história do país em termos de lutas, e movimentos sociais e de projetos de mudança social (GOHN, 2001). Com o regime militar que perdurou por 20 (vinte anos), houve resistência de intelectuais da academia e setores da esquerda para discutir o nascimento do “novo”. Segundo Gohn (2014, p. 21-22), os novos movimentos sociais nascem na Europa e nos EUA nos anos de

1950-1960, cujas novas ações coletivas surgem com o movimento dos direitos civis, das feministas, movimentos pacifistas, ambientalistas, movimento de estudantes e culturas alternativas. Estes novos movimentos definiram questões no campo cultural, além de formatarem identidades. No Brasil, a produção teórica brasileira nas décadas de 70 e parte de 1980, tinha como referência os paradigmas europeus, sendo que predominava na década 70 a vertente marxista e na década de 80 a abordagem dos novos movimentos sociais, cujo foco do paradigma desses novos movimentos era a categoria “autonomia e identidade, seguida de outras como sociedade civil, cidadania, participação social, justiça social [...]”.

Almeida (2008) sustenta que, desde 1988, ocorre uma mobilização dos agentes sociais que se agrupam de forma associativa e formam um corpo de lideranças que reivindicam o reconhecimento de suas “territorialidades específicas”, e exemplifica: “quebradeiras de coco babaçu”, “ribeirinhos”, “fundos de pasto”, “faxinais” e “pescadores”, que de forma coletiva e politicamente organizados se consolidam em movimentos sociais.

O mesmo autor informa que o desenvolvimento dos movimentos sociais emerge na atualidade como sujeitos da ação e se expõem de forma coletiva nas diversas organizações formais, como exemplo: Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS, Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB, Movimento Nacional dos Pescadores – MONAPE, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ etc. Avisa, também, que outros movimentos se organizam contra medidas governamentais e impactos de grandes projetos de infraestrutura, a saber: rodovias, barragens, gasodutos, minerodutos, dentre outros. Estas entidades foram criadas a partir de 1988, com exceção do Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS e Movimento dos Sem Terra – MST, que surgiram em 1985 e a UNI, em 1978 (ALMEIDA, p. 80-81). Afirma ainda que estes movimentos distinguem-se da ação dos sindicatos por se estruturarem “segundo critérios organizativos diversos, apoiados em princípios ecológicos, de gênero e de base econômica heterogênea, com raízes locais profundas” (HOBBSAWM, 1994 apud ALMEIDA, 2008, p. 92). O autor exemplifica essas diversas formas de organização dos agentes sociais segundo suas “territorialidades específicas”, como os Pescadores que estão organizados em Colônias e associações; os seringueiros se organizam por seringais e “colocações”,

dentre outros movimentos. Conclui que estes movimentos “não se estruturam institucionalmente a partir de sedes e associados e nem das bases territoriais que confinam geograficamente as ações sindicais, insinuando-se como formas livres de mobilização...” (Idem, p. 93)

O surgimento dos “novos movimentos sociais” no Brasil, particularmente na metade da década de 1980, coincide com a fundação em 17 de outubro de 1985, por ocasião do Primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros, em Brasília, na UNB, da organização política denominada Conselho Nacional dos Seringueiros. Nesse mesmo encontro o conceito de Reservas Extrativistas emerge como Reforma Agrária, por isso as RESEX's são consideradas a “Reforma Agrária dos Seringueiros”. Este encontro marca a força da representação política dos extrativistas da Amazônia. A partir da organização destes agentes sociais e das agências e instituições ambientalistas nacionais e internacionais a política ambiental idealizada pelo movimento ganha expressão no campo das políticas públicas. Como diz Little (2003, p. 18), “[...] o conceito de “políticas públicas” ganha um novo sentido: conjunto de decisões inter-relacionadas, definido por atores políticos, que tem como finalidade o ordenamento, a regulação e o controle do bem público.”.

A categoria Reserva Extrativista, que é o *locus* deste estudo, teve origem em 1987, através da Portaria 627 do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, mas somente depois do assassinato do ecologista e seringueiro Chico Mendes houve reconhecimento das reservas extrativistas através do Decreto de nº 98.897 de 30 de janeiro de 1990, cujo Art. 1º do mesmo decreto as define, especifica o objetivo de sua criação e a quem tem o direito de usufruir dos recursos e do território, haja vista a presença humana no interior da unidade de conservação, até então não permitido nas categorias de proteção integral: “[...] são espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista”.

Com objetivo do enlace teórico-prático, mostra-se o processo de luta socioambiental dos seringueiros para a conquista das RESEX's no Brasil, a partir do depoimento do Sr. Pedro Ramos de Souza, um dos protagonistas sociais que teve participação sociopolítica ao lado do líder seringueiro e ecologista Chico Mendes, entre outros. Hoje representa os extrativistas junto ao CNPT, antigo CNS.

Inicialmente, ele explica que houve uma mobilização⁴ nacional em vários estados do Brasil e internacional, como na Europa e Estados Unidos, até o governo brasileiro criar as RESEX's. Para isso os seringueiros tiveram como referência os Assentamentos Extrativistas cujas particularidades assemelhavam-se ao modo de viver dos extrativistas. Apoiados por entidades ambientalistas, os seringueiros tiveram a ideia do conceito de Reservas Extrativistas. Esse período é combinado com lutas partidárias, liderada pelos seringueiros antes do assassinato de Mendes, emerge a CUT e o Partido dos Trabalhadores como mais uma conquista dos seringueiros. Ramos na época era Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Território do Amapá, relata o processo de criação das RESEX's no Brasil:

- A institucionalização da reserva foi uma luta que vocês impulsionaram?
- Foi consequência, porque o que a gente fez para a criação da Reserva: Os assentamentos foram criados em outubro de 1988 e ele (*refere-se a Chico Mendes*) morreu em dezembro de 1988. Os assentamentos foram criados por duas razões:... Era que os assentamentos tradicionais do INCRA dividir em lotes eram contra os nossos costumes, eram contra a nossa tradição. Para ter uma colocação tinha que ter pelo menos três estradas de seringa, a gente cortava uma na segunda, outra cortava na terça e a outra cortava na quarta, quando a família era pequena e, na quinta-feira volta para a primeira, na sexta na segunda e no sábado à terceira... Eu tive no INCRA pra regularizar a situação da minha colocação e o INCRA perguntou pra mim: o Sr. tem benfeitoria? E eu disse tenho sim senhor.

- Isso na década de 80?
- Isso no início da década de 80 tinha terminado os anos 70... e, ele perguntou pra mim: quais são as benfeitorias que o Sr. tem lá, na sua terra, no seu lote? Eu falei: tenho 03 (três) estradas de seringas, tenho um paiol de castanha, tenho um defumador, ele disse: pára, pára pode voltar que isso não é benfeitoria, então o próprio INCRA aqui na Amazônia não sabia com quem ele estava lidando e, aí quando a gente se encontrava eu falava das coisas do Amapá, ele falava das coisas do Acre, a gente saía para outros Estados e a gente discutia as coisas da Amazônia e principalmente a gente conversava muito era sobre o modelo de desenvolvimento que tinha adotado para o país e em particular para a Amazônia que era na base do grande capital tanto nacional, quanto internacional – criação de empresas, os próprios seringalistas foram falindo, foram cedendo lugar para fazenda de bois e essas coisas aí e, apareceram as madeiras, as palmeiras.

- Eles foram para outras atividades?
- Foram para outras atividades dentro da Amazônia, mas nessas atividades eles não queriam saber se tinha gente ou não na terra, aí começou a discussão das pessoas das suas colocações para as cidades ou pra outra área mais distante e daí que surgem os empates, os famosos empates, a gente fez o empate aqui no Amapá com a Cajari,... uma grande estratégia.

⁴ Almeida (2008, p. 30-32) explica que as mobilizações continuadas são interpretadas como unidades de mobilização, cujo conceito “refere-se à aglutinação de interesses específicos de grupos sociais não necessariamente homogêneos, que são aproximados circunstancialmente pelo poder nivelador da intervenção do Estado – através de políticas desenvolvimentistas, ambientais e agrárias [...]”.

Depois a gente descobriu que não era estratégia coisa nenhuma porque no momento que a gente botava as famílias lá, o fazendeiro ia na justiça dava parte da gente, nos denunciava... e dava uma liminar a favor dele e já mandando a polícia com uma liminar como reintegração da posse e a polícia batia e depois ele processava a gente, a gente descobriu tudo, valia mas só por determinado tempo, tempo não muito grande. ... A gente conversando assim...: como é pra gente resolver esse problema da Reforma Agrária... Aí apareceu esse negócio de Assentamentos Extrativistas que era justamente, o conceito deles se comparava com costume e tradição e, com isso, com o conceito de costume e tradição surge pra nós o conceito de territorialidade, de território pra nós não era só a terra, pra nós era terra com possibilidade de conservar nossos mitos, nossas lendas...

O entrevistado introduz uma história social das lutas pela preservação dos extrativistas e da cultura dos povos da Amazônia que é dissonante com as vozes dos defensores da Reforma Agrária, fundamentada na propriedade privada individual, diferente da concepção das reservas extrativistas, dos assentamentos extrativistas que não produzem o parcelamento em propriedades e se fundamentam no uso comum dos recursos, o que estava fora do ordenamento jurídico brasileiro. Os extrativistas realizaram uma mobilização política para introduzir a RESEX. Assim, continuou expondo uma luta pelo conceito que responde a essa realidade social e política:

Então a gente queria preservar isso aí a gente luta, luta e aí a gente trabalha primeiro o conceito de Reforma Agrária, levando para José Gomes da Silva e por Nelson Ribeiro, e eles não aceitaram. Quando os dois saem e depois assume o Marcos Freire que era lá do nordeste era pernambucano e o outro Paulista que era o José Francisco Eduardo Raduam como Presidente do INCRA e aí a gente já estava com o conceito tudo bem definido no papel e agora a gente foi discutir com eles.... O INCRA colocou à disposição a diretoria fundiária,... e aí o José Raduam através de uma Portaria de número 638 (627) de 27 de julho de 1987, ele cria a figura jurídica dos assentamentos extrativistas que ainda não tinha *na Lei*, só não cria os territórios físicos... Aí quando foi em setembro eles morreram em um desastre de avião os dois, o Ministro da Reforma Agrária e o Presidente do INCRA, lá na Serra dos Carajás, no teu Estado ... , aí eles morreram e assume Leopoldo Beçoni e em outubro ele cria os territórios dos assentamentos - seis no Acre e três aqui (Paracá I, II e III), mas quando é em dezembro ele tira do Plano Nacional de Reforma Agrária. Isso que faz ele pegar o conceito e partir pra cima da Reserva Extrativista. Com os assentamentos a gente queria que a Reforma Agrária desse carona para a proteção ambiental. Por que para a proteção ambiental? Porque a gente vive dos produtos da floresta, da resina, das oleaginosas, dos frutos, da própria madeira, a gente vive disso. Por isso, era importante pra gente..., mas só que a casa da gente fica aqui a ponta do açailal pra cá, que geralmente o açai é na várzea e o castanhal na terra firme pro outro lado. Então se fosse dividir em 100 ha isso que o INCRA queria fazer não daria certo pra nós, as duas coisas são bem distantes. Aí a gente resgatou o conceito de colocação a gente trouxe do assentamento, trouxe pra dentro da Reserva e a gente já lutava pra que a Proteção Ambiental dessa carona pra Reforma Agrária e a gente inverteu os papéis e quando nós saímos do Plano Nacional de Reforma Agrária para os Assentamentos Extrativistas a

gente percebeu que ele só saiu porque era uma quantidade de terra muito grande nas mãos de um trabalhador e por isso a gente não podia falar em Reforma Agrária, pra nós era uma palavra proibida de discutir na frente de autoridade... Só que o conceito das Reservas extrativistas dos assentamentos são conceitos coletivos e a gente não queria que demarcasse os lotes, mas que respeitasse os costumes das colocações... Só que para criar as Reservas além do conceito tinha que ter todos os pontos situados no mapa, a gente se baseou no mapa do RADAM pra fazer todas as coordenadas geográficas..., aí diferentemente a gente pensou no conceito depois que tiraram os assentamentos do Plano Nacional de Reforma Agrária, nós fomos 22 (vinte e dois) daqui, a gente foi pro Acre. Aí o Governo ajudou pagar uma parte das passagens e algumas entidades ambientalistas. Só sei que passamos 3(três) dias lá discutindo todas as estratégias e como íamos proceder quais procedimentos que ia adotar, primeiro a gente faz uma avaliação do contexto, uma avaliação conjuntural e nessa avaliação que a gente descobre que a gente não pode falar de Reforma Agrária, terra, muita terra e aí a gente pra levar a questão da Reserva Extrativista pra frente a gente teria que conversar muito com Fernando César Mesquita, que na época era Presidente do IBDF, não existia IBAMA nesse tempo, isso já pra 89 pra 90 a gente vai falar com ele com Fernando César Mesquita, aí diferentemente do INCRA, ele diz eu não vou criar grupo de trabalho pra ajudar vocês não e também não vou botar ninguém do IBAMA a disposição de vocês a não ser que o técnico queira ajudar vocês... e, aí encontramos 6 (seis) técnicos que estavam dispostos a nos ajudar, a gente aperfeiçoou o conceito e com uma vantagem que o Fernando César Mesquita não é compadre de José Sarney, Presidente da República, a gente aperfeiçoou o conceito, vai pra dentro do Congresso Nacional que tinha promulgado a Constituição de 1988. Em cima da Constituição a gente consegue que em dezembro a partir de 18 de dezembro foi reconhecido por Lei a figura da Reserva Extrativista...

- Então foi uma mobilização dos extrativistas pra chegar à formalização?
- Foi uma mobilização nossa, mas foi muito mais a definição da estratégia que a gente ia adotar, porque lá em Rio Branco a gente adota o seguinte: o quê que a gente ia fazer pra criar a Reserva Extrativista? Primeiro, o exemplo do INCRA da Portaria do INCRA que cria a figura jurídica dos assentamentos que tinha que criar na Lei as Reservas, a figura jurídica da Reserva, então a gente tinha que ir pra dentro do Congresso Nacional, eram 4 (quatro) companheiros para ir pra lá, depois a gente tinha que fazer uma grande mobilização e divulgação interna na Amazônia na criação da Reserva Extrativista, além da Amazônia tinha que sair pra Europa, Estados Unidos, países da América Latina, aqui na América do Sul pra divulgar o que era a Reserva Extrativista e pedir apoio...

- Envolvidos nesse processo, o Sr. era uma dessas pessoas, e quem mais?
- Era eu, o Chico, o Osmarino, Amanço, Chico de Barros, Chico Ginu, Macedo. Nós éramos uns 13 (treze) mais ou menos envolvidos ... Bom aí a gente começa fazer isso e as entidades ambientalistas mundiais como a WWF, Greenpace, Amigos da Terra, elas também faziam pressão no Governo brasileiro pra criar a Reserva Extrativista e quando estava se aproximando a ECO 92 e quando foi no dia 12 de março na véspera da saída do Governo Sarney, ele assinou a criação das 4(quatro) Reservas...

- Então vocês criaram toda uma estratégia?
- Toda uma estratégia, agora a Reserva Extrativista a gente pode dizer tranquilamente que é uma ideia toda nossa, mas quem criou foi o Governo...O pessoal falava que isso não existe, área protegida de conservação com gente dentro, que vocês estão chamando de área de desenvolvimento sustentável é só de dentro da cabeça de vocês. (P.R.S.,

71 anos. Entrevista concedida a Maria do Socorro C. Cardoso. Amapá/AP, 26/04/2012 – PNCSA)

A política travada pelos extrativistas – explica o senhor Pedro Ramos – era no final, um atributo do Estado, da aprovação no Congresso, da força do direito. Bourdieu (1989) utiliza essa expressão para significar a dominação e exercício do poder incorporado na lei.

Depois de 10 (dez) anos de criação das primeiras RESEX's no Brasil, nasce o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, instituído pela Lei n 9.985 de 18 de julho de 2000. Apesar de uma década para sua visibilidade jurídica, Vianna (2008) informa que desde o final da década de 70 esse dispositivo legal era discutido, quer dizer três décadas para sua implementação e, na década de 90, o motivo principal das discussões sobre as unidades de conservação, centrava-se na presença humana no interior dessas unidades.

O SNUC em seu Capítulo III, Art. 7^o divide em dois grupos as Ucs: unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável. O primeiro tem como objetivo básico preservar a natureza, não sendo permitido o uso dos recursos e a presença humana no seu interior e, este grupo é composto por cinco categorias de Ucs: estação ecológica (ESEC); reserva biológica (REBIO); parque nacional (PARNA); monumento natural (MONAT) e refúgio da vida silvestre (RVS). O segundo grupo tem como objetivo básico compatibilizar a conservação da natureza com uso sustentável de parcela dos recursos naturais. É composto por sete categorias de Ucs: floresta nacional (FLONA); reserva extrativista (RESEX); reserva de desenvolvimento sustentável (RDS); reserva de fauna (REF); área de proteção ambiental (APA); área de relevante interesse ecológico (ARIE) e reserva particular do patrimônio natural (RPPN).

Segundo Vianna (2008), somente as populações tradicionais podem morar no interior das Ucs de uso sustentável, com exceção das APA's. Durante pesquisa de campo em 2013, o órgão gestor estava realizando oficinas com os pescadores, buscando informações a partir do conhecimento dos pescadores, para saber “quem era o verdadeiro extrativista?”. Existe indefinição de conceitos para os “moradores” (nomeação utilizada no SNUC) que moram dentro e fora dos limites da RESEX, como: usuários, extrativistas, beneficiários, não beneficiários. Como caracterizar a “população interna e externa”, discussão que até o primeiro semestre de 2013

estava em Brasília. O órgão gestor afirma que as RESEX's Marinhas são mais difíceis de administrar em virtude dos extrativistas morarem “dentro e fora da RESEX”. Com relação aos detentores de direitos mais específicos junto aos programas governamentais, o órgão gestor tem uma melhor clareza e definição dos beneficiários.

As tabelas 1 e 2 demonstram o quantitativo de unidades de conservação por esfera administrativa, criadas no Brasil e no Estado do Pará. Ao compararmos este quantitativo de Ucs, verifica-se que na esfera federal o estado do Pará possui 5,86% em relação ao universo de Ucs federais de todo o país, enquanto as Ucs estaduais (2,76%) e as Ucs municipais (1,11%). Em relação à categoria Reserva Extrativista, o Pará possui 32,20% ao compararmos ao total de RESEX's do país.

Ao analisarmos a evolução das categorias de manejo do Estado do Pará (Tabela 2), as RESEX's na esfera federal foram as que mais cresceram no estado – 19 (36,54%), seguido da FLONA – 14 (26,92%). Na esfera estadual, as APA's que assim como as RESEX's e FLONA são de uso sustentável, equipararam-se ao Monumento Natural – 8 (38,10%), que é de proteção integral. Na esfera municipal, tem-se somente duas Ucs de uso sustentável na mesma categoria – Arie.

Tabela 1 – Número absoluto e relativo dos tipos e categorias de unidade de conservação no Brasil (fevereiro/2014).

TIPO/CATEGORIA	FEDERAL	%	ESTADUAL	%	MUNICIPAL	%
Proteção Integral	140	15,78	324	42,58	104	57,78
Estação Ecológica	31	3,49	58	7,62	1	0,56
Monumento Natural	3	0,34	26	3,42	9	5
Parque Nacional/Estadual/Municipal	69	7,78	194	25,49	87	48,33
Refúgio de Vida Silvestre	7	0,79	22	2,89	1	0,56
Reserva Biológica	30	3,38	24	3,16	6	3,33
Uso Sustentável	747	84,22	437	57,42	76	42,22
Floresta Nacional/Estadual/Municipal	65	7,33	39	5,12	0	0
Reserva Extrativista	59	6,65	28	3,68	0	0
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	1	0,11	28	3,68	5	2,78
Reserva de Fauna	0	0	0	0	0	0
Área de Proteção Integral	32	3,61	183	24,05	63	35
Área de Relevante Interesse Ecológico	16	1,81	25	3,28	7	3,88
RPPN	574	64,71	134	17,61	1	0,56
TOTAL	887	100	761	100	180	100

Fonte: CNUC/MMA; Atualizada em 11 de fevereiro de 2014. Elaboração Própria (número relativo).

Tabela 2 – Número absoluto e relativo dos tipos e categorias de unidade de conservação no Pará (fevereiro/2014).

TIPO/CATEGORIA	FEDERAL	%	ESTADUAL	%	MUNICIPAL	%
Proteção Integral	10	19,23	11	52,38	0	0
Estação Ecológica	2	3,85	1	4,76	0	0
Monumento Natural	0	0	8	38,10	0	0
Parque Nacional/Estadual/Municipal	5	9,61	0	0	0	0
Refúgio de Vida Silvestre	0	0	1	4,76	0	0
Reserva Biológica	3	5,77	1	4,76	0	0
Uso Sustentável	42	80,77	10	47,62	2	100
Floresta Nacional/Estadual/Municipal	14	26,92	0	0	0	0
Reserva Extrativista	19	36,54	0	0	0	0
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	1	1,92	2	9,52	0	0
Reserva de Fauna	0	0	0	0	0	0
Área de Proteção Ambiental	2	3,85	8	38,10	0	0
Área de Relevante Interesse Ecológico	0	0	0	0	2	100
RPPN	6	11,54	0	0	0	0
TOTAL	52	100	21	100	2	100

Fonte: CNUC/MMA; Atualizada em 11 de fevereiro de 2014; Elaboração Própria.

Das 19 (dezenove) Reservas Extrativistas criadas no Pará, até fevereiro de 2014, 09 (nove) são RESEX's Marinhas: Soure foi a primeira, criada em 2001; 04 (quatro) criadas em 2002: Maracanã; Mãe Grande de Curuçá; São João da Ponta; Chocoaré Mato-Grosso e 04 (quatro) criadas no ano de 2005: Arai-Peroba; Caeté-Taperaçu; Gurupi-Piriá e Tracauateua (CNUC/MMA, fev./2014).

O histórico sociopolítico da organização dos seringueiros para criação das RESEX's no Brasil, que no campo das lutas para visibilidade jurídica foi uma conquista do protagonismo do movimento, mostra que os ditos dominados fruto da sua organização e aliança puderam conquistar seus direitos, intervindo no campo das políticas públicas. Ramos externaliza como era Mendes, mesmo sem conhecimento erudito: “Ele era uma pessoa diferente de qualquer pessoa que você poderia ter conhecimento...” (P.R.S, entrevista realizada, 24/04/2012-PNCSA).

Alfredo Bosi, em sua obra *Dialética da Colonização*, ao refletir sobre o contraditório processo colonizador, reitera que a expansão comercial do capitalismo, impulsionada pela extensão territorial e pelas riquezas naturais do Brasil, trouxe sérias consequências e “[...] as migrações e o povoamento reforçam o princípio

básico do domínio sobre a natureza [...]” e, dessa forma, compreende que: “[...] a barbarização ecológica e populacional acompanhou as marchas colonizadoras entre nós, tanto na zona canavieira quanto no sertão bandeirante; daí as queimadas, a morte ou preação dos nativos [...]” (BOSI, 1992, p. 19-22). De tal modo, observa-se a atualidade do pensamento do mesmo autor, quando analisa a formação colonial do Brasil, que historicamente permanece a mesma desde esse período. O Brasil vivenciou vários “ciclos econômicos” e as transformações nas relações sociais do trabalho escravo para o trabalho “livre”, não beneficiaram os agentes sociais que vivem do trabalho, da floresta e, contraditoriamente, foram expropriados de seu território e em muitos casos exterminados, escravizados. Essa barbarização do homem continua presente; em 2011, no município de Nova Ipixuna, no Pará, foram assassinados José Cláudio Ribeiro da Silva e sua esposa Maria do Espírito Santo da Silva. O casal era integrante do Conselho Nacional das Populações Extrativistas, antigo CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros. José Cláudio era castanheiro, líder extrativista, estava sendo ameaçado de morte desde 2008, por denunciar ação ilegal de madeireiros na região. Do mesmo modo, no dia 19 de agosto de 2013, é assassinado em Belém, o líder quilombola Teodoro Lalor de Lima, conhecido como senhor Lalor, presidente da Associação dos Remanescentes de Quilombo de Gurupá, no município de Cachoeira do Arari, no Marajó, durante anos de luta em defesa de seu território. O mesmo ocorrido com o seringueiro e líder sindical na década de 80 no Acre, que segundo o prólogo de tese em Allegretti (2002, p. 3) que descreve as razões sobre o assassinato de Mendes, que estava sendo ameaçado por uma família que alegava ser proprietária do seringal Cachoeira, área esta que acabava de ser desapropriada para se transformar em Reserva Extrativista. Bosi reflete o paradoxal povoamento do Brasil associado à riqueza natural e territorial da Amazônia e, lembra que “[...] a luta é material e cultural ao mesmo tempo: logo, é política.” (BOSI, 1992, p. 33).

Segundo Acselrad (2004, p. 13) o debate contemporâneo sobre a “crise ambiental” fundamenta-se na relação inversa da teoria malthusiana “entre população e território ou entre o crescimento econômico material e a base finita de recursos”. Desta forma, aponta que a visão objetivista da questão ambiental desconsiderou “a dinâmica da sociedade e da cultura”. Neste estudo, em se tratando da categoria comunidades tradicionais, em Amazônia não é possível uma reflexão unilateral ao

considerar somente o mundo material, ainda que o território pesqueiro subentende-se a dimensão econômica, mas ao considerar as singularidades da vida humana, do saber tradicional, a dimensão extraeconômica, incorpora-se ao debate ambiental e, concomitantemente as políticas das unidades de conservação requer a incorporação desses saberes. Nesse contexto, Almeida (2004, p. 38) considera “[...] que a Amazônia foi sempre uma região “dominada”, pensada de fora e objeto permanente de projetos de inspiração colonialista”.

Acserald (2004) analisa o mundo social, no contexto das relações sociais e nas formas de apropriação do mundo material. Neste contexto, considerando as práticas de apropriação técnica do mundo material, o mesmo aponta os modos de uso, transformação biofísica, extração, inserção e deslocamento de materiais nos diferentes territórios da ação técnica. Explica ainda que as técnicas correspondem ao “conjunto de atos, organizados ou tradicionais, que concorrem para a obtenção de um fim puramente material – físico, químico ou orgânico”. O autor chamou essas ações de *formas técnicas de apropriação do mundo material*. Considerando o campo da distinção social e a desigual distribuição de poder sobre os recursos, ele chamou de *formas sociais de apropriação do mundo material*. Por último, ao contrário da visão utilitarista, constroem-se o mundo social pelas chamadas *formas culturais de apropriação do mundo material* e, neste caso as práticas são concebidas, como descreve, a partir de *categorias mentais, esquemas de percepção e representações coletivas diferenciadas*.

Das três formas de apropriação do mundo material, o autor expõe que as formas técnicas são as que descrevem mais diretamente as práticas exercidas pelos agentes sociais para transformação do meio biofísico, como: agricultores, extrativistas vegetais e minerais, dentre outros. No entanto, ressalta que estas formas também estão conectadas com as formas sociais e culturais e, dessa forma, escreve: “[...] Aquilo que as sociedades fazem com seu meio material não resume-se a satisfazer carências e superar restrições materiais, mas consiste também em projetar no mundo diferentes significados – construir paisagens, democratizar ou segregar espaços, padronizar ou diversificar territórios sociais [...]”. (p. 15)

Para o autor, as práticas técnicas não somente são expressas pelos padrões tecnológicos, assim como pelas *categorias de percepção, julgamento e orientação que legitimam tais práticas* e, cita como exemplo de dominação a ideia de

“sustentabilidade”, sendo esta uma categoria de poder sobre os mercados e também sobre os mecanismos de acesso ao meio físico, mas para além dessa lógica mecanicista o autor informa que esta categoria pode expressar sentidos extraeconômicos, que podem acionar outras categorias para a agenda pública, como: justiça, democratização e diversidade cultural. Dessa maneira, ele esclarece que no campo do “modelo de desenvolvimento”, as formas sociais de apropriação dos recursos materiais se dão de maneira desigual e pressupõem relações de poder sobre os recursos ambientais, enquanto as formas culturais implicam valores e orientam as práticas sócio-técnicas. Portanto, como as relações sociais definem interesses particulares dos agentes sociais, Acserald assegura que há conflitos ambientais no contexto de apropriação do território e de seus recursos.

Acserald (2004, p. 23) fundamenta-se na teoria social de Bourdieu para ratificar a complexa caracterização do ambiental, como um campo de construção e manifestação de conflitos, nos quais os atores sociais podem atuar através das lutas simbólicas e, nesse sentido, analisa que o meio ambiente pode ser um terreno para contestação material e simbólica e conclui: “[...] As lutas por recursos ambientais são, assim, simultaneamente lutas por sentidos culturais [...]” (2004, p. 18-19).

Santilli (2007, p. 119-120) ao analisar a evolução do conceito Jurídico-Institucional de Patrimônio Cultural, define que “os conhecimentos tradicionais são produzidos e gerados de forma coletiva, com base em ampla troca e circulação de ideias e informações e transmitidos oralmente, de uma geração a outra”. A Constituição Federal de 1988 ampliou a noção de patrimônio cultural brasileiro em seu Art. 215, rezando que este constitui “os bens de natureza material e imaterial, incluindo as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver e as criações científicas, artísticas e tecnológicas dos diferentes grupos sociais brasileiros”. A Lei inclui a dimensão imaterial, como diz a mesma autora nas diferentes “formas de saber, fazer e criar, como músicas, contos, lendas, danças, receitas culinárias, técnicas artesanais e de manejo ambiental”. Do mesmo modo, a Constituição abrangeu as práticas culturais de povos e comunidades tradicionais expressos no saber tradicional agregados a biodiversidade, como a caça e a pesca. Há reconhecimento expresso na Lei da importância desses saberes, contudo a dificuldade de solidez jurídica instiga o debate que está longe de ser encerrado e

revela as mobilizações e resistência dos agentes sociais que empreendem lutas econômicas, territoriais e culturais.

De forma análoga, Almeida (2008) assevera que diferentemente do passado, tem-se reconhecimento de direitos, tendo em vista que “os conhecimentos “nativos” sobre a natureza adquirem legitimidade política e sua racionalidade econômica não é mais contestada...” (p. 90). Analisa também que tem aumentado a participação dos povos tradicionais nas esferas de governo, fruto da organização e mobilização desses povos. Pode-se citar como exemplo, a criação, em 27 de dezembro de 2004, da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais – CNPT através de um Decreto Federal, reeditado em abril de 2005 com nº 10.408.

Embora exista reconhecimento quanto ao avanço da participação política dos grupos sociais nas decisões nacionais, que historicamente a política brasileira esteve vinculada às políticas neoliberais, com o fim de universalizar a ordem jurídica nacional, a internacional a qual não mostrava as singularidades dos povos da Amazônia e, apesar desses povos lograrem conquistas nesse terreno complexo, quando se está em um campo de forças cujos interesses são conflitantes, busca-se refletir a partir do empírico, em especial a RESEX Soure, sua visibilidade jurídica e as relações dos pescadores com o ecossistema onde vivem e se reproduzem, partindo de seu saber tradicional, materializado nas práticas sociais tradicionais como uma forma de garantir a sua existência física e cultural.

2.2 RESEX SOURE: HISTÓRIA E COTIDIANO DOS PESCADORES

A Reserva Extrativista Marinha de Soure, localizada a leste do município de Soure, no Estado do Pará, é uma unidade de conservação federal, criada através do Decreto s/n de 22 de novembro de 2001, cujo órgão gestor é o Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade – ICMBio e a ASSUREMAS – Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Soure. Está enquadrada no SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, na categoria de unidade de uso sustentável. Conforme Art. 2 do mesmo decreto, esta unidade de conservação abrange uma área total de aproximadamente 27.463,58 ha e está constituída de duas áreas. Primeira área denominada manguezal de Soure, no litoral de Soure com área aproximada de 23.929,13 ha.

Pedral, Pesqueiro, Pua, São Pedro, Tucumanduba e Umirizal⁵. Destas, cinco estão localizadas na área costeira: comunidades do Pesqueiro, Céu, Cajuúna, Araruna e Barra Velha e, além destas, a comunidade do Pedal que fica na zona rural. Estima-se que esta unidade possua 600 famílias (ICMBIO, fev./2013) e como já dito, as Comunidades: Céu, Cajuúna e Pesqueiro, que são o *locus* desta pesquisa, respectivamente possuam aproximadamente 47 (quarenta e sete) famílias, 61 (sessenta e uma) famílias⁶ e 114 (cento e quatorze) famílias, correspondendo a 7,83%, 10,16% e 19%, totalizando 37,99% do total de famílias que estão localizadas dentro dos limites da RESEX Soure.

A reflexão do território nesse estudo adotará uma análise relacional. (GUEDES, 2009, p. 32) fundamentado no que diz Raffestein (1993), informa que para este autor existem três classificações quanto ao território e as relações sociais, cujo poder interage com todos os elementos que compõem o ambiente: “a população e o poder, o território e o poder e os recursos e o poder”. Pensamos que nesta classificação está inserida a RESEX, observando a problemática para a plena solidez da unidade, cuja complexidade para demarcação do território, exclui os agentes sociais quanto ao uso dos recursos florestais e hídricos, impactando na reprodução econômica e social das comunidades tradicionais e tem efeitos simbólicos.

Quanto à distância da sede do município, as comunidades Céu e Cajuúna distam 18 km; e a Vila do Pesqueiro 7 km. As dificuldades apontadas pelo órgão gestor da RESEX no que tange à população das Reservas Marinhas estão

⁵ Informação obtida no endereço eletrônico do ICMBIO, em janeiro de 2014.

⁶ A origem do município de Soure está ligada à aldeia dos índios Maruanazes, da tribo dos Aruans, que foi missionada pelos capuchos de Santo Antônio. Posteriormente, o lugar obteve a condição de freguesia (Menino Deus) e, em 1757, o governador e capitão-general Francisco Xavier Mendonça Furtado elevou-a à categoria de vila, dando-lhe autonomia municipal e a denominação portuguesa de Soure. Somente em 20 de janeiro de 1859 teve lugar a instalação solene de Soure. A categoria de cidade lhe foi atribuída pelo Decreto nº.194, de 19 de setembro de 1890. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de 2 distritos: Soure e Monsaras, permanecendo a mesma divisão administrativa até 1933. Em divisões territoriais datadas de 1936 e 1937, o município aparece constituído de 4 distritos: Soure, Condeixa, Joanes e Salvaterra, permanecendo a mesma divisão territorial até 1960. Pela lei estadual nº 2460, de 29-12-1961, desmembra do município de Soure os distritos de Salvaterra, Condeixa e Joanes. Para formar o novo município de Salvaterra. Sob a mesma lei acima citada é criado o distrito de Pesqueiro e anexado ao município de Soure. Em divisão territorial datada de 1963, o município é constituído de 2 distritos: Soure e Pesqueiro, assim permanecendo até 1979. Em 1988, o município é constituído do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Quanto à localização do território, município de Soure pertence à mesorregião de Marajó e à microrregião do Arari. Seus limites: ao Norte - Oceano Atlântico; a Leste - Baía de Marajó; Ao Sul – Salvaterra e a Oeste – Cachoeira do Arari e Chaves (IBGE, 2010; IDESP, 2012).

relacionadas a não centralidade dos agentes sociais dentro da unidade, uma vez que os mesmos moram dentro e fora da RESEX, diferentemente das RESEX's florestais. O percurso entre os povoados de estudo pode ser por terra, através da estrada estadual PA-154 (Mapa 2) e por mar, através dos rios Cajuúna e Pesqueiro (Carta-Imagem 1).

Mapa 2 – Localização do Povoado do Céu, Cajuúna e Vila do Pesqueiro.



Fonte: Base Cartográfica IBGE (2010); SEMA/PA (2014). Pesquisa de campo: 2013

A Resex Soure é resultado de uma ação política, organizada pela Associação dos Caranguejeiros de Soure – ACS com apoio de instituições, como o CNPT – Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais e MOPEPA – Movimento dos Pescadores do Pará, entre outras, cujo objetivo era combater os pescadores da Região do Salgado (Bragança, Vigia, São Caetano), que capturavam o caranguejo através de técnicas predatórias na Costa do Marajó. Mostra-se o processo de luta para criação da RESEX Soure, a partir do relato de dois pescadores que participaram desse processo.

- O senhor participou da criação da Reserva Marinha de Soure?
- Esse processo começou em 98/99 justamente porque a nossa região, os nossos manguezais eram muito atingidos por depredadores de outras localidades, como por exemplo: São Caetano, Vigia, Colares, Maracanã... e então eles capturavam o nosso produto aqui que era o caranguejo. Eles até hoje invadem uma parte aí da Reserva, matanças de animais: pato, capivara, porco... Então nós estávamos tendo prejuízo e nós começamos a reivindicar os nossos direitos como caranguejeiro, pescador, usuário. Nós queríamos ter o benefício que nós precisávamos de uma lei, de um apoio pra que nós pudéssemos exigir os nossos direitos também...e foi aí que a gente começou a se mobilizar através de reuniões, pesquisas aqui nas comunidades, nós manguezais, mostrando os prejuízos que eles causavam aos nossos manguezais através do laço, através do tapa...eles levavam os nossos produtos daqui pra fazer o comércio deles e aí a gente começou. Na época foi criada uma associação dos caranguejeiros de Soure e o Presidente na época era o seu Manoel Leal, ele foi uma pessoa muito interessante, muito interessada e fazia reuniões e reuniões e nós saíamos pra guerra, pra briga...Então foi assim, mas só em 2001 que nós conseguimos o apoio do Governo Federal com o ex-presidente Fernando Henrique...que assinou o decreto Lei da Reserva Extrativista Marinha de Soure por sinal a primeira do estado do Pará, que eu me sinto honrado por isso graças a Deus e taí a nossa reserva, já estamos com 10 anos a nossa reserva aí, ela está nos beneficiando, já nos beneficiou em muita coisa, tá nos beneficiando, tanto é como você pode ver aqui na nossa comunidade (R.E.B., entrevista realizada, em 24 de maio de 2013).

A compreensão desse processo de mobilização ou a constituição de uma unidade de mobilização (ALMEIDA, 2008) revela diversas estratégias locais e de articulação externa em uma situação de ameaça. O entrevistado menciona o papel delegado ao Sr. Manoel Leal, primeiro Presidente da Associação dos Caranguejeiros de Soure e o debate que travaram com organizações representativas dos extrativistas e pescadores.

O processo de criação começou desde 97, a gente começou a discutir a criação da Reserva devido o conflito caranguejeiro de fora e os caranguejeiros daqui, porque os caranguejeiros de fora vinham e laçavam, tinha dia que a gente chegava no mangal...não podia trabalhar, porque o caranguejo já estava tudo laçado. Ai o tio Manoel chegou no tempo da tia

Carmem Dolores, aí disse pra ela: minha amiga como é que a gente pode combater esses laçadores? Aí ela disse: olhe seu Manoel a única maneira é vocês criarem uma Reserva. Ai foi que ele correu atrás, chamou a Universidade, a Universidade foi um grande parceiro.

- Quem foi essa pessoa que chamou a Universidade?

- Foi o seu Manoel, nesse tempo ele era Presidente dos Caranguejeiros... Manoel Rodrigo Figueiredo Leal ele é meu tio...Aí ela disse: olhe só vocês não pode fazer, vocês têm que reunir...assinatura. Aí ele chamou todas as associações e vai daqui vai acolá conseguiram...Aí mandou pra lá, vai em cima vai em baixo, aí como tinha duas reservas pra ser criada, aí a daqui foi agraciada em 2001, no tempo do Fernando Henrique Cardoso. Aí ele foi e decretou lá a criação da Reserva Marinha de Soure, aí foi lá no salão Nazaré o dia de criação...o salão Nazaré em Soure é dá paróquia. Aí olha a grande briga que teve lá nossa...O tio Manoel estava pensando que como ia ser criada uma reserva ia englobar só os caranguejeiros...Aí qual é a ideia dele, porque lá na Associação dos Caranguejeiros, no estatuto lá tem um artigo que dizia só pode ser presidente caranguejeiro ou filho de caranguejeiro e ele pensou que seria assim na reserva, que quando foi no dia da criação, tinha que ter uma associação pra administrar a reserva, que quem administra a reserva é o ICMBIO, que é o gestor da reserva hoje...e conseqüentemente o Presidente da reserva que é do conselho se chama a Meire hoje que é presidente da ASSUREMAS. A ASSUREMAS é o quê? A associação que representa todos os usuários, aí o tio Manoel pensou que ia funcionar assim, pra surpresa dele quando chegou já tava tudo articulado pra ser o Vazinho aqui o Presidente, aí o tio Manoel não (...) vaga. Aí a gente ficou de 2001 até 2006 parece, não 2004 sem vaga no Conselho, a gente não fazia parte. Pra ver os articuladores, praticamente os criadores da reserva ficaram de fora. Aí quando chegou na hora que fomos discutir, o Vazinho disse: não seu Manoel o que vocês pediram que começou em benefício...o que vocês pediram pros caranguejeiros em prol dos caranguejeiros foi a fiscalização e até hoje nós não temos fiscalização na área da reserva. Entendeu? Aí o que acontece hoje em dia eu dizia e digo sempre em debate a gente se debatia: Vazinho a reserva foi um filho ingrato pra nós, porque a gente criou a reserva e o que a gente tá tendo de retorno, hoje em dia não já tem bem caranguejeiro beneficiado através da ASSUREMAS. A ASSUREMAS foi criada tipo assim: pra pegar os projetos que vem pra dentro da reserva, porque a reserva em si não pode ter projeto. O que é a reserva? é o local. Aí foi isso que aconteceu. (Entrevista A. D., 26/05/2013)

Apesar desta luta em defesa dos manguezais e do alimento das famílias que dependem da natureza, as técnicas do laço continuaram e, hoje, os extrativistas que dependem da pesca do caranguejo, expõem as dificuldades para captura, redução das espécies e distância dos locais de trabalho, pois os mangues que ficam mais próximos já não têm os crustáceos, ou estes são minúsculos. Um extrativista pescador aposentado relatou a dicotomia das espécies do mangue ao comparar o passado e o presente, relacionando o quantitativo desses crustáceos com as horas trabalhadas para capturá-los: “Hoje há dificuldade; o caranguejeiro vai lá pescar, não demora ele chega com 30 (trinta), 40 (quarenta) caranguejos. Nos tempos passados ele saía 6 (seis) horas de casa; quando era meio-dia ele chegava com 100 (cem),

150 (cento e cinquenta); e hoje não tem mais isso, porque está acabando...” (M.R.L., informação verbal, obtida em 10 de outubro de 2013).

No trajeto da pesquisa de campo (Céu-Cajuúna-Pesqueiro), como mostra o Mapa 2, cujo percurso é a PA-154, foi possível perceber o portão de acesso às comunidades Cajuúna e Céu e também fazendas, assim como ramais sem sinalização, após o Lixão de Soure⁷. Nesse mesmo itinerário, estão localizadas duas comunidades rurais – Pedral e o Bairro de Tucumanduba, diferentemente das localidades de estudo a principal atividade para comercialização é a pesca do caranguejo; o peixe, o camarão e o Siri é mais para consumo, enquanto o turu as vezes é vendido. No Pedral, assim como, Céu, Cajuúna e Pesqueiro, existem recursos florestais, como plantas medicinais e árvores frutíferas, respectivamente: pirarucu; copaíba; babatimão; jucá; anador; sucuba branca; muruci cruatá; verônica; folha do limão; limãozinho; limão tangerina (galego); noni; tucumã; anajá; taperebá; banana prata e comprida; muruci, mamão e genipapo e também mel de abelha. (I.S.S., informação verbal, moradora do Pedral, obtida em 08 de julho de 2013).

Como foi dito anteriormente nas comunidades rurais é visível a relação de parentesco entre as localidades dentro e fora da RESEX, o que permite a troca de produtos. A diferenciação e/ou diversidade das potencialidades econômicas do território de Soure, facilita a permuta de gêneros diferentes e a moeda como meio de troca é substituída por recursos florestais e hídricos, como frutos e peixe, por exemplo, e a prática do escambo ainda se faz presente nas comunidades rurais. Mas a prática do escambo ocorre não somente com os habitantes de Soure, como foi observado em Cajuúna, um vendedor de abacaxi de Salvaterra informou que vendia, mas também trocava o fruto por peixe (E.S., morador de Salvaterra, informação verbal, obtida em 08 de julho de 2013).

Acevedo Marin, 2004 (apud NOGUEIRA, 2005, p. 133), realizou estudo sobre a história dos conflitos por terra no Arquipélago do Marajó que datam dos fins do séc. XVIII; e Guedes (2009) analisando o território de pesca da RESEX Soure, fala de uma cartografia mental, onde se subentende que a demarcação da unidade deverá incorporar o conhecimento dos pescadores tradicionais. O território congrega elementos físicos e simbólicos.

⁷ Isto já provocou acidentes, como o ocorrido em um dos ramais, quando houve acidente com um filho de pescador, no dia 06 de setembro de 2013.

Conforme o Art. 18, §1º do SNUC: “A Reserva Extrativista é de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais segundo o disposto no art. 23 desta Lei e em regulamentação específica, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei”. Na RESEX Soure, no entanto, existem propriedades privadas dentro da área de domínio público, dificultando o uso dos recursos aos extrativistas, impactando na reprodução não só física, como na social e simbólica.

Carta-Imagem 1 – Comunidade Cajuúna, Povoado do Céu e Vila do Pesqueiro.



Fonte: IBGE-2014/Imagem LANDSAT/ESRI 2012. Trabalho de campo: maio a outubro de 2013

DESCRIÇÃO DAS COMUNIDADES

O Povoado do Céu está localizado no interior da RESEX Marinha de Soure/PA, na margem do Igarapé Tucupi. A praia do Céu é banhada pelo Rio

Pesqueiro e Baía do Marajó. A comunidade possui 47 (quarenta e sete famílias)⁸. Segundo o Vice-Presidente da comunidade – Sr. Teófilo Neves, esta é a segunda comunidade e relata o motivo da migração para este território, como consequência da erosão que devastou o antigo povoado.

Carta-Imagem 2 – Povoado do Céu.



Fonte: IBGE-2014/Imag LANDSAT/ESRI 2012. Trabalho de campo: maio a outubro de 2013

- Teófilo, você nasceu na comunidade do Areião... Qual foi o motivo de vocês saírem de lá?

- Bom, devido à erosão marítima que veio e derrubou as casas lá em 1964; aí, em 1966, o governo desapropriou a área lá do Céu, que eram duas áreas lá: Céu e Campina. Porque o Céu é uma parte pequena e como os moradores eram bastante, eles compraram outra área pra lá, que tinha o nome de Campina. Aí, juntou as duas pra formar o Céu. Agora com relação ao nome, foi uma escolha da população junto com o governo. Porque tinham duas: Céu e Campina; aí fizeram uma eleição lá... pra escolher o nome, um dos dois: Céu ou Campina. O pessoal optou por Céu. Tinha Campina, existia duas localidades, era propriedade privada. Tipo umas fazendinhas que tinham por lá, que eles criavam negócio de gado. Foi uma

⁸ Informação verbal Vice-Presidente da AMPOC.

área desapropriada pelo governo do estado e município... Então, daí... Por que Céu? Da onde veio Céu? Porque lá é o “Paraíso” pessoal! Os donos que eu conversei lá com..., ex- proprietário, perguntei pra ele por que o motivo de Céu? Ele falou o por quê: porque lá é uma paz, tranquilidade... a única coisa que se via era o som das ondas “quebrando” na praia, o mugido do gado, o canto dos pássaros e o som dos ventos nas árvores. Aí ele viu que era um paraíso; então vamos colocar o nome de Céu, porque era um “Paraíso”. Tanto o Céu, como a Campina era uma área privada...; eram duas pequenas localidades.

- Foi o Governo quem fez as casas também?

- Foi, através da COHAB, essa importância que juntou desapropriação, compra de material e gratificação pros donos da casa, quando eles estavam trabalhando na casa. Custou ao Governo oito milhões de cruzeiros, quer dizer, foi dividida uma parte pra desapropriação, outra parte pra compra do material e a outra parte pra dar pros moradores fazerem suas casas, ao mesmo tempo em que estavam trabalhando. Então deu uma importância pra cada morador pra fazer sua casa. Eles não podiam pescar, tinham que construir suas casas... (Entrevista Sr. Teófilo Neves, Out./2013)

Como foi relatado pelo Sr. Teófilo Neves, o nome atual do Povoado Céu já existia, não permanecendo o nome do primeiro povoado por decisão da população e da instituição pública. O nome atual é de uma área privada, que foi desapropriada pelo Governo, em virtude da erosão que assolou o primeiro Povoado, nomeado de Areião. Porém, não somente a área privada denominada Céu foi desapropriada, mas ainda outra área, também privada, conhecida como Campina. A área atual do Céu é resultado da desapropriação dessas duas áreas – Céu e Campina.

Foto 1 – Povoado do Areião, antigo povoado do Céu – família do Sr. Faustino Augusto da Silva, conhecido como “Micota”, e a Sra. Felicíssima Ferreira de Melo e Silva. Na foto, estão seus três filhos, sobrinho, primos e amigos. Direita para esquerda da sra. Rosa Silva Neves – a terceira criança de joelhos, tinha 5 anos de idade e nasceu em 20/08/1954, quer dizer que o momento foi registrado em 1959. Ao lado dela, seus irmãos Alonso Ferreira da Silva (de pipo) e a sua irmã Maria de Lourdes Rodrigues – a criança do centro entre seus pais. A Rosa, que atualmente mora em Icoaraci, foi quem cedeu a foto. Assim como antigamente, a arquitetura das casas do Céu emprega a madeira, sendo suspensas do nível do terreno em virtude da maré. A diferença é que em vez da palha, agora as casas são cobertas de telhas. É importante frisar que a casa, além de moradia, era um comércio. Na casa da esquerda, morava uma parteira, a Sra. Nazaré Moura, conhecida como “Pesada”; a mãe da Rosa, que está no centro da imagem, também era parteira. Entre as duas casas, mas oculta na imagem, era a moradia do Comissário Jonas Vidal Pereira.



Fonte: R.S.N., informação verbal obtida em março de 2014.

O entrevistado morou no Areião e viveu todo o processo de mudança e o deslocamento da população para o atual povoado. Assim, lembra como vivem as populações ribeirinhas e a insegurança durante o inverno:

- Com relação à observação de uma pessoa que nasceu e foi criado, o que você acha já com relação à natureza?... O que provocou essa erosão... nas duas comunidades, no Céu e em Cajuúna pode ocorrer o mesmo problema e com o Pesqueiro também, vocês talvez tenham que ir pra outra área. Como lá no Pesqueiro não tem mais área, não tem mais pra onde ir.

Assim, pela sua experiência de quem nasceu e foi criado lá especificamente sobre o Areião, o que provocou essa erosão?

- Na realidade, nas beiras de praia são sempre assim, ela não é segura. É porque precisa vê no tempo do inverno, nas águas de março. Então, quando é inverno, ela vinha derrubando... derrubando a beira da praia até chegar nas casas; é por isso que até hoje a tradição das casas, o estilo das casas praianas são de palafita, que é de assoalho. Pode ver, não tem uma casa no chão, a não ser aquelas de alvenaria. As casas de madeiras são todas suspensas do chão por causa da maré. Então a maresia, a maré vinha derrubando. Chegou até um tempo do Areião, houve um igarapé varou no meio da comunidade, separando a comunidade “prum”

lado e outra parte pro outro. Aí, tem umas casas que a maré levou, não deu tempo de tirar e, assim, foi destruído o Areião. Muita gente foi embora pra Belém; veio embora pra cá pra Soure, lá pro Céu, pro Pesqueiro. Aí, se acabou o Areião e ficou só a saudade!... (Entrevista com o Sr. Teófilo Neves, out./2013)

Durante conversas informais, foram reveladas lendas ainda vividas no antigo povoado, como a da Matinta Pereira que assoviou e quem ouviu falou para ela vir buscar o tabaco. No dia seguinte, quem apareceu pedindo o tabaco foi o vizinho, que era um homem. A mesma pessoa entrevistada relatou também que adentrou na mata com duas pessoas e enxergou a lara – Mãe do Mato, e a descreve que era uma mulher morena, cujos cabelos longos tocavam nas raízes das árvores; sem palavras e arrepiada, convidou as companheiras para saírem daquele lugar! (Depoimento da esposa do Vice-Presidente da AMPOC).

No Areião existiam organizações informais vinculadas à igreja católica, que eram as irmandades do Divino Espírito Santo e de Santa Maria, cujas imagens foram trazidas por uma família, o que foi o começo da prática da ladainha, do terço e, depois, das festas. Segundo o Sr. Francisco Neves, a prática da religiosidade no Povoado do Areião começou em 1912, quando um casal vindo de Belém trouxe uma imagem da Santa. Então, começaram as novenas nas casas. Com a devastação do Areião, estas organizações permaneceram no Povoado do Céu e as famílias que compunham a diretoria também migraram. Mas houve um momento em que somente o Presidente da diretoria continuou no Céu, enquanto os demais componentes foram embora e outros morreram. Como o presidente permaneceu, foi formado um novo grupo e as festas recomeçaram no Céu. No dia 02 de junho de 1968, aconteceu a primeira missa (teve como local as dependências de uma escola), no dia do Espírito Santo, sendo esse dia considerado como o dia do aniversário do Povoado. (Entrevista Vice-Presidente e Presidente da AMPOC, out./2013)

A primeira instituição formal foi criada no dia 20 de agosto de 1989, denominada COSAMA – Centro Comunitário Santa Maria, cujo fundador foi o Vice-Presidente atual da AMPOC – Sr. Teófilo Neves. Por orientação de um Padre, houve mudança de Centro Comunitário para Associação, em virtude da melhor facilidade para conseguir recurso para a comunidade. Assim como havia dívidas administrativas, houve consenso para criar a associação dos moradores.

Atualmente a comunidade é organizada através de uma associação formal, denominada AMPOC – Associação dos Moradores do Povoado do Céu, criada em 26 de fevereiro de 2001. É composta por uma Diretoria Executiva: Presidente, Vice-Presidente, Secretária, Tesoureiro, Suplente e mais três pessoas do Conselho Fiscal. Possui 31 (trinta e um) associados. Através desta conquistaram o Posto de Saúde, a Sede do Centro Comunitário, a construção da ponte que passa sobre o Rio Tucupi, a manutenção da PA-154, dentre outras conquistas, como a escola-creche, que está em fase de construção, para atender as crianças do Céu e de Cajuúna.

Além da AMPOC⁹, há também organizações informais vinculadas à igreja católica e às festas do aniversário da comunidade, assim como dos festejos da quadra junina. A organização informal da festividade de Santa Maria, apesar de ser verbal, possui uma diretoria como as instituições formais: Presidente, Vice-Presidente, Tesoureiro e Secretário. Em 2010, houve separação dos dois eventos – religioso e profano, que antes eram organizados pelo mesmo grupo, mas, devido a uma norma criada pelo Bispo, houve a separação dos dois eventos. Atualmente são dois grupos: um que organiza a festividade religiosa e, outro, responsável pela parte profana.

O Círio acontece na primeira quinzena de julho e, a festa profana, no final do mesmo mês. O grupo que organiza a festividade religiosa também é responsável pela organização do aniversário da comunidade, que é celebrado no dia 2 de junho.

Como o aniversário da comunidade acontece no mês de junho coincidindo com as festas juninas, o atual Vice-Presidente da AMPOC designou a Sra. Quinina para formar um grupo folclórico: o Boi Bumbá Areia Branca, que se apresentou pela primeira vez em junho de 2009 (faz 5 anos de sua criação) e tem 35 (trinta e cinco) brincantes. O nome Areia Branca lembra as comunidades praianas, quer dizer, a areia da praia e as nuvens do Céu, que são brancas. Assim, combinou o ambiente do lugar onde vivem com o próprio nome do Povoado do Céu. Nas apresentações do Boi, a mesma organizadora faz a toada, a comédia e procura resgatar aspectos da vida na Amazônia. (Entrevista Sra. Quinina, out./2013).

Quanto aos recursos econômicos, destaca-se a pesca como principal atividade econômica. A pesca é voltada para a comercialização e para a

⁹ A AMPOC, desde a sua fundação, é administrada por dois irmãos que nasceram no Areião, cujo pai era pescador e também foi um dos fundadores das festividades: Sr. Francisco de Paula da Silva Neves e Teófilo Silva Neves, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, dessa associação.

subsistência das famílias. Os crustáceos e os moluscos destinam-se ao consumo, principalmente na entressafra do peixe. Mas há dois camaroeiros na comunidade que, para além do consumo, comercializam o camarão. As principais dificuldades apontadas pelos pescadores no ambiente aquático estão associadas ao tempo, como o vento e a maresia; à insegurança motivada pelos ataques de piratas; e à falta de estrutura para comercialização do pescado.

Nesta área, também existem recursos florestais: coco, muruci, caju, ajiru, miri e tucumã. Além destes frutos, há também as plantas medicinais, como: barbatimão, caimbé, dentre outras.

O coco e o muruci são uma alternativa de renda dentro da comunidade. Em entrevista com um Pescador, a esposa fala da falta de oportunidade de emprego para a mulher do pescador e ressalta que a venda desses frutos seria uma forma de ajudá-lo nos períodos da entressafra do peixe ou quando não conseguisse o sustento da família.

Fotos 2 e 3 – Povoado do Céu: Murucizeiro; e frutos de Ajiru colhidos pela Sra. Quinina e Sr. Ernane.



Fonte: Pesquisa de Campo, out./2013.

A outra fonte alternativa de renda para as mulheres do Povoado do Céu é o artesanato. Uma artesã da comunidade mostrou-me a matéria-prima colhida na floresta e na praia, como: isopor achado na praia, garrafa pet, galhos, besouro natural e seco artesanalmente, borboletas do osso do cangatá, raiz, caroço de mucajá, conchinha e sementes achadas na praia. Com essa matéria-prima são confeccionados enfeites e brindes.

Fotos 4, 5, 6 – Artesanato produzido com matéria prima da praia e da floresta. O vaso de plástico, encontrado na praia, foi decorado com tento (sementes) também proveniente da praia; a bucha no interior do vaso foi colhida no mato. As asas do patinho próximo do macaco, na ponta do galho, à esquerda, foram produzidas com conchinhas encontradas na praia e algodão; o macaco foi confeccionado com o caroço do mucajá e a galinha produzida com papelão, tecidos e E.V.A.¹⁰; os ovos produzidos reciclando o isopor das boias das redes de pesca e abandonadas na praia. O porta-treco foi produzido com e.v.a. e garrafa pet. Galho com borboletas e besouro: o besouro é natural, encontrado na praia; as borboletas confeccionadas com o osso do peixe cangatá e raízes onde estão exibidos. Out./2013.



Fonte: Pesquisa de Campo, out./2013.

A primeira escola do Povoado do Céu foi construída de madeira em 1967, nomeada de José Josinano Monteiro Baena e, a segunda denominada Escola Municipal do Céu, também foi construída de madeira¹¹.

Em termos de infraestrutura, atualmente a comunidade possui: Sede do Centro Comunitário; Escola Alzira Araújo de Oliveira de Ensino Fundamental I; Posto de Saúde – Nossa Senhora da Batalha; Telefone Público; dois Poços comunitários; energia; igreja católica; e uma escola creche (em construção).

¹⁰ E.V.A.: Etileno Vinil Acetato é um material de várias espessuras (alguns milímetros), poroso, de diversas cores. É resistente à água. Muito usado para artesanato em geral. Pode ser encontrado em papelarias, onde vendem papel de presente ou cartolina. Vem enrolado feito cartolina; pode se desenhar sobre ele, recortar, colar, fazer o que se desejar.

¹¹ Segundo informação no local, a madeira dessa segunda escola foi reaproveitada após a demolição da casa do primeiro morador do Céu, que era o pai da Patrona da escola atual, e havia falecido. Conforme o Vice-Presidente da comunidade, esta casa era mal assombrada. Contou, ainda, que nesta casa o povo dizia haver um tesouro; e chegaram a ver uma cova no terreno. Supõe-se que o Sr. Benedito Aires, colhedor de arroz e morador do Areião, encontrou o tesouro, porque logo depois que foi descoberto o buraco ele se mudou.

Fotos 7, 8 e 9 – Sede da AMPOC, inaugurada 17/09/2011; Posto de Saúde - Nossa Senhora da Batalha; e a Creche (em construção).



Fonte: Pesquisa de Campo, out/2013

A maioria dessas conquistas foi resultado do trabalho da AMPOC. Apesar dessa infraestrutura, a comunidade enfrenta problema quanto ao abastecimento de água potável. Embora evidenciem esforços há décadas, ainda lograram êxito. Outro problema é a falta de transporte, pois a comunidade depende do transporte escolar.

Foto 10 – Povoado do Céu: poços comunitários.



Fonte: Pesquisa de Campo, Out./2013.

A inexistência de melhoria em relação ao abastecimento de água obriga os habitantes a consumir água de pouca qualidade. Em certos períodos do ano essa água é salobra. Para abastecer as residências, as pessoas, principalmente as mulheres, submetem-se a um prolongado esforço físico, ao carregarem os recipientes com o líquido na cabeça. Os poços comunitários ficam abertos, sujeitos à proliferação de microorganismos. A água, como sabemos, é elemento vital; mas, quando imprópria ao consumo, prejudica a saúde. No verão, época em que a água tem mais possibilidade de causar danos, a Prefeitura a distribui duas vezes durante a semana, utilizando carros pipa. Porém, isso é insuficiente para atender as necessidades de consumo e higiene das famílias.

Quanto à saúde da população ceuense, os casos recorrentes ocorrem com os pescadores, tanto os mais novos quanto os mais idosos. Os primeiros sofrem de

gastrite, dor no estômago, coluna e dor de cabeça e, os segundos, sentem dores na coluna, hipertensão, artrose, virose e dor de cabeça. As dores na coluna e na cabeça são comuns entre os pescadores, independente da idade, sendo que o reumatismo ou artrose é mais frequente nos mais velhos¹².

Cajuúna está localizada no interior da RESEX Marinha de Soure/PA, na margem do Igarapé de mesmo nome. A praia é banhada pelo Rio Cajuúna e pela Baía do Marajó. Segundo o Presidente da AMCOC, o povoado possui 61 (sessenta e uma) famílias. Os moradores mais antigos afirmam que esta é a terceira ou quarta “comunidade”¹³, pois os deslocamentos do terreno provocados por erosão arrasa com o sítio. Assim, os atuais moradores migraram em virtude da erosão no final da década de 70, que derrubou as casas, obrigando as famílias a serem remanejadas para o atual território. O antigo nome permaneceu idêntico. Nos estudos de Firth (1974) sobre comunidades pesqueiras, é explicado como são estabelecidas interações entre grupos e objetivos coletivos, mas também esclarece que os objetivos e interesses podem divergir:

Uma comunidade humana é um corpo de pessoas que participam de atividades comuns e se ligam, através de múltiplas relações, de modo tal que os objetivos de qualquer indivíduo só podem ser alcançados através da participação na ação com os outros... Além disso, os interesses dos diferentes membros da comunidade podem ser comuns apenas num nível muito superficial, abaixo do qual podem divergir ou ser fundamentalmente opostos. (FIRTH, 1974, p. 58).

Nesse estudo, busca-se compreender a força das ações coletivas para materialização de objetivos comuns e pretende-se a partir dessas relações, a ação e fortalecimento do grupo com vistas à obtenção de conquistas e melhoria da qualidade de vida dos integrantes das comunidades tradicionais. Os seringueiros do Acre e os caranguejeiros de Soure, respectivamente a partir de sua organização

¹² Conforme entrevista com a enfermeira do Posto de Saúde – Sra. Isaura Pereira da Conceição, no dia 09/10/2013.

¹³ Comunidade para o grupo denota a proximidade física e social. Sociologicamente a categoria comunidade possui varias interpretações. Max Weber (1991) elabora a definição de comunidade e sociedade a partir da relação social que pode ser caracterizada como uma ‘relação comunitária’ e uma ‘relação associativa’. Comunidade é uma relação social que tem em sua base uma ação movida pelo sentimento subjetivo (emocional, afetivo e tradicional). Na relação social comunitária pode haver a união com outras comunidades familiares (comunidades domésticas). Assim, eles realizam uma união para favorecer o agrupamento. Na sociedade a relação social é inspirada por interesses racionalmente acordados.

pois defendia os interesses comuns e fiscalizava práticas predatórias, como o uso de rede, às margens do Igarapé Cajuúna.

Atualmente, existem quatro instituições formais: a AMCOC – Associação dos Moradores de Cajuúna, que defende os interesses da comunidade; a UAFES – União dos Amigos da Festividade de São Sebastião, cujo objetivo maior é voltado à organização da festividade do Santo, tendo finalidade religiosa e social; o Praiano Atlético Clube, criado pelo Professor Benedito, atual Presidente Vitalício da UAFES, e que quando era ainda jovem formou informalmente o time cognominado Juventude; em 1983, o Praiano passou a ter vida jurídica; a ASPAC – Associação dos Pescadores e Pescadoras Artesanais de Cajuúna, que envida esforços quanto os interesses dos Pescadores no campo dos benefícios sociais, conscientização ambiental e cursos profissionalizantes.

Quanto à infraestrutura, Cajuúna dispõe de energia elétrica, educação de ensino fundamental I e II, um centro comunitário, um posto médico, uma igreja católica, uma igreja evangélica e um poço também comunitário.

Destaca-se como atividade econômica de Cajuúna a pesca, que é a principal fonte de renda e subsistência das famílias cajuenses. Também há, no território pesqueiro, fatura de crustáceos e moluscos: caranguejo, camarão, siri, tutu e mexilhão.

Hoje, a fauna aquática está reduzida, como observada pelos moradores mais antigos. Mas o Igarapé Cajuúna, que banha essa área, continua a ser a fonte de reprodução econômica e social. As potencialidades do Igarapé e a variedade de recursos da área se devem à proibição de práticas predatórias, materializada no balizamento (marcos que delimitam a área proibida de pesca com rede); segundo o conhecimento dos pescadores, a pesca com rede espanta os peixes. Esta prática de preservação, conforme relatos dos moradores de mais de setenta anos, já existe há muitos anos; eles não eram nem nascidos quando já existia essa lei verbal.

Neste território pesqueiro, também existem recursos florestais que complementam a renda familiar e também a dieta dos moradores, como: o muruci, o coco, a castanha da andiroba, a manga, o caju, o ajiru e o miri. Além de plantas medicinais: pariri (*Arrabidaea chica* Verl.); forsangue; penicilina (*Alternanthera brasiliana*); coramina (*Pedilanthus tithymaloides* Poit.); limoeiro e cidreira (*Cymbopogon citratus*), as quais completam/mostram a biodiversidade da RESEX

Soure para cura física e simbólica dos agentes sociais. Estes recursos são para uso doméstico, não tem finalidade comercial.

Fotos 11, 12, 13 e 14 – Comunidade Cajuúna: Plantas medicinais plantadas no quintal: pariri (anemia), forsangue (anemia), penicilina (anti-inflamatório) e coramina (coração),



Fonte: Pesquisa de Campo, jul./2013.

Da mesma forma que o povoado do Céu, a principal reivindicação é o abastecimento de água potável. Em segundo lugar, o transporte, porque dependem do transporte escolar durante o período letivo e, nas férias, as pessoas não têm como se locomoverem, sendo este também um problema da Vila do Pesqueiro. A AMCOC, por meio da UAFES, está tentando, através de emenda parlamentar, um meio de transporte coletivo. Tem-se igualmente como problema que é comum nas três unidades sociais a ausência de alternativas para melhoria das condições de vida dos agentes sociais: “falta de perspectiva dos usuários por melhores condições de sobrevivência por falta de políticas criadas através da Reserva que é só casa... e tanta coisa pode ser explorado: aqui pode ser explorado o turismo, aqui pode ser explorado o artesanato, são fontes de renda para os comunitários”. (Entrevista L. O., jul./2013).

A Vila do Pesqueiro está localizada dentro dos limites da RESEX Soure, na margem do Igarapé Pesqueiro. A Praia dessa vila é banhada pelo Rio Pesqueiro e Baía do Marajó. Segundo informação verbal do Agente Comunitário de Saúde e Presidente da comunidade, existem 114 (cento e quatorze) famílias, com uma população de 347 (trezentos e quarenta e sete) pessoas. Destas, 42 (quarenta e duas) são crianças de 0 a 6 anos, e 29 (vinte e nove) idosos acima de 60 anos.

Carta-imagem 4 – Vila do Pesqueiro.



Fonte: Fonte: IBGE-2014/Imag LANDSAT/ESRI 2012. Trabalho de campo: maio a outubro de 2013

Duas associações formais: a AMUSPESQ – Associação de Mulheres do Pesqueiro, e a Associação dos Moradores da Vila do Pesqueiro, fundada em 18 de setembro de 2013 estão na base da organização política local. No âmbito da primeira, houve cursos de capacitação e as mulheres começaram a desenvolver novas atividades em sintonia com a realidade social da localidade, como artesanato, fitoterápicos e gastronomia. Assim como curso de capacitação para desenvolver o potencial turístico.

Fotos 15, 16 e 17 – Vila do Pesqueiro: Sede da ASMUPESQ – Associação de Mulheres do Pesqueiro; exposição do artesanato produzido pelas moradoras.



Fonte: Pesquisa de Campo, jul./2013.

O mês de julho é o período em que, nas comunidades praianas, o turismo é dinamizado. Na Vila do Pesqueiro há oportunidade para as mulheres desenvolverem seus trabalhos e contribuírem com a renda familiar. Algumas mulheres do Pesqueiro, através da Associação de Mulheres, conseguiram desenvolver esta atividade.

Sementes coletadas na praia e na floresta são usadas na confecção de brincos e cordões. Os remédios medicinais são extraídos da castanha da andiroba (*Carapa guianensis*), e o óleo de bicho é extraído do caroço do tucumã. As marés lançam castanhas de andiroba na praia; e o tucumã é coletado na floresta. Os fitoterápicos e o artesanato são comercializados na própria vila, principalmente no verão, quando a praia do Pesqueiro recebe turistas.

Fotos 18, 19 e 20 – Brincos produzidos pela Sra. Isabel com sementes colhidas na praia: sementes do pinheiro(1); quenga do coco (ouriço)(2) e anajá(3) / Cortina produzida de TNT e olho do boi / Cordões produzidos com sementes da praia: olho do boi; bandeite; feijão da mata e o Cata vento em fase de produção, confeccionado com fibra da cabaça (coeira),



Fonte: Pesquisa de Campo, jul./2013.

A Vila do Pesqueiro também possui uma organização informal dos jovens, vinculada à igreja católica. Segundo o coordenador, o grupo existe há mais de dez

anos e possui aproximadamente trinta associados. Apesar do grupo de jovens ser informal, possui uma diretoria composta por Coordenação, Secretária, Vice-Secretária e três Supervisoras. A diretoria é eleita pelos jovens que compõem o grupo. As atividades realizadas são voltadas aos assuntos bíblicos e atuação da igreja no lugar.

Quanto à infraestrutura, a comunidade dispõe de energia elétrica, educação de ensino fundamental I, um centro comunitário, um posto médico, uma igreja católica, uma igreja evangélica e abastecimento de água.

Destaca-se como atividade econômica da Vila do Pesqueiro a pesca como principal fonte de renda e subsistência das famílias. Além dos peixes, as famílias também pescam camarão. A renda familiar é complementada pelo turismo e pela venda do artesanato e recursos florestais (coco e andiroba).

Os comunitários da Vila do Pesqueiro têm como principal necessidade o transporte. Em se tratando da pesca, os pescadores veem como principal problema para o desenvolvimento do setor pesqueiro a falta de estrutura para comercialização e armazenamento do pescado, o que dificulta o desenvolvimento do trabalho e melhoria da condição de vida do pescador.

3 PESCADORES DAS COMUNIDADES CÉU, CAJUÚNA E PESQUEIRO: PRÁTICAS SOCIAIS

O mundo das práticas sociais distingue e aproxima os grupos. Bourdieu (2011) que elabora a Teoria das Práticas permite inferir algumas ideias centrais para este trabalho. A primeira é da relação entre práticas sociais e saberes, ambos são esquemas disposicionais de produzir ação e quando mobilizados se constituem em práticas; os agentes se mobilizam para constituir essas práticas. A segunda é que são respostas e adaptações às contínuas exigências dos ambientes sociais e, não intencionalmente contribuem a estruturar as relações objetivas que os geraram. As práticas são exigidas nas diferentes situações de uma existência social e o senso prático é adquirido na experiência social. O que significa apreender as práticas sociais? Parece-me que é captar como é produzida a existência social, o que se revela pelas relações sociais, pelos saberes que produzem e transformam o trabalho e suas técnicas ou gera o que podem ser práticas de preservação, de organização social.

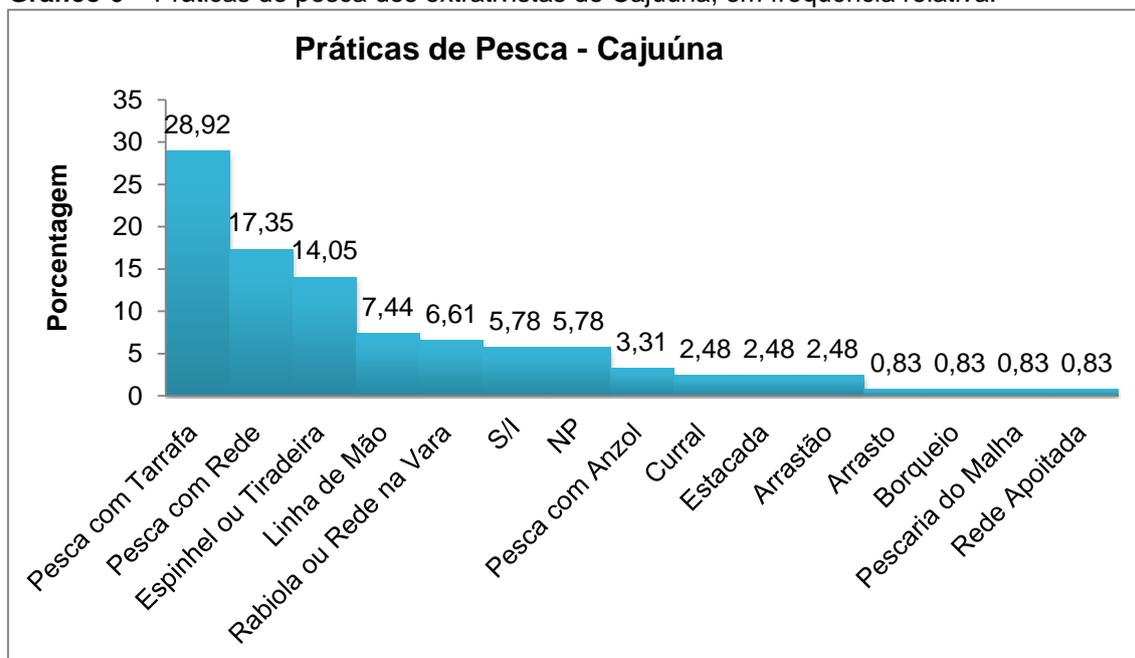
3.1 DE TRABALHO NO AMBIENTE AQUÁTICO

As práticas de trabalho no ambiente aquático estão diretamente relacionadas ao trabalho do pescador no mar e, conseqüentemente envolvem as modalidades de pesca e/ou maneiras de pescar de acordo com o apetrecho de pesca, as quais dependem do período de safra, do movimento da maré e da infraestrutura necessária para sua realização. Além do saber tradicional, o qual é de domínio dos pescadores, conhecimento este adquirido no saber fazer transmitido através das gerações, mais especificamente através das relações parentais. Pode-se citar o horário de ir para o trabalho através dos ciclos da maré, onde pescar - como identificar os cardumes, através da cor da água e do movimento dos cardumes para identificar a espécie de peixe, pela salinidade, o cheio e ao clima. A captura dos recursos aquáticos envolve os sentidos do pescador para a sua execução.

As práticas para captura do peixe informadas no Gráfico 6 associam-se às modalidades de pesca, assim como, aos apetrechos de pesca utilizados durante o trabalho no mar. A pesca com rede, está associada às modalidades rabiola, tarrafa,

estacada, borqueio, arrasto, arrastão, rede apoitada e a pescaria do malha. Enquanto a pesca com anzol, integra as modalidades linha de mão e espinhel e a pesca de armadilha com o curral ou cacuri.

Gráfico 6 – Práticas de pesca dos extrativistas de Cajuúna, em frequência relativa.



Fonte: Pesquisa de campo, maio a julho/2013.

Legenda: S/I (sem informação); NP (não pratica nenhuma atividade).

Pesca com Tarrafa

A Pesca com Tarrafa é uma modalidade de pesca exercida pela maioria dos pescadores da comunidade Cajuúna. A tarrafa é um apetrecho de pesca que tem uma forma de um cone (Foto 21). Para ser confeccionada é necessário agulhas, fio de plástico e o entralho, que é o fio mais grosso. Em média a tarrafa para captura da tainha e da pratiqueira é de 21 palmos de corpo e 4 de saco. O malheiro e o fio de plástico dependem da espécie capturada: para tainha o fio é de 40mm e o malheiro é 30mm; para pratiqueira o fio é 30mm e o malheiro 25mm e para captura do bagre o fio de plástico é 60mm e o malheiro 40mm. Para tecê-la, dependendo da folga do pescador no mar é de 60 a 90 dias (I.C.L., informação verbal, realizada em mai./2013). Como é possível ver nas Fotos (22, 23, 24, 25 e 26), os pescadores arremessam a tarrafa sobre os cardumes.

Foto 21 – Comunidade Cajuúna: pescador demonstra a tarrafa.



Fonte: Pesquisa de Campo, mai./2013.

A Tainha e a Pratiqueira são as duas espécies de peixe que mais foram capturadas pelos pescadores de Cajuúna no período de maio a início de julho de 2013. O pescador identifica essas espécies através da visão.

Fotos 22, 23, 24 e 25 – Pesca com Tarrafa, Igarapé/Rio Cajuúna.



Fonte: Pesquisa de Campo, jun./2013.

Foto 26 – Pesca com Tarrafa, pescadores de diferente gênero - a mulher como piloto. Igarapé/Rio Cajuúna.



Fonte: Pesquisa de Campo, jun./2013.

Apesar da pesca com tarrafa ser a mais árdua das modalidades, os pescadores de Cajuúna são compensados pela localização, porque pescam perto e não precisam ir para longe capturar o pescado, como na Baía.

A tarrafa também é um apetrecho de pesca para captura do camarão. A diferença em relação à tarrafa para captura do peixe é o malheiro (12mm). Quando não tem para quem vender, a alternativa para conservar o camarão é fritá-lo, que consiste no cozimento com sal, aumentando o custo em virtude do preço do gás. O preço do camarão cru ou frito é em média R\$ 3,00 (três) reais o litro. O camarão cru é o fresco, enquanto o frito é o cozido (L. O., informação verbal, jul./2013). Além da tarrafa, o outro apetrecho para captura do camarão é o matapi, pulsar e rede. Assim, através da Pesca de tarrafa e pesca de armadilha o camarão é capturado em Cajuúna. Do mesmo modo que Cajuúna, os Pescadores do Céu e Pesqueiro capturam o crustáceo utilizando os mesmos apetrechos de pesca. A diferença é o local da pesca, pois os pescadores de cada uma das unidades sociais capturam o camarão nos Igarapés que ficam na localidade onde moram ou nas proximidades. Cito o território de pesca para captura do camarão: Cajuúna – Igarapé Cajuúna; Céu – Igarapé Tucupi e Pesqueiro – Igarapé Pesqueiro e Seminário.

Para a pesca do camarão, diferentemente da captura do peixe com tarrafa, é necessário a isca, que é o babaçu e o coco ralado.

Fotos 27 e 28 – Pesca com Tarrafa para capturar o Camarão, Igarapé Cajuúna.



Fonte: Pesquisa de Campo, jun./2013.

Modalidade de Pesca Rabiola ou Rede na Vara

Esta modalidade é praticada nas três comunidades. Conforme as fotos 29, 30 e 31, a rede com boias é presa em uma estaca, enquanto a outra extremidade da rede é fixa na areia com chumbo ou pedra. Esta prática depende do ciclo da maré, que funciona como um relógio do pescador. Diferentemente da pesca com tarrafa o pescador não precisa ficar em mar para capturar o pescado e também não necessita de companheiro para praticá-la, a própria maré na preamar leva os cardumes para a rede e o pescador na baixamar realiza mais uma atividade que a despesca, a qual pode ser em grupo ou individual. Na foto do centro o pescador sofreu um acidente de carro aos 25 anos de idade, mesmo movimentando somente um braço realiza a prática da pesca sem necessitar de companheiros. Esta é a única modalidade de pesca que realiza.

Fotos 29, 30 e 31 – Pesca Rabiola: Povoado do Céu – Igarapé Pesqueiro, out./2013. Comunidade Cajuúna – Igarapé/Rio Cajuúna, out./2013 e Vila do Pesqueiro: Igarapé Pesqueiro, jul./2013.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Foto 32 – Comunidade Cajuúna: Pescadores em grupo a caminho da pesca rabiola para praticar a despesca.



Fonte: Pesquisa de Campo, jul./2013.

Modalidade de Pesca Estacada

Na modalidade de pesca estacada (Foto 33), a rede fica fixa em várias estacas, diferentemente da rabiola em que é necessária somente uma estaca. Nas duas modalidades o pescador prepara a rede na baixamar para a espera dos cardumes na preamar, aguarda em terra e antes que seque realizada o segundo trabalho no ambiente aquático que é a despesca, quando os peixes são retirados da rede. Segundo o saber do pescador, esta prática apesar das similitudes com a rabiola quanto a execução do trabalho, a sua disposição em mar – esticada como um retângulo facilita que os objetos submersos no mar ou o próprio peixe, siri a danifiquem. Assim, esta modalidade de pesca necessita de mais reparos que a rabiola.

Foto 33 – Pesca Estacada - Comunidade Cajuúna: Rio Cajuúna.



Fonte: Pesquisa de Campo, out./2013.

Modalidade de Pesca Curral

A pesca de curral ou cacuri é uma arte produzida às margens do Rio com pau do mato e coberto com rede. Sua estrutura é composta de três divisões: o chiqueiro

onde o peixe se aloca, a sala e a espia, mas primeiramente é construída a muruada que consiste na alocação de paus do mato (taboca) fincadas às margens do rio (R. E. B., entrevista realizada em maio/2013). Esta estrutura funciona como uma espécie de armadilha, cujo movimento da maré lança os peixes para o chiqueiro. A despesca é realizada em 6h em 6h para evitar a decomposição do peixe.

Para construir o curral é necessário tela e pau do mato para fazer a demarcação. O pescador demonstra como é produzido o curral, desde a muruada, cujos moirões são fixados em fileiras às margens do rio e as divisões internas são construídas posteriormente.

“... A muruada é feita nesse sentido... Isso aqui se chama chiqueiro do curral. Por que se chama chiqueiro: não tem o chiqueiro que prende os porcos, não sei se tem outro nome... específico. Eu conheço isso aqui desde criança como **chiqueiro**, isso aqui é a parte **sala**...Isso aqui é a **espia**. O quê que acontece com a espia? Se a maré tá enchendo aí o peixe vem bate aqui aí ele corre pra cá. Se a maré... bate do outro lado... corre pra cá. Caso o peixe chegue aqui e dê uma remanciada tem a sala aqui pra empatar ele voltar, tanto faz... Isso aqui é o curral chamado coração. Agora tem o estilo caçoeira, tem o estilo cachimbo, são os vários estilos de curral que existe, mas essa região aqui é mais esse formato aqui...é a muruada..., porque o curral ele só é curral depois que ele é cercado com as telas, enquanto não tem as telas ele só é muruada. Primeiro se constrói a muruada e depois a gente conclui o curral já fazendo o serviço todo. (Entrevista R.E.B., maio/2014)

Segundo Lisboa (2012), a prática de pesca de cacuris foi herdada pelos Aruã que produziam estas artes de até 3m de altura e 40m de comprimento. O curral (Fotos 34 e 35) foi produzido com taboca, cuja renovação é realizada aproximadamente em 4 em 4 anos. A produção da pesca durante a safra de 2013 foi de 30 kg a 40 kg diariamente. (Entrevista A. A., jul./2013).

Fotos 34 e 35 – Curral, às margens do Igarapé/Rio Cajuúna.



Fonte: Pesquisa de Campo, jun./2013.

Além destas existem outras modalidades de pesca praticadas pelos pescadores das três comunidades, porém foram essas quatro modalidades as que mais ocorreram e as que a pesquisadora acompanhou durante o trabalho de campo, no período de maio a outubro de 2013.

As práticas de pesca com rede são praticadas fora da área proibida, como: rabiola, estacada, borqueio, malha, arrastão, arrasto e a rede apoitada. A pesca com tarrafa é a mais praticada pelos pescadores de Cajuúna (28,92%), seguida da pescaria de anzol como Espinhel (14,05%) e Linha de mão (7,44%). O borqueio, a pescaria do malha e o arrastão são praticadas na Baía, enquanto a rede apoitada é praticada em uma área que tem pedras no Igarapé Cajuúna.

O Borqueio é praticado em torno de uma estaca indicada com uma bandeira após o balizamento. Nesta prática a rede fica em forma de círculo e o barco no centro para fazer barulho e o peixe se espanta e malha.

O pescador explica a pescaria do malha, cuja rede é fixa em uma estaca, que é amarrada na canoa. A estaca ou guarda mão expõe-se no centro entre o barco e a rede:

Enfinca a rede amarrada no barco, a gente deixa a estaca lá e sai puxando a rede, aqui no final da rede tem o cabo que a gente chama de guarda mão. Esse guarda mão a gente amarra na proa da embarcação, aí ele fica esticado, fica ali. Se a sra. quiser saber se o peixe já tá malhando ou não a gente vai naquele cabo pega se ele tiver fazendo assim é porque o peixe tá malhando. A gente sente quando o peixe malha...fica o barco lá porque a gente não pode soltar a rede tem que ficar presa a rede amarra na proa do barco o cabo (L. J.O, entrevista realizada em 10 de julho de 2013).

Enquanto o arrasto é praticado pelo menos por duas pessoas fora da embarcação, a rede é controlada pelos pescadores que a seguram nos extremos em movimento para a captura do pescado e quando estes malham, os pescadores realizam constante movimento para a despesca.

A prática de pesca rede apoitada ou rede escorada é executada em uma área do Igarapé que tem pedras, a rede é apoiada nessas pedras. O apetrecho de pesca fica parado com boias em cima e as pedras ficam em baixo. Ela fica parada aguardando os cardumes, é o que fala o pescador: “É apoiada ela não anda pra canto nenhum, ela fica apoiada ali, do jeito que a maré correr ela fica ali todo tempo. Ela só sai dali quando a gente vai puxar...” (J. M. N., informação verbal em jul./2013).

As práticas sociais para preservação e uso dos recursos envolvem o saber tradicional dos pescadores, em nova situação social a partir da normatização dos órgãos gestores quanto à preservação e uso desses recursos, por se tratar da institucionalização de uma Resex, que trouxe alterações ou restrições quanto ao uso desses recursos.

Quanto às proibições ou práticas relacionadas à preservação, que atualmente são reguladas institucionalmente, os agentes sociais mantinham e mantêm relação com o meio, cuja execução do trabalho associado ao conhecimento tradicional e empírico e aos instrumentos de pesca, descritos abaixo. Observa-se que estes não impactam de forma destrutiva o meio ambiente, comparativamente a reestruturação da pesca no final dos anos 60 que incorporou avanços nesses instrumentos para captura do pescado, atrelado ao avanço das embarcações de grande porte. Estas não são comparáveis com as montarias e reboques ou cascos, meio de transporte fluvial predominante nas comunidades tradicionais, cuja captura dos recursos aquáticos são essencialmente para consumo das famílias. Quando utilizados para comercialização não incorporam grande renda para os trabalhadores da pesca, que além da infraestrutura primária enfrentam dificuldades para comercialização e conservação do pescado, desta forma é reconhecido que na relação custo-benefício os maiores beneficiados são os atravessadores.

Apesar da criação da RESEX Soure ter sido motivada pela pesca predatória do caranguejo Uçá, a maioria dos extrativistas que habita no limite da reserva como os do Céu, Cajuúna e Pesqueiro tem como principal atividade econômica a pesca do peixe, a captura do caranguejo quando ocorre é somente para consumo, diferente dos pescadores que moram fora da RESEX, cuja pesca do caranguejo é a principal fonte de renda, quer dizer que a criação da RESEX para impedir que os caranguejeiros de fora não praticassem técnicas predatórias, continuam por falta de fiscalização, atrelado a problemas administrativos. Como diz Viana (2008), os problemas de hoje das RESEX's continuam sendo os mesmos de sua origem.

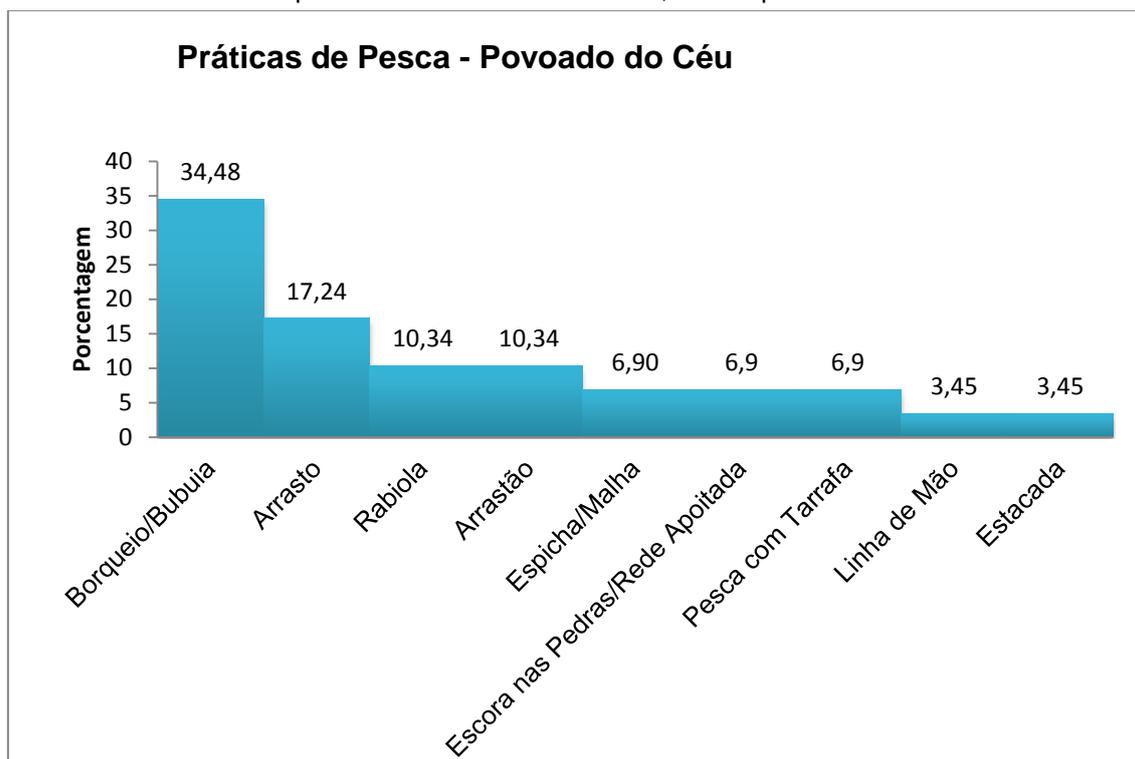
Além desta preservação legal relativa à floresta e aos recursos do mangue, existe também a preservação da fauna quanto às espécies aquáticas, cognominada defeso da Piracema, período este de reprodução dos peixes e os extrativistas são proibidos de pescar. Em contrapartida, recebem o seguro defeso durante este período. Mas para além da preservação institucionalizada, nesse território onde

habitam trabalhadores tradicionais da pesca, existe uma Lei verbal, como chamam os habitantes desse lugar, cuja prática centenária, os extrativistas mais antigos desconhecem o tempo exato, por ser originada em um passado muito distante, que ultrapassou três ou quatro gerações.

No povoado do Céu, os pescadores apresentam diferença, quanto às práticas de pesca que os pescadores de Cajuúna, as práticas com rede, como o arrasto (17,24%), a rabiola (10,34%) e a estacada (3,45%) ficam mais próximas da praia e ao contrário dos pescadores de Cajuúna quase não praticam a pesca com tarrafa, esta é mais utilizada para a pesca do camarão, porque no Igarapé/Rio Pesqueiro, que banha a praia do Céu não há proibição quanto a prática da pesca com rede e quanto a modalidade de pesca “de perto” é mais praticada o arrasto. Porém, o território de pesca é mais diversificado e as embarcações de maior porte permitem que os mesmos pesquem de longe, cujo território informado foi o Igarapé Pacoval, Igarapé Pepeia, Igarapé Maguari, Igarapé Cambú, Igarapé Mirinduba, Igarapé Cajuúna e Costeiro, Igarapé Pesqueiro, Igarapé Tucupi, Baía, Beiradão (praia), Croa da Moroçoca e do Piriri, Cambú, Turé, Ponta fina, Tarumã, Anuerá e Motú. Também se diferenciam quanto ao local de comercialização, porque não tem marreteiro dentro da comunidade, como em Cajuúna, neste caso, os compradores do pescado são de Soure e tem pescadores que se dirigem ao Ver-o-Peso/Belém para comercializar o pescado.

Além das práticas rabiola, estacada e arrasto que são executadas “de perto”, os onze pescadores entrevistados informaram as modalidades de pesca: borqueio/bubuia (34,48%); espicha ou malha (6,90%); tarrafa (6,90%); rede apoitada ou escora nas pedras (6,90%), linha de mão (3,45%) e arrastão (10,34%). A Pesca com Tarrafa é mais utilizada para pesca do Camarão, assim como, os pescadores da Vila do Pesqueiro, enquanto em Cajuúna esse apetrecho de pesca é mais utilizado para a pesca do peixe, mas nesse território pesqueiro também a tarrafa é empregada para a pesca do camarão.

Gráfico 7 – Práticas de pesca dos extrativistas do Céu, em frequência relativa.



Fonte: Pesquisa de campo, out./2013.

O borqueio ou bubua, como mostra o Gráfico 7, é a modalidade de pesca “de longe” mais praticada pelos extrativistas do Povoado do Céu. O pescador explica a disposição da rede e do barco no mar, referente a essa prática de pesca:

- A gente solta a rede, pula um no calão e sai soltando a rede pela embarcação, de dentro da embarcação.

- Ele sai de dentro do barco?

- Sai, só que joga ele estando em pé, que dê pra ele ficar segurando, ai solta vem e uni de novo do lado dele, ai pula outro e cerca, ai bate com o bote dentro da rede, ai depois pára e vem puxar a rede.

- Cada companheiro fica segurando de um lado, pra ficar um círculo em volta do barco?

- É.

- Pensei que o borqueio, fosse só na baía. Mas vocês vão até o perímetro que dê a altura do pescador?

- É, mas também a gente borqueia fora só que não pula ninguém, a gente amarra uma boia na ponta da rede e faz o mesmo sistema só que ninguém pula.

- No borqueio também?

- Sim, lá fora a rede vai solta. (N. S. G., entrevista realizada em out./2013)

O mesmo pescador explica também a modalidade de pesca “de perto”, mais praticada no Povoado: “O arrasto é aqui na beirinha mesmo, no beiradão... Nós

somos quatro, um fica segurando um calão numa ponta e os outros vão arrastando e ajeitando a rede pra ela não ficar enrolada. Aí quando termina, pega o outro calão e puxa pra beira e une o calão e vão puxando pra beira” (N. S. G., entrevista realizada, out./2013).

Das pescarias de longe, além do borqueio os pescadores do Céu praticam o arrastão, a pescaria do malha e a rede apoitada. Com relação ao arrastão, esta prática é executada na Baía e o pescador informa que a rede de *nylon* por ser mais resistente é melhor que a de plástico para essa modalidade de pesca.

Olha pro Arrastão sim, aí o nylon vai na canoa é mais pesado. Porque pra arrastar, só se ela for miúda “assim” quatro dedos pra Tainha, aí a gente arrasta na beirada. Arrastão mesmo só por canoa a rede é maior um pouco, duzentas braças aí põe mais gente também, dá mais gente. Porque praticamente, a canoa não sendo muito grande, vão dois pra remar na frente, um pra pôr a rede e um pra pilotar. São quatro (pessoas para praticar a pesca no Arrastão). Sim, em canoa, fica um ou dois na ponta aqui. (C. L. S., entrevista realizada em out./2013).

A pescaria do malha também é praticada na Baía, comparando com a do borqueio, esta é sustentada por uma estaca, a qual possibilita uma maior segurança em relação à perda de redes no mar, a outra diferença é que enquanto no borqueio a rede fica a deriva em forma de círculo ao redor da embarcação, a do malha fica esticada e presa na estaca.

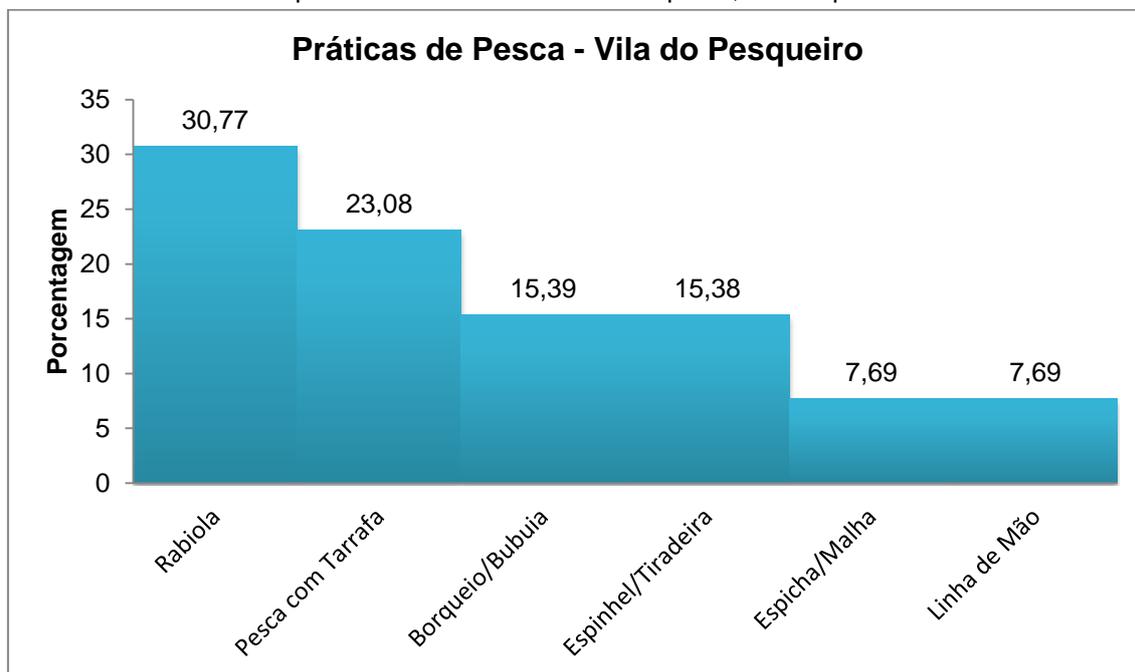
De todas as pescarias, o pescador informa que a escora na rede ou rede apoitada é a mais nova prática de pesca e pelo próprio nome a rede é apoiada nas pedras com chumbo, além das pedras. No Igarapé/Rio Cajuúna é o local que tem pedras e pratica-se essa maneira de pescar (C. L. S., entrevista, out./2013).

Os problemas relatados pelos Pescadores do Povoado do Céu estão relacionados à pesca e ao ambiente em terra: fenômenos naturais, como o vento; dificuldade para venda; falta de fiscalização; insegurança no ambiente aquático com os piratas e falta de autonomia dos moradores quanto à moradia.

A Vila do Pesqueiro apresenta semelhança quanto às práticas de pesca do Povoado do Céu, visto que em ambas não existe proibição quanto ao uso de rede no Igarapé Pesqueiro, ambiente aquático que banha as duas unidades sociais. Apesar da similaridade quanto à distância em relação às práticas de pesca com rede, há diferença quanto à modalidade de pesca “de perto”, visto que a rabiola é a mais executada na Vila do Pesqueiro (30,77%), diferente do Céu (arrasto) e Cajuúna

(Pesca com Tarrafa). Para a pesca “de longe”, assim como, no Céu o borqueio (Gráfico 8) é o mais executado e a tarrafa é o apetrecho mais usado para a pesca do camarão. Quanto ao território de pesca, a maioria das embarcações é de pequeno porte, assim como as de Cajuúna, desse modo, as atividades são mais executadas no Igarapé/Rio Pesqueiro, mas além deste no Igarapé Andiroba, Igarapé do Poço, Igarapé Seminário, Igarapé Taperebá e Igarapé Tucupi e, ainda pescam na Baía e Croa da Moroçoca.

Gráfico 8 – Práticas de pesca dos extrativistas do Pesqueiro, em frequência relativa.



Fonte: Pesquisa de campo, julho/2013.

Para as práticas de pesca espinhel ou tiradeira e linha de mão é necessário anzol, linha e isca para atrair o peixe. Pescadores do Pesqueiro e Cajuúna demonstraram que no espinhel vários anzóis ficam fixos em uma corda mais ou menos com 50 anzóis, estes instrumentos são lançados no mar com a isca, pedra e três boias, dispostas no centro e nos extremos da corda. A pesca de linha de mão é a mais simples das pescarias, cujo anzol é preso em uma das extremidades da linha com isca e chumbo.

Segundo os Pescadores do Pesqueiro, os problemas enfrentados pelos usuários da RESEX estão associados: à criação da reserva sem desapropriação das áreas privadas; à falta de estrutura para conservação e comercialização do pescado; ao preço baixo; à falta de financiamento e à falta de pescadores.

3.2 DE PRESERVAÇÃO NO AMBIENTE AQUÁTICO

Das unidades sociais de estudo, a Comunidade Cajuúna possui uma preservação (não institucionalizada) dos recursos hídricos. No Igarapé Cajuúna existe uma lei verbal proibindo a captura de peixe com o uso de redes. Quanto a isto, os moradores mais antigos relataram que ainda não eram nem nascidos e já havia esta iniciativa em preservar. É o que fala um Pescador já aposentado, que atualmente somente pesca para subsistência:

Tinha uma baliza lá fora; lá no quebrado, numa ponta que antigamente chamavam “encrenca”; era uma encrenca mesmo, a baliza ficava lá. Quando eu cheguei já tinha essa lei, criada no tempo dos antigos. Aí, fizeram uma reunião, foram pela Colônia e foi aprovada. Mantiveram essa lei como uma coisa séria. Que hoje já não tem coisa séria; nós não temos o direito de chegar e pegar uma rede e cortar como tínhamos antigamente, porque éramos amparados pela lei; cortava uma rede lá, o caboclo não ia revidar porque era difícil pra ele... (J. S. S., maio/13).

Fotos 36, 37 e 38 – Balizamento do Igarapé Cajuúna. Pescadores levam os moirões para delimitar a área de proibição da pesca com rede.



Fonte: Pesquisa de Campo, 27 de maio de 2013.

A baliza é composta por estacas extraídas de árvores do mangue, que indica a área de pesca proibida com rede. Da baliza para dentro da cabeceira do Igarapé somente é permitido pescar com Tarrafa. Segundo o conhecimento tradicional do pescador, a rede espanta os peixes. Esta preservação, de acordo com os moradores da comunidade, permite que o igarapé continue sendo fonte de reprodução econômica e social dos pescadores. O extrativista e morador da comunidade explica o porquê da relação dos instrumentos de pesca com a preservação da fauna aquática no Igarapé Cajuúna:

- Por que a tarrafa não é proibida e a rede é.... Qual a diferença?
- Os pescadores dizem que a rede espanta o peixe, a tarrafa não, a sra. ver existe prática aí que tem um bocado de tarrafeador só naquele pedacinho todo mundo pega, se fosse a rede não. O cara metia a rede ali pegava um pouco na rede metia já tinha ido, porque espanta.
- A rede espanta e acredito que dê pra capturar mais peixe?
- É, ali eles tão tarrafeando...dez, se fosse com rede basta uma.
- A rede leva todos os peixes?
- É.
- Então essa é a proibição que existe aqui, a captura de peixe com uso de rede?
- É, o pescador a partir do conhecimento empírico que ele tem, ele diz que espanta...faz o peixe se afugentar com mais rapidez. (Entrevista L.J.O., jul. 2013).

O balizamento é sempre realizado próximo da safra e envolve o grupo de pescadores e os representantes das associações e o ICMBio, que é responsável pela autorização do uso do mangue e demarcação da área proibida. No ano de 2013, a safra da Tainha e da Pratiqueira foi de maio até o início de julho. Devido a esta proibição há conflito nesse ambiente com pescadores¹⁵ de outras comunidades e até mesmo de usuários de outras localidades de Soure que usufruem desse território pesqueiro.

Conforme observação na área pesqueira da RESEX, o território compreendido pelo Igarapé e mangue de Cajuúna, devido a esta preservação, apresenta, em termos absolutos, uma variedade de recursos, além do peixe, como: crustáceos (camarão, siri e caranguejo), moluscos (mexilhão e turú), quando se compara com os outros igarapés das comunidades Céu e Pesqueiro. A localização do igarapé possibilita que o trabalho na pesca seja realizado próximo do domicílio dos pescadores, cujas embarcações a remo, impossibilitam o trabalho na Baía. Apesar disso, a prática da pesca com tarrafa, demanda maior esforço físico, como

¹⁵ Os pescadores entrevistados para este estudo, com consciência de sua identidade, estabelecem uma diferenciação com os "Outros" pescadores que insistem em explorar os recursos de forma predatória. Estes pescadores parecem possuir uma cultura diferente dos pescadores tradicionais classificados também como artesanais segundo o Ministério da Pesca e Aquicultura: "O pescador(a) artesanal é o profissional que, devidamente licenciado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, exerce a pesca com fins comerciais, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parcerias, desembarcada ou com embarcações de pequeno porte. Para a maior parte deles o conhecimento é passado de pai para filho ou pelas pessoas mais velhas e experientes de suas comunidades. Os pescadores conhecem bem o ambiente onde trabalham como o mar, as marés, os manguezais, os rios, lagoas e os peixes". Do total de cerca de 970 mil pescadores registrados, 957 mil são pescadores e pescadoras artesanais (MPA, setembro 2011) e estão organizados atualmente em cerca de 760 associações, 137 sindicatos e 47 cooperativas.

referido por uma ex-pescadora e ex-moradora de Cajuúna quando era piloto e se refere ao tempo e esforço físico maior:

... pescaria de tarrafa é a pior que tem, porque você já pensou, a gente sentado numa montaria de 7h da manhã até 3h da tarde, porque você tá sentada ali, só remando, leva pra cá vai, leva pra li vai, leva pra acolá vai... ali sentado, forcejando contra o vento... muitas vezes eles tão lá na proa, com a tarrafa lá em pé lá e aqui, olha, o piloto tá vendo e tem que remar contra o vento, pra eles chegar ali e jogar aquela tarrafa... (M.J.S. 29/10/13)

Os pescadores e toda a comunidade defendem e fiscalizam este igarapé, quando alguém entra com rede para pescar, independente do gênero ou idade todos são mobilizados para a defesa desse lugar. Antigamente tinha o capataz que era o frentista da comunidade e todos o respeitavam. O último frentista de Cajuúna foi o pescador Pedro Gonzaga dos Santos. Hoje os frentistas são os pescadores, que cortam e queimam a rede quando veem alguém invadir o igarapé com esse apetrecho, gerando conflito com pescadores de outras localidades. Eles sentem privilegiados quando falam dessa fonte de alimento das famílias da comunidade, que, apesar da diminuição das espécies pesqueiras comparativamente com o tempo passado, ainda é fonte de trabalho e alimento das famílias cajuenses.

Além desta preservação do Igarapé de Cajuúna, os extrativistas dos três povoados de estudo têm cuidados para preservar a ictiofauna no momento das práticas de pesca, observando se os peixes, crustáceos e moluscos podem ou não ser capturados, considerando o tamanho das espécies (quando muito pequenos os peixes são devolvidos ao mar). Observam o período da desova e cumprem as proibições legais, estadual e federal, relativas à preservação dos recursos, quanto ao defeso do caranguejo e da piracema, assim como, as proibições específicas do órgão gestor da RESEX relativas às restrições ao uso do mangue, à caça e as práticas de pesca, como a tapagem.

Apesar de ainda haver situações de incompatibilidade quanto a essas determinações, sobretudo quando se trata de imperiosa necessidade para o consumo; por não serem constante durante o inverno não impactaria de forma destrutiva e não levaria a extinção da espécie. Exemplificam nessa estação com a pesca do bacú, que é um peixe que não tem valor comercial, restringindo-se ao consumo. Com relação ao ambiente em terra os moradores das três comunidades

não criam animais de grande porte e a caça é proibida dentro da Reserva, limitando-se à alimentação.

Independente da estação do ano, dos 49 pescadores de Cajuúna entrevistados com formulários, 79,59% capturam o pescado no Igarapé de mesmo nome. No verão pescam na Baía e nos dois territórios pesqueiros, mas também pescam no Rio Cambu; Rio Paracauari, no Lago do Júlio e no Lago da Cabana. No inverno, a pesca não tem destinação comercial, destina-se mais para o consumo e intensifica-se a prática da pesca “de perto” e reduz para mais da metade a pesca “de longe”, como na Baía e no Igarapé Turé. Conforme Tabela 3, mostra-se a diversidade da fauna ictiológica deste território de trabalho tradicional.

TABELA 3 - Espécies de pescado capturados e preço recebido pelos pescadores de Cajuúna

Espécies de Peixes¹⁶	Preço(R\$/Kg)
<ul style="list-style-type: none"> • Acari, Arraia, Carataí, Mandubé, Peixe Agulha, Peixe Galo, Pirapema (Pomboca), Uricica 	<ul style="list-style-type: none"> • 0,00
<ul style="list-style-type: none"> • Cangatá, Piranha, Jurupiranga 	<ul style="list-style-type: none"> • 0,00-1,00
<ul style="list-style-type: none"> • Pescadinha Branca (Cururuca) 	<ul style="list-style-type: none"> • 0,00-1,50
<ul style="list-style-type: none"> • Bacú, Timbiro 	<ul style="list-style-type: none"> • 0,00-2,00
<ul style="list-style-type: none"> • Sardinha - (Papa) 	<ul style="list-style-type: none"> • 1,00-3,00
<ul style="list-style-type: none"> • Bagre 	<ul style="list-style-type: none"> • 1,00-4,00
<ul style="list-style-type: none"> • Bandeirado, Jeju 	<ul style="list-style-type: none"> • 1,50
<ul style="list-style-type: none"> • Tacariuna; Xareu 	<ul style="list-style-type: none"> • 1,50-2,50
<ul style="list-style-type: none"> • Serra 	<ul style="list-style-type: none"> • 1,50-4,00
<ul style="list-style-type: none"> • Traíra 	<ul style="list-style-type: none"> • 1,50-5,00
<ul style="list-style-type: none"> • Apaiari (Acarauaçu), Gó, Piau, Sarda, Tucunaré Uritinga 	<ul style="list-style-type: none"> • 2,00
<ul style="list-style-type: none"> • Aracú, Mapará, Piaba (Piote) 	<ul style="list-style-type: none"> • 2,00-3,00
<ul style="list-style-type: none"> • Pratiqueira/Pratiqueirão (macho), Sardinha - (Gato) 	<ul style="list-style-type: none"> • 2,00-4,00
<ul style="list-style-type: none"> • Peixe Pedra (Coró), Pescada Branca, Piramutaba, Tamuatá 	<ul style="list-style-type: none"> • 2,00-5,00
<ul style="list-style-type: none"> • Mandi-Casaca 	<ul style="list-style-type: none"> • 2,50
<ul style="list-style-type: none"> • Corvina 	<ul style="list-style-type: none"> • 2,50-7,00
<ul style="list-style-type: none"> • Tamatarana; Tambaqui 	<ul style="list-style-type: none"> • 3,00
<ul style="list-style-type: none"> • Pacamun 	<ul style="list-style-type: none"> • 3,00-4,00
<ul style="list-style-type: none"> • Tainha 	<ul style="list-style-type: none"> • 3,00-6,00
<ul style="list-style-type: none"> • Pescada amarela 	<ul style="list-style-type: none"> • 3,00-8,00
<ul style="list-style-type: none"> • Camorin 	<ul style="list-style-type: none"> • 3,00-12,00
<ul style="list-style-type: none"> • Gurijuba 	<ul style="list-style-type: none"> • 4,00
<ul style="list-style-type: none"> • Dourada 	<ul style="list-style-type: none"> • 4,00-7,00
<ul style="list-style-type: none"> • Enchova 	<ul style="list-style-type: none"> • 5,00-8,00
<ul style="list-style-type: none"> • Filhote 	<ul style="list-style-type: none"> • 5,00-9,00
<ul style="list-style-type: none"> • Cação 	<ul style="list-style-type: none"> • 7,00
<ul style="list-style-type: none"> • Pirarucu 	<ul style="list-style-type: none"> • 10,00

Fonte: Pesquisa de Campo, maio a julho de 2013.

Apesar da redução dos recursos pesqueiros, o território de trabalho dos pescadores de Cajuúna apresenta uma diversidade da fauna aquática. Estas espécies são de água doce, água salgada ou de ambas, conforme o ciclo de salinidade das águas da Ilha de Marajó, quando a água salga, geralmente a partir de julho os peixes de água doce desaparecem da cabeceira do Igarapé. A partir deste ciclo, muda o território de pesca e os cardumes vão para a Baía, onde é praticada a pesca de longe, sendo um problema, porque a maioria das embarcações desses pescadores são a remo (Foto 39).

¹⁶ Existem nomes de espécies da fauna aquática que são de origem Tupi, como: Piaba deriva do termo tupi *pi'awa* e significa pele manchada. Informação disponível em: <<http://dicionariotupiguarani.blogspot.com.br/2010/09/p.html>>. Acesso em: 17 out. 2014. Há outras espécies de origem Tupi, como: Apaiari, Tamuatá.

Fotos 39 e 40 – Montarias atracadas no Igarapé Cajuúna, principal transporte fluvial de trabalho dos pescadores. Pescador demonstra a captura de tainhas no Igarapé Cajuúna em uma embarcação a remo.



Fonte: Pesquisa de Campo, jun./2013.

Quanto à comercialização, a maioria dos pescadores vende o peixe fresco para o Marreteiro da comunidade ou quando aparece um barco geleiro, quando não tem comprador é armazenado em freezer ou seco. Algumas espécies não tem valor comercial, como o Acari, Carataí, Cangatá entre outros e são devolvidos ao mar, doados ou para o consumo. O Bacú tem em grande quantidade no inverno e é vendido em cambada junto a outras espécies ou para consumo. Existem também espécies que são escassas, como o Pacumun, que segundo o saber tradicional tem grande propriedade nutricional e é vendido por unidade ou para o consumo. Existe uma espécie, o Peixe Pedra ou Coró que há necessidade de estudo sobre as propriedades do peixe e do local de pesca onde o peixe se alimenta, nas pedras em frente ao Igarapé Turé, conforme relato de dois moradores de Cajuúna, os antigos diziam que a cabeça do Coró fazia mal. Veja na **Tabela 3** o preço recebido pelo pescador, o esforço físico, além da infraestrutura necessária para desenvolver a atividade da pesca.

O trabalho em mar é desenvolvido em grupo, para a prática da tarrafa 2 a 4 companheiros, cuja renda é dividida em partes iguais, sendo que o dono da montaria ou do casco recebe duas partes. Quando é embarcação de maior porte - barco, 50% da renda pertence ao dono e o restante é dividido em partes iguais entre os companheiros.

Foto 41 – Barco geleiro à espera do pescado para compra no Igarapé Cajuúna



Fonte: Pesquisa de Campo, jul./2013.

Fotos 42, 43, 44, 45, 46 e 47 – Espécies de peixes capturados no território dos pescadores de Cajuúna: tainha, pacamun, acari, piaba e pratiqueira.



Fonte: Pesquisa de Campo, Jun.-Jul./2013.

Fotos 48, 49 e 50 – Espécies de peixes capturados no território dos pescadores da Vila do Pesqueiro: Pirapema e Arraia, jul./2013. Povoado do Céu: Bagre, out.2013.



Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

Durante o defeso da piracema a pesca é proibida por bacia hidrográfica. Nos rios da Ilha do Marajó não é permitido a pesca de algumas espécies no período de 1º de janeiro a 30 de abril: aracu (*Schizodon* spp.), piauí (*Leporinus* spp.), curimatã (*Prochilodus nigricans*), jeju (*Hoplerythrinus unitaeniatus* e *Erythrinus erythrinus*), pacu (*Myleus* spp. e *Mylossoma* spp.), traíra (*Hoplias malabaricus*), tamoatã (*Hoplosternum* spp.), apaiari (*Astronotus ocellatus*), cachorro-de-padre ou anujá (*Parauchenipterus galeatus*), piranha (*Pygocetrus nattereri*), conforme a Portaria nº 48, de 5 de novembro de 2007-IBAMA.

Da mesma forma que a pesca do peixe¹⁷, há o defeso do caranguejo-uça (*Ucides Cordatus*). No estado do Pará é proibida a captura, transporte, beneficiamento, industrialização, armazenamento e comercialização durante o período da “andada” que corresponde ao momento em que as fêmeas e machos saem das tocas para acasalamento. Este ano o 1º período para preservação da espécie iniciou em 02 de janeiro e terminou no dia 05 de abril de 2014 (4º período), conforme o Diário Oficial do Estado de 30 de dezembro de 2013 (Ano CXXIII da IOE

¹⁷ Segundo o Art. 36 da Lei 9.605 de 12/02/98, *considera-se pesca todo ato tendente a retirar, extrair, coletar, apanhar, apreender ou capturar espécimes dos grupos dos peixes, crustáceos, moluscos...* Este grupo citado na Lei, reflete os recursos hídricos compreendido no território de pesca dos povoados de estudo. Nesse sentido a descrição dos recursos nesse estudo dará ênfase ao recurso capturado, como: pesca do peixe, pesca do camarão, pesca do siri, pesca do caranguejo, pesca do mexilhão, pesca do turú. Veja o que fala o pescador de caranguejo sobre a pesca do crustáceo: *o caranguejo é considerado pesca, porque sofre a influência da maré*. Nesse sentido, o pescador de caranguejo confirma o que reza a Lei, desse modo, a fauna que habita os mangues, como o caranguejo, o turu sofrem influência da maré e são considerados na Lei como pesca, assim como, os peixes. Guedes (2009, p. 34-35) analisa no campo jurídico as sanções penais da pesca do caranguejo ao compará-lo a pesca do peixe e afirma que ambos apresentam as *mesmas sanções penais legais de qualquer outra atividade da pesca*.

124º da República nº 32.551). O caranguejeiro fala da relação do período do defeso com as fases lunares para preservação da espécie:

Foto 51- Pescador demonstra o local de pesca e a prática da captura do “caranguejo tirado” no Mangal Cajuúna.

Fotos 52 e 53 - Dois caranguejeiros de Tucumanduba tinham acabado de chegar do mangal com 40 caranguejos (6h de trabalho) e estavam tomando banho no Igarapé do navio, próximo da Vila do Pesqueiro.



Fonte: Pesquisa de Campo, out./2013.

- Quais são os meses que vocês não podem pescar?
- De janeiro, foi até abril..., mas é só por período de lua: lua nova e lua cheia. Dois dias após lua, eles baixam o decreto proibindo cinco dias do caranguejeiro trabalhar... Digamos de lua dia 08, aí eles baixam o decreto que não pode do dia 09 ao dia 14 tá proibida a pegação. Aí digamos 14 com 7 é igual a 21... Aí dá lua de novo 21 digamos, daí eles proibem do dia 22 ao dia 27...
- Quer dizer que depende da lua?
- É porque sempre o caranguejo anda no período de lua.
- Qual é a lua que vocês pescam?
- É sempre no período dos quarto, que é tempo que não cresce a maré.(A.D., entrevista realizada em maio/2013).

O mesmo entrevistado fala das dificuldades da pesca do caranguejo, relacionada a prática do laço com os invasores e ao clima: “a dificuldade que a gente tem é que tem o período que a maré não lava, como não tem a chuva o mangal fica de mais duro, que a gente não pode nem cavar... Seca demais, chega fica rachando o mangal”.

No inverno pescam em média de 30 a 50 caranguejos diariamente, no valor 0,80 (oitenta) centavos a 0,90 (noventa) centavos a unidade. No verão apesar da dificuldade quanto ao clima, o tamanho e a quantidade é maior. No período das férias, diminui a demanda no mercado de Belém e o caranguejeiro torna-se mais

independente dos atravessadores ou marreteiros, valorizando o preço do crustáceo, cujo valor aproxima-se de R\$ 1,30 (um real e trinta centavos), R\$ 1,40 (um real e quarenta centavos) ou R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) a unidade. Esta valorização deve-se ao fato que os próprios consumidores/compradores/demandantes, dirigem-se as praias para adquirir o crustáceo junto aos caranguejeiros, assim como, os próprios comerciantes das praias compram os crustáceos, tornando-os independentes dos atravessadores. (A. D., entrevista realizada em maio/2013).

Quanto às horas trabalhadas são aproximadamente 6h por dia. Em relação ao armazenamento e comercialização dos crustáceos: “Hoje em dia a gente tá trabalhando muito com a saca, com essa saca aqui... Essas aí que vem trigo..., a gente fura ela pra entrar um pouco de ar”. Quanto a comercialização, informa que os crustáceos são comercializados em Soure.(A. D., entrevista realizada em maio/2013)

O pescador fala da preservação do mangue e simultaneamente aos recursos que habitam nesse lugar com base no saber empírico e na consciente importância da preservação das espécies e a dependência desta em relação ao clima.

“É assim, se nós não preservar o mangue, teremos vários problemas, se a gente chegar no mangal e fazer muita vala, a gente acaba com ele, porque o mangal ele é assim, o buraco do caranguejo tem isso aqui de largura dá certinho o nosso braço, a gente tem que fazer um buraco que passe o nosso braço. Aí tem gente não, que pega e faz uma vala, às vezes até vala de um metro, meio metro fazem,... Aí aonde a pessoa fez aquela vala não dá mais caranguejo. O que a gente faz? A gente pega e vai tapando aquelas valas, a gente tapa mesmo para preservar o mangal. E outra coisa, cortar o mangueiro, siriúba, a gente não deixa, não aceita, não é permitido senão acaba. Porque, se tombar e dar o sol, ali enxuga tudo e não dá mais nada, o mangal é sombra... Nós como, já tem a prática, a gente já não faz isso, usamos o gancho, passa por baixo dele bate um bocadinho nele, aí ele sobe e a gente vai e pega. Porque o gancho tem duas voltas é uma aberta e outra fechada, a fechada é pra gente puxar e a aberta é para pegar o caranguejo”. (R.D.M., entrevista realizada em 26 de maio de 2013).

O turu (*Teredo* sp.) é um molusco que também habita no mangue, ele é extraído dos mangueiros que caem e apodrecem. No verão ele é melhor em termos de qualidade e quantidade, influenciando no sabor. O molusco é vendido a R\$ 8,00 (oito) reais para a comunidade. Tem propriedades importantes à saúde, contudo sua aparência é vermiforme.

Além dos peixes, habitam no ambiente aquático os camarões (Foto 28) e siris. O camarão é o segundo recurso mais capturado pelos pescadores para venda e

consumo. O crustáceo pode ser capturado através de tarrafa, rede, matapi e pulsar. Segundo pesquisa de campo a maioria dos pescadores pescam mais com tarrafa. O pitú (*Macrobrachium carcinus*)¹⁸ – (Foto 54) que também é uma espécie de camarão que migra para o Igarapé Cajuúna, não tem finalidade comercial, geralmente os pescadores capturam para o próprio consumo. O siri (Foto 55) é um crustáceo que habita no ambiente aquático e, do mesmo modo que o pitú não tem finalidade comercial. O mexilhão é um molusco que habita em uma área de pedra localizada no Igarapé Cajuúna, também não tem finalidade comercial.

Fotos 54 e 55 – Crustáceos que habitam no ambiente aquático: Comunidade de Cajuúna (Pitu, jun/2013). Povoado do Céu (Siri, out.2013).



Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

3.3 PRÁTICAS DE TRABALHO DOS PESCADORES EM TERRA

Além do trabalho no ambiente aquático, o pescador tem que conservar as redes e tarrafas em bom estado, remendando-as nos momentos de folga. Assim, trabalha em mar e em terra. Sempre que realiza a pescaria, as redes e tarrafas sofrem algum dano, pois engatam em paus submersos ou mesmo o próprio peixe, siri danificam os apetrechos. Nesse sentido, a maioria dos pescadores sabe remendar, entralhar e tecer redes e/ou tarrafas.

¹⁸ Pitu (*Macrobrachium carcinus*) é um termo oriundo da língua tupi, significa "casca escura". Chamado de "Camarão-d'água-doce". O pitu é quase do tamanho de uma lagosta. Tem gosto de camarão e está ameaçado de extinção. <http://dicionariotupiguarani.blogspot.com.br/2010/09/p.html>. Acesso, 17/10/2014.

3.3.1 De consertos/reparos e tecelagem dos apetrechos de pesca

A confecção de redes e tarrafas é um trabalho artesanal que demanda tempo e habilidade. Para tecer um tarrafa de 21 palmos de corpo e 4 de saco, o pescador trabalha 60 a 90 dias e, para realizar esta atividade necessita de instrumentos como fio, corda e palhetas. Os próprios pescadores produzem a tarrafa e o cuidado é permanente, logo após as pescarias no tempo de folga remendam para que as tarrafas não fiquem danificadas.

Fotos 56 e 57 – Comunidade Cajuúna: Pescadores de diferente gênero e idade tecendo tarrafa, julho e maio/2013.



Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

Fotos 58 e 59 – Vila do Pesqueiro: Pescadores remendendo rede, jul. e out./2013.



Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

A Portaria SCS/MDIC n.º 29, de 05 de outubro de 2010, referente ao artesanato brasileiro, define o trabalhador que desenvolve atividades manuais como

artesãos. Talvez seja possível que os pescadores que produzem seus apetrechos de pesca, também possam estar enquadrados nesta legislação¹⁹:

O Artesão é o trabalhador que de forma individual exerce um ofício manual, transformando a matéria-prima bruta ou manufaturada em produto acabado. Tem o domínio técnico sobre materiais, ferramenta e processos de produção artesanal na sua especialidade, criando ou produzindo trabalhos que tenham dimensão cultural, utilizando técnica predominantemente manual, podendo contar com o auxílio de equipamentos, desde que não sejam automáticos ou duplicadores de peças. (Portaria SCS/MDIC nº 29, de 05 de outubro de 2010).

Fotos 60 e 61 – Povoado do Céu – Pescador demonstra a rede serreira, produzida com fio de plástico. Pescador demonstra a rede de fio de plástico de malheiro inferior a essa.



Fonte: Pesquisa de Campo, out./2013.

As redes podem ser produzidas com fio de plástico ou de náilon, a diferença entre ambas está no material utilizado para a produção do fio. Na Foto 60 o pescador demonstra a rede serreira, referindo-se a malha 50, produzida com fio de plástico 50. Enquanto na Foto 61 o pescador mostra uma rede de fio de plástico de malheiro menor para pesca de peixes de menor tamanho. Enquanto a rede caçoeira é relativa ao material utilizado para a produção do fio, que é o náilon.

A entrevista com o pescador do Povoado do Céu de 65 anos nos faz refletir sobre a evolução dos instrumentos de pesca, ao lembrarmos como eram capturadas as espécies pelos indígenas com arpões e lanças, o mesmo pescador fala que aproximadamente há 25 anos surgiram as redes, que, segundo o conhecimento tradicional, espanta os peixes. Até os 39 anos o pescador informa que pescava somente com tarrafa e anzol:

- Há 65 anos vocês já pescavam com a rede, tarrafa?

¹⁹ In: http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1347644592.pdf. Acesso: jul/2014.

- Não, naquela época era só com anzol e tarrafa; não tinha ainda rede.
- Em que ano mais ou menos surgiu a rede?
- Eu comecei a pescar de rede, eu estava com uns quarenta anos, por aí... Antes, era tarrafa e anzol.
- Eu ouvi falar também em paneiro. Chegou a época de vocês pescarem com paneiro?
- Era de paneiro, que a gente fazia aqueles facho grande e entrava cardume de peixe – pratiqueira – a gente fazia aqueles facho, naquele reboque. Tinha um sr. que tecia muito paneiro e a gente comprava dele e enchia naqueles casquinho e chegava dentro do rio a gente acendia aquelas tocha de fogo e saía metendo o remo no lago; aqueles peixes pulavam tudo ali dentro... (M. S. G., entrevista realizada em 05 de outubro de 2013).

A transformação de um pescador artesanal em pescador industrial é observada a partir dos instrumentos utilizados no trabalho. Na pesquisa de campo das três unidades sociais, somente um pescador praticou a pesca industrial por um ano – 2004-2005 – e informou que a principal diferença entre ambas está na tecnologia, visível nas embarcações de grande porte, geralmente de ferro e quanto aos instrumentos para capturar o pescado. Não existe saber tradicional para confecção dos apetrechos de pesca e a identificação dos cardumes, assim como, dependência quanto aos fenômenos naturais para a realização do trabalho em mar. As redes são diferentes das redes usadas pelos pescadores artesanais e a tecnologia depende de instrumentos como bússola, GPS e sonda, aparelho que detecta a localização dos cardumes. Ainda, o pescador artesanal para realizar a sua atividade no mar, depende dos ciclos da maré, exigindo constante movimento com a rede para capturar os recursos hídricos. Enquanto na pesca industrial a execução do trabalho não depende do constante movimento da maré, quer dizer que na pesca industrial o horário é fixo – duas horas para pescar e duas horas para trabalhar a conservação do pescado. O mesmo pescador informa a incomparabilidade para captura do pescado em termos quantitativos da pesca artesanal em relação a industrial; e apontou que esta é um dos motivos para redução ou desaparecimento dos recursos pesqueiros no Pará, como o peixe mero. Atrelado a este tipo de pesca, nota que é importante avaliar a redução dos recursos aquáticos para além da captura da pesca industrial, como também o aumento do consumo e das exportações e finaliza que, hoje, não se produz nem a metade do que se produzia há dez anos.

3.3.2 De conservação do pescado

O peixe é um produto de fácil decomposição, exigindo rápido destino ou práticas de conservação após a sua captura in natura. As dificuldades para comercialização e conservação faz que as famílias adotem técnicas tradicionais, quando não há comprador ou quando não são armazenados em freezer, a outra alternativa para conservação é a salga, mas a maioria dos pescadores vende o produto fresco. Para a salga, eles necessitam de um jirau para assentar os peixes expostos ao sol e os envolvem com uma rede para proteger das aves e insetos. Para este trabalho, apesar da maioria dos pescadores terem o domínio do corte do peixe, eles contam com a colaboração das esposas. Um dia do trabalho de campo, acompanhamos a sessão de salga. O povoado estava sem energia e, para não estragar o peixe, algumas famílias praticaram a salga do pescado (Fotos 62 e 63). A moradora de Cajuúna expõe o procedimento para salga do peixe:

“Quando chega o peixe do rio aí a gente coloca no jirau tira toda cabeça dele e abri, tira a tripa e depois retalha, depois de todo retalhado a gente lava com água, com sal, aí que a gente vai salgar... Salga, deixa ele todo fechado, no outro dia que a gente vai tirar ele, abrir ele, botar no sol. Leva uns 2, 3 dias pra secar bem pra não dar mosca, porque se ele ficar molhado com aquela salmora, aí da mosca, da bicho, estraga o peixe todo...Depois dele seco, ele dura o tempo que a pessoa tiver o cuidado... que é armazenar na geladeira ou um lugar seco de vez em quando colocar no sol, que o peixe salgado ele dura muito. Esse que é o processamento do peixe”. (Lava com Limão?) É porque aqui, o de casa que eu salguei eu lavei tudo com limão e sal e eu vou retalhando e colocando naquela salmora aí depois que eu vou lavar tirar todo aquele sangue do espinhaço e salgar ele. O peixe aí tá pronto pra comer. (Hoje já tem energia aqui na comunidade desde 2010 mais antes era mais comum, vocês fazerem esse procedimento: salgar o peixe?). Era só salgado e vendia muito uns 10 anos atrás, vendia muito peixe salgado, peixe fresco. Agora tem dificuldade muito peixe. Olha no ano passado a safra foi pouca não deu a tainha, deu pro rio de Soure, pra cá não deu. Esse ano já invadiu peixe,... não tem quem compre muito peixe. Não tem quem compre, a praticadeira tá 2, a tainha tá 3. Lá em Belém se você quiser comer uma tainha se não tiver 10, 12 não come e aqui tem tanto peixe que tá se estragando então pra não se estragar aqui em casa a gente salga tá salgando... Então a nossa sobrevivência é essa: é do peixe, é do camarão”. (F. D., informação verbal em jul.2013).

Fotos 62 e 63 – Salga do peixe. Cajuúna.



Fonte: Pesquisa de Campo, Jul./2013.

3.3.3 De usos dos recursos florestais

Além dos recursos pesqueiros, na RESEX Marinha de Soure há recursos florestais, que complementam a renda das famílias, como frutos e fitoterápicos. Na unidade, tem plantações de cocais, particularmente no inverno, tempo de muitas chuvas, a maré traz o coco e os moradores das três comunidades coletam para venda. Os locais da coleta são na praia ou próximo à comunidade onde a maré lança os produtos para os terrenos. Os moradores, entre eles pescadores, coletam até trezentos frutos que são vendidos a R\$ 0,30 (trinta centavos) a unidade.

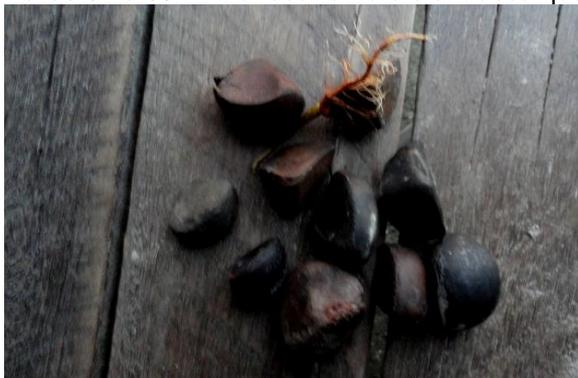
A castanha da andiroba também é um recurso comercializado. Esta castanha não existe na floresta das comunidades; também são as águas que trazem e também não se sabe a origem das plantações. Geralmente são as mulheres que tiram o óleo artesanalmente e o vendem dentro no povoado ou em Soure. Existem cuidados para extrair o óleo com qualidade. Estas famílias têm conhecimento tradicional para desenvolver todo o processo da extração do óleo com qualidade. Os meses para coleta e extração do óleo: “Janeiro, fevereiro, março, abril, maio até junho. Até junho pode tirar... quando a maré salga não pode tirar porque se for tirar o óleo talha... aí fica feia a andiroba”. Além do saber em relação à técnica tradicional para execução da atividade, existem “segredos” para extrair o óleo, relativas a alguns períodos da mulher, ao olhar e aos mortos da família, cujo momento respectivamente requer cuidados e paralisação das atividades, caso contrário o óleo não escorre ou o odor sobressai.

- O que você falou quando falece alguém. Vocês só fazem cozinhar?

-É só faz cozinhar e deixar, não pode nem olhar que não presta, dizem os mais velhos que é superstição, mas acontece...porque essa minha prima que você filmou lá – a Lina aconteceu já várias vezes, não sei se ela relatou pra você: a minha tia morreu ela não pôde mexer na massa da andiroba dela, quando ela foi que ela mexeu apodreceu a massa, não prestou, já são duas vezes que acontece isso com ela, que ela conta pra gente que a andiroba não presta quando falece alguém da família”. (Entrevista, R.S.S., 30/05/2013)

A associação mãe da RESEX Soure – ASSUREMAS ajudava as famílias que coletavam a castanha, quanto à comercialização do produto, mas atualmente não tem mais esse incentivo à produção artesanal. Assim poucos se dedicam a essa atividade por falta de estrutura para a venda desses produtos. Quanto ao preço recebido, os moradores de Cajuúna, vendem o litro do óleo da castanha de andiroba a R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) ou R\$ 30,00 (trinta reais) e no Pesqueiro o óleo também é vendido em pequenas porções.

Fotos 64 e 65 – Andiroba: o fruto e a massa que irá fornecer o óleo



Fonte: Pesquisa de Campo, mai./2013.

O óleo de bicho, igualmente é extraído artesanalmente do caroço do tucumã e algumas mulheres comercializam o fitoterápico dentro da comunidade, como a Sra. Isabel da Vila do Pesqueiro, que explica o processo de produção: “A gente pega o caroço do tucumã que já está de baixo das árvores e a gente traz pra casa e vem quebrar pra tirar o bichinho, que chama a lavrazinha ... de dentro e, depois, a gente vai fritar ele, pra fritar o bicho, pra tirar o óleo... Daquele bichinho sai o óleo, ... muito procurado”. (Entrevista Sra. Isabel, 12/07/13).

O muruci também é uma alternativa de geração de renda nas unidades sociais e tem ajudado na renda familiar. Em Cajuúna o produto é vendido de R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) a R\$ 2,00 (dois reais) o litro. Com o suco é feito chopp e algumas famílias vendem para os próprios comunitários. Existem outras

frutas como o miri e ajiru, mas são colhidos para consumo ou doados para parentes que moram em outras localidades.

Estas práticas para coleta dos frutos, sementes e extração artesanal do óleo, associado ao saber tradicional são “antigas” e expressam o domínio do conhecimento das comunidades tradicionais ao interagirem com os produtos florestais da biodiversidade, que não incorporam técnicas modernas para o uso desses recursos e não levam a destruição ou devastação da floresta. As formas de acesso a estes recursos florestais, assim como, os recursos hídricos são realizadas através das relações “de dentro” e “de fora” do ambiente familiar.

As dificuldades de sobrevivência no local associado à preservação institucional dos recursos hídricos e florestais obriga que as famílias busquem alternativas de sobrevivência com a diversidade dos produtos naturais existentes nas limitações da RESEX, não na sua totalidade em virtude de estarem configuradas como áreas particulares. Mas apesar disso, existem famílias que além da pesca como base predominante para consumo e comercialização, buscam alternativas no local para complementar a renda familiar nos períodos de desaparecimento dos recursos hídricos, principalmente no inverno, no período das chuvas e também do defeso. Quanto a isso, os grupos que coletavam a castanha desmotivaram-se pela falta de apoio dos gestores da RESEX.

3.4 PRÁTICAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Para compreendermos as relações sociais e ou comportamentos dos membros de uma comunidade inseridos em uma unidade de conservação, torna-se necessário como diz Firth (1974, p. 56) o entendimento da “organização social para a compreensão da mudança social”. No contexto da pesca, estas relações são percebidas não necessariamente nas atividades econômicas entre os grupos, mas também no contexto das relações políticas, materializadas nas associações e entidades de classes.

Com criação da RESEX houve uma mudança na estrutura da organização social, onde opiniões divergem para melhor ou para o mesmo, quer dizer não houve mudança ou continuou o mesmo. Houve um apoio técnico para o fortalecimento do associativismo, no qual foram criadas a maioria das associações internas com representantes *in loco*, mas a maioria das associações não conseguiram

sustentação, atrelado a problemas administrativos e da política tributária nacional para pequenas associações no contexto de comunidades rurais. Esta dificuldade no campo administrativo atrelada a problemas objetivos e subjetivos impactam na paralisação da maioria das associações que foram criadas no início da RESEX.

Segundo o mesmo autor (p. 55), para que ocorra esta organização é necessário *representação* e *responsabilidade*. O autor explica como os objetivos do grupo podem ser alcançados:

[...] é preciso haver *representação* de seus interesses por membros individuais, decisões que pretendem ser decisões de grupo devem ser, na realidade, decisões individuais. É preciso haver um mecanismo patente ou implícito, por meio do qual o grupo concede a certos indivíduos o direito de tomar decisões em nome da totalidade. Nessa concessão reside a dificuldade – de conciliar os interesses possivelmente conflitantes dos subgrupos, pois o indivíduo selecionado como representante, em circunstâncias normais, é necessariamente membro de um subgrupo... A *responsabilidade* significa a habilidade para encarar uma situação nos termos dos interesses do mais amplo grupo envolvido, para tomar decisões que sejam conformes a esses interesses, e a disposição para ser considerado responsável pelos resultados dessas decisões [...]. (FIRTH, 1974, p. 55).

A ASSUREMAS é a entidade responsável pela gestão da Reserva Marinha de Soure, porém a mesma foi criada para cumprir as prerrogativas da legislação federal e, Weber analisa que as associações em função do quadro administrativo, possuem algum grau de dominação. Neste sentido, pode-se dizer que os pescadores artesanais da RESEX Soure estão organizados em três tipos de associação de acordo com seus objetivos individuais e coletivos: uma associação que representa a garantia de seus benefícios sociais – Colônia de Pescadores Z-1; uma associação organizada pelos próprios comunitários que representa força coletiva na busca de seus direitos – Associação da Comunidade Cajuúna e uma associação instituída por instâncias governamentais – ASSUREMAS, responsável pelo cumprimento legal da unidade de conservação e, atualmente gerencia os programas federais para os extrativistas da reserva.

A Colônia dos Pescadores Z-1 é a mais antiga organização dos pescadores de Soure. Funciona como um sindicato. Através dela os pescadores recebem o Seguro defeso, no período em que a pesca é proibida. Além disso, a Colônia encaminha os pescadores para o INSS para aposentadoria, auxílio maternidade, auxílio doença.

Foto 66 – Colônia de Pescadores Z-1



Fonte: Pesquisa de Campo, out./2013.

Algumas associações internas das comunidades têm problemas administrativos e tributários, mas a maioria regularizou ou criou uma nova associação. A Associação do Povoado do Céu – AMPOC foi fundada em 24 de fevereiro de 2001, mas a primeira instituição formal foi criada em 20 de agosto de 1989 e se chamava COSAMA – Centro Comunitário Santa Maria. Por orientação de um padre que veio morar na comunidade, os representantes dos moradores instituíram a atual associação. “Tiramos o nome do Centro Comunitário e colocamos – Associação dos Moradores e tá até agora”. (Teófilo Neves – Vice Presidente do Povoado do Céu, entrevista realizada em Julho/2013). Através da AMPOC, administrada por dois irmãos, a comunidade tem conquistas e a maioria dos benefícios foi por meio da associação. Observa-se a presença da Igreja Católica para formação de lideranças e consequente organização dos grupos. A maioria dos dirigentes ou representantes dos povoados estiveram ou estão vinculados à igreja que de alguma forma influenciou na atuação desses líderes comunitários. Outra observação quanto à formação das lideranças está vinculada a própria iniciativa individual de participar de reuniões internamente ou fora dos povoados junto às organizações externas e/ou nas esferas públicas e partidárias, o que provocou engajamento e ação social em defesa dos direitos do coletivo, independente do saber formal. Fonseca (2011, p. 71) estudou a participação da igreja junto aos Quilombolas de Jambuaçu/PA, e refletiu que essa instituição “[...] exerce papel de destaque como principal articulador em defesa dos quilombolas”, influenciando na organização social desses povos.

Os pescadores da RESEX Soure estão organizados em associações e na Colônia de Pescadores. A maioria das associações foi criada após a criação da reserva, com o apoio do primeiro Presidente da ASSUREMAS.

Gráfico 9 – Moradores de Cajuúna, associados em organizações, em frequência relativa.



Fonte: Pesquisa de campo, maio a julho/2013.

Legenda: S/I (sem informação); NA (não pratica nenhuma atividade).

A Colônia dos Pescadores Z-1, funciona como um sindicato para os pescadores. Através dela os pescadores recebem o Seguro defeso, no período do Suatá e da Piracema. Além disso, a Colônia encaminha os pescadores para o INSS: aposentadoria, auxílio maternidade, auxílio doença.

A AMCOC – Associação dos Moradores de Cajuúna foi criada em 2011. Antes não era AMCOC e sim CENCOC – Centro Comunitário São Sebastião, mas como a documentação dessa associação não estava legal, a comunidade preferiu criar outra associação. A AMCOC na verdade ainda não viabilizou nenhum projeto, porque tem menos de dois anos de fundação. O Gráfico 9 mostra que a maioria dos moradores de Cajuúna estão associados na AMCOC (30%) e, depois desta na Colônia de Pescadores Z-1 (25%). Na Associação dos Caranguejeiros tem somente um associado (1%) que desenvolve a atividade da pesca do caranguejo, do mesmo modo na ASPAM (1%) e no CNS (1%), que atualmente é o CNPT, cujo representante é coordenador desta instituição em Soure e também é Presidente da ASPAC. O mesmo representante da ASPAC informou que em Cajuúna sempre existiu um líder, considerado o educador da Comunidade – Sr. Benedito, que está aposentado e mora em Soure, mas até hoje é o Presidente vitalício da UAFES.

Segundo o Presidente atual da ASPAC, essa associação trabalha “o cadastramento do associado, o seguro defeso do pescador artesanal, a questão do auxílio-maternidade através de declaração e a questão também de aposentadoria”. (V.G.M., entrevista realizada em maio/2013).

A UAFES foi criada para promover a festa de São Sebastião. É a única associação das comunidades de estudo que tem um Presidente vitalício – Sr. Benedito. Seu estatuto foi alterado recentemente e tem vida jurídica há dois anos, mas já existia informalmente. Com o atual estatuto a UAFES tem cunho religioso e social, podendo acessar outros recursos que não exclusivamente associados à festa do padroeiro da comunidade.

A Associação das Mulheres do Pesqueiro foi criada após a criação da RESEX. Através dela houve alguns cursos, como artesanato e projeto turístico, mas, em virtude desse último projeto, a associação, até o mês da pesquisa, estava com problema tributário. Segundo a Presidente da ASMUPESQ, houve uma melhora para mulheres, porque começaram a produzir:

Houve porque a associação de mulheres era só quando começou, não tinha produção nenhuma,... a partir que formou a associação, começou a vir os cursos pra associação e as mulheres começaram a trabalhar, veio o SEBRAE primeiro fez uma capacitação com 20 (vinte) mulheres que somos capacitadas, veio também capacitar as pessoas pro turismo, aí melhorou muito, porque através dos cursos a gente começou aprender a fazer o artesanato, veio também o curso de remédios medicinais, várias coisas a gente estamos aprendendo, estamos fazendo outro através do SENAI agora que é 2(dois) meses de curso que a gente estamos indo pra Soure, que é sobre o pescado, tem 2 cursos que tá que veio pra cá pros usuários da reserva extrativista, da zona rural, aí veio do bovinocultor de gado... que é do leite e veio do pescado, foram 16 (dezesesseis) pessoas, 8 (oito) para o leite e 6 (seis) pro peixe e é durante dois meses o curso (M.C., entrevista realizada em 12 de julho de 2013)

A Associação dos Caranguejeiros de Soure foi criada em 1997 com objetivo de fortalecer a luta para criação da reserva. Dos entrevistados das três localidades, somente o caranguejeiro de Cajuúna é associado à ACS, o primeiro Presidente da associação está aposentado.

A ASSUREMAS é a associação-mãe, criada no dia 22 de julho de 2002. Através dela é captado recursos para os extrativistas. Atualmente o único órgão que tem liberado recursos é o INCRA e a Presidente da associação e o pescador informa como funciona a parceria:

E nós trabalhamos e temos uma parceria com o INCRA no sentido de atender os dois projetos de apoio e habitação. O apoio inicial é um projeto que atende os extrativistas com os seus apetrechos de pesca, um valor de R\$ 3.200,00, eles solicitam dentro da necessidade deles os apetrechos de pesca que é: a rede de pesca, o frizer, a geladeira para armazenar os seus produtos, no caso os camaroeiros que pescam o camarão e eles já utilizam aquele frizer para armazenar os produtos deles, o peixe, o caranguejo e eles fazem esse pedido e nós atendemos e fazemos as entregas para eles. E depois de atendido o projeto de apoio inicial, aí vem o projeto de habitação. (R.T., entrevista realizada em jul./2013).

Em 2003 que conseguimos um projeto que foi levado pro Governo Federal e em parceria com o INCRA conseguimos só aqui na Comunidade Cajuúna 57(cinquenta e sete) projetos moradia com o apoio que se chama fomento...Então de 2003 pra cá começou a funcionar dessa forma, recebendo o fomento que é uma ajuda de custo pros pescadores: rede, embarcações...e o projeto de moradia que graças a Deus essa casa aqui eu ganhei do Governo Federal só aqui na nossa comunidade são 54(cinquenta e quatro) casas construídas com essa parceria e a gente tá prosseguindo...Eu participei de duas gestões como faço parte da diretoria da RESEX...dois mandatos com três anos de cada mandato...e graças a Deus tá aí o nosso trabalho, o nosso interesse, o nosso culto...tá gerando pra todos. Então os nossos objetivos eram esses aí e conseguimos graças a Deus os nossos objetivos pros nossos filhos que tão nascendo também dentro da área da reserva de preservação. Ainda tem muita coisa pra se resolver a gente tá aí na luta por isso você sabe que quando a gente envia um projeto pro governo que chega lá na área governamental ai tem aquela burocracia, não é assim num estalar de dedo, sempre demora um pouco...mas a gente tem paciência e eu acredito que dentro dos conformes, das condições do governo, o governo vai ajudar como tem ajudado e tá ajudando...Então a questão da reserva o nosso interesse maior foi pra isso daí. O nosso objetivo a gente tá conseguindo, tá alcançando graças a Deus...Pra você ver que em Soure agora nós temos um projeto pela reserva lá das casas construídas até de alvenaria. Aqui na nossa região não, que é uma região praiana, já não é urbana, é rural quer dizer já não tem aqui condições de construir casas de alvenaria, mas onde tem condições lá na cidade, estão sendo construídas através da reserva. (R.E.B, entrevista realizada em 25 de maio de 2013)

A maioria das associações apresentou problemas administrativos. Algumas foram extintas, como no Pesqueiro e em Cajuúna; e a decisão foi criar uma nova associação de moradores. Nesse sentido, como foram fundadas recentemente, não podem acessar recursos. Quanto às atividades, a maioria se restringe a reuniões, sem grande participação. A AMPOC, segundo o Presidente do Povoador do Céu, tem facilidade para gerir e captar benefícios para comunidade, cuja prática administrativa foi herdada de seu pai.

3.5 PRÁTICAS RELIGIOSAS E DE LAZER

A reflexão sobre as práticas socioculturais é complexa, pois no cerne o conjunto de ações dos grupos sociais e culturalmente diferenciados guarda relação com uma forma de existência, um modo de pensar e fazer que se entenderia por cultura. De acordo com o Decreto 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, Povos e comunidades tradicionais são:

Grupos sociais culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, possuidores de formas próprias de organização social, ocupantes e usuários de territórios e recursos naturais como condição de sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Artigo 3º - Decreto 6040 de 07 de fevereiro de 2007)

A Constituição Brasileira no artigo 216 (i, ii)/1988 explicita que as formas de expressão, modos de criar, fazer e viver devem ser protegidas, valorizadas. A cultura no território pesqueiro se expressa nas práticas socioculturais e econômicas. Para Evelin (2014, p. 127), o econômico e o cultural são indissociáveis, e afirma que ambos “[...] estão definitivamente vinculados aos processos de construção da cidadania”.

Segundo Geertz (apud KOENING, 196, p. 66) a "cultura é a trama de sentido em cujos termos os seres humanos interpretam sua experiência e orientam sua ação" (Cf. citação de VIANNA, 2008, p. 32-33). Neste estudo adota-se o conceito de cultura e neste sentido estabelece uma busca de compreensão das práticas culturais dos pescadores de Soure para além das atividades da pesca.

A sabedoria tradicional é carregada de “práticas antigas”, um processo temporal de difícil exatidão, o mais importante é que continuam presentes na vida do grupo e relaciona-se a modo de fazer, que em um primeiro momento dá ideia de concreto, mas que são carregadas de subjetividades, que também pertencem ao mundo tradicional, por exemplo, as superstições relativas à pesca, que orientam no trabalho.

3.5.1 Festividade de São Pedro, protetor dos pescadores. Círio de Santa Maria e Santa Luzia – devoções e rituais

Um campo das práticas culturais é expressa no simbolismo religioso, vinculadas ou não a igreja católica. A sua forma é a comemoração, a festa, a reunião através das ladainhas, missas, procissões em homenagem aos santos. O aniversário do Povoado do Céu é tradicionalmente comemorado. Na ocasião se apresenta o grupo folclórico “Boi Bumbá Areia Branca”, e nas apresentações, a mesma organizadora faz a toada, a comédia. No Pesqueiro, jovens vinculados à igreja católica e em Cajuúna durante as festas juninas organizam-se para dançar na “Quadrilha da Tia Joca”. Crianças e adultos acompanham e expressam a intergeracionalidade para as festas ou lazer, assim como, para os rituais religiosos, manifestados nas procissões durante o círio do padroeiro de cada povoado.

A festividade de São Pedro, protetor dos pescadores e das viúvas, é tradicional no município de Soure e, assim como no Brasil, o Santo é homenageado no dia 29 de junho. São Pedro também foi pescador e é considerado o fundador da Igreja Católica Romana.

Fotos 67 e 68 – Capela de São Pedro, Soure, Pará – dia do padroeiro 29/06/2013.



Fonte:

Em Soure a homenagem ao Santo acontece em terra e em alto mar. No início da manhã é celebrada a missa e, em seguida, a romaria com a imagem do Santo dirige-se ao Rio Paracauari (rio que divide Salvaterra de Soure), onde muitos devotos, na maioria pescadores, em seus barcos ornamentados, aguardam o cortejo e o acompanham pelo rio com a banda, dança e fogos.

Foto 69 – Entrada do Município de Soure. Rio Paracauari – Imagem Nossa Sra. Aparecida.



Fonte: Pesquisa de Campo, jun./2013.

No caminho até a chegada da procissão fluvial, há dois momentos em que o santo é homenageado; então, o bolo com a imagem do santo é distribuído para os devotos e a fita é amarrada na imagem, como símbolo de fé.

Fotos 70 e 71 – A imagem do Santo enfeitada com o bolo durante a Festividade de São Pedro, Soure, Pará.



Fonte: Pesquisa de Campo, Jun./2013.

Após a chegada da procissão, a festividade acontece no anexo da capela de São Pedro, que, em Soure, está ao lado da Colônia de Pescadores Z-1. Quem organiza a festividade é a diretoria da Colônia e os Pescadores. Segundo o Presidente da Colônia, essa festividade implica no trabalho durante um ano para organizar e gera trabalho para os pescadores e familiares:

(A equipe que faz a organização são vocês mesmos?). Nós da diretoria, eu e os pescadores, filho de pescador que vem dá o apoio pra nós. Trabalham cerca de 50 pessoas, direta e indiretamente, na festividade; aí, tudo recebe uma contribuição do trabalho; não é voluntariamente, é remunerado...**(Vocês passam ano ou alguns meses antes da festividade se organizando?).** Isso é o ano todo, nós já começamos a trabalhar. **(É recurso da arrecadação?).** É recurso tudo da Colônia... (V.M – Pres. da Colônia de Pescadores Z-1, informação verbal obtida em Out./2013).

As comunidades Cajuúna, Céu e Pesqueiro também homenagearam o Santo em mar. Em Cajuúna os Pescadores e comunitários, decoraram os barcos e percorreram o Igarapé Cajuúna. Durante o evento, a embarcação nas proximidades da praia de Cajuúna virou e a hélice da canoa machucou um dos pescadores. Conforme o entendimento tradicional, o acidente ocorreu devido os comunitários não terem levado a imagem do Santo para a procissão fluvial. Apesar disso, nesse dia, houve fartura de peixe no Igarapé Cajuúna. Céu e Pesqueiro também homenageiam o padroeiro dos Pescadores. As duas procissões fluviais se encontram no Igarapé Pesqueiro e expressam como vivem em comunidade.

Fotos 72 e 73 – Procissão fluvial, Igarapé Cajuúna.



Fonte: Pesquisa de Campo, jun./2013.

No Brasil, o mês de junho é o momento de se fazer homenagens aos três santos católicos: Santo Antônio, São João e São Pedro. As festas, a devoção aos Santos também representam um momento econômico. Encontramos Pescadores com a Família em frente à Capela de São Pedro vendendo refeição. O Pescador depende da safra do pescado, mas sempre quando há oportunidade tem redirecionamento para outras atividades, como o comércio.

As práticas simbólicas também ocorrem no interior das localidades. Além da homenagem fluvial à São Pedro, igualmente há homenagens aos padroeiros de cada um desses Povoados. No dia 14 de julho de 2013, foi realizado o Círio de Santa Maria, do Povoado do Céu. No dia anterior ao Círio, a Santa pernoita na Comunidade Cajuúna e, no dia seguinte, regressa para a igreja de origem. A Carta Imagem 2 (Povoado do Céu) mostra o percurso da procissão de Santa Maria, desde a Igreja, percorrendo a Rua São Sebastião a caminho da Igreja de nome homônimo. O Padroeiro de Cajuúna é São Sebastião e o Círio aconteceu no segundo domingo

de agosto e, da mesma forma como acontece no Povoado do Céu, é realizado o mesmo percurso e a imagem retorna no dia seguinte à sua sede. A Padroeira do Pesqueiro é Santa Luzia e o círio acontece em dezembro, também há homenagens em devoção à Santa e procissão.

Fotos 74, 75 e 76 – Igrejas de Santa Maria (Céu); São Sebastião (Cajuúna) e Santa Luzia (Pesqueiro).



Fonte: Pesquisa de Campo, out./2013.

A tradição religiosa dos povoados segue o modelo do Círio de Nossa Senhora de Nazaré na capital; como a procissão, o carro dos anjos (que aqui representam os anjos dos pescadores), a banda, o hino em homenagem à Santa, a ornamentação da berlinda, a missa na chegada e saída da procissão, os fogos, a homenagem das famílias através de faixas, os enfeites das casas e o simbólico – a devoção à Santa.

Fotos 77 e 78 – Procissão de Santa Maria, na Comunidade Cajuúna, regressando à sua sede – Povoado do Céu no dia 14/07/13.



Fonte: Pesquisa de Campo, jul./2013.



Fotos 79 e 80 – Chegada da Romaria no Povoado do Céu. Jul./2013.



Fonte: Pesquisa de Campo, jul./2013.

A Sra. Leonice, de Cajuúna, fala dos momentos em que as comunidades Céu e Cajuúna estão mais próximas e o que faz essa aproximação, tanto dos jovens, quanto dos moradores mais antigos, assim como das crianças.

Os momentos em que acontece uma aproximação, assim, mais significativa, é justamente nos momentos festivos, assim, das festas, das brincadeiras. No caso, no mês de junho que a gente faz aqui a quadrilha e eles fazem lá o Boi-Bumbá; então, devido o número de pessoas jovens, tanto de uma quanto da outra, ser pequeno, então existe uma necessidade de se unirem as comunidades pra que venha somar, pra formar o grupo o Boi-Bumbá, a quadrilha e também a gente vai daqui quando acontece a festa de Santa Maria, nós vamos participar, também, no aniversário da comunidade que todo ano eles festejam, que é dia 02 de junho. Então, todo ano eles festejam... Eles mandam o convite pra cá e nós vamos pra lá. Eles fazem festejos, solenidade lá todo ano e, aí, quando a gente faz os nossos festejos aqui, a festa do padroeiro de São Sebastião... (Sra. Leonice, entrevista realizada em 07/10/13)

As práticas sociais das comunidades tradicionais são materializadas nas formas associativas para fortalecimento das ações coletivas. Para Garcia-Montrone (2004, p. 5), as práticas sociais têm como objetivo:

[...] repassar conhecimentos, valores, tradições, posições e posturas diante da vida; suprir necessidades de sobrevivência, de manutenção material e simbólica de um grupo; - reconhecer socialmente necessidades do grupo ou de pessoas; controlar, expandir a participação política de pessoas e de grupos em decisões da sociedade; propor e/ou executar transformações na estrutura social, nas formas de racionalidade, de pensar e de agir ou articular-se para mantê-las; manter privilégios; garantir direitos sociais, culturais, econômicos, políticos, civis; corrigir distorções e injustiças sociais; pensar, refletir, discutir e executar determinadas ações. (GARCIA-MONTRONE, 2004, p. 5 apud FONSECA, 2011, p. 15).

No mês de junho, coincidindo com as festas juninas e manifestações religiosas, aconteceu o aniversário do Povoado do Céu. Durante os festejos houve

apresentação do Boi Bumbá Areia Branca, cuja origem está vinculada ao aniversário do Povoado.

Fotos 81, 82 e 83 – Boi Areia Branca no seu retiro (Povoado do Céu). Festejos juninos (Praia do Pesqueiro). Apresentação do Areia Branca na sede da AMPOC.



Fonte: Pesquisa de Campo, Jun./2013.

A ama do boi - Sra. Quinina expõe quem são os componentes da brincadeira do Boi-Bumbá e seus papéis no grupo:

Tem a fazendeira, o filho do fazendeiro..., o administrador,... o feitor, isso tudo são os componentes que fazem o papel..., tem feitor, tem cangaceiro que alias, não é um cangaceiro ..., que você ver ai nas fazenda ..., existe roubo de gado nas fazenda...., eu faço ele..., inclusive já dei uma entrevista pra um senhor que era da globo, pra explicar sobre os componentes da brincadeira...Eu vou dizer pra você como que é? O senhor é o dono daquela fazenda, é claro que o senhor vai pôr empregado, todos vão ser vaqueiro, só que é o administrador que vai administrar a fazenda toda, o que acontece é que tem o administrador e o feitor e do feitor tem os vaqueiros, o administrador recebe a ordem do patrão, o administrador passa a ordem pro feitor e o feitor passa "pros" vaqueiros, ...todos são vaqueiros... Eu disse pra ele, ai põe a brincadeira se baseando aqui pela fazenda....., o senhor tem filho, se não tiver filho tem filha, muitas filhas tão ali..., resolvendo alguma coisa..., se o pai não tiver..., a gente já coloca ela como a filha do fazendeiro..., ai eu disse pra ele... já temos cangaceiro(...), que é pra dar mais uma graça na brincadeira, mas aquele cangaceiro, não é cangaceiro o nome dele..., ele não mata o boi, ele só fere, porque se ele matar o boi, ele não levanta mais, ele vai só ferir..., então ali aquele cangaceiro que a gente

dar o nome, não é(...). Depois da brincadeira deles vem o doutor, a gente põe um doutor pajé, mas pajé não cura boi, mas a gente já faz aquilo pra dar a graça na brincadeira, a gente já põe aquele palhaço, que você já sabe que o doutor é o veterinário, pra cuidar do boi, do gado porque ele aprendeu pra isso....., pra vacinar, pra curar... Então pra acrescentar, a gente põe o doutor pajé e no cântico dele, ele canta se não for pra medicina, se não for pra pajé ele leva a pena..., ele leva da medicina e a Vida(Enfermeira)... leva uma pena que é uma cobra, aquela cobra que é do lado do pajé... (Sra. Quinina, entrevista realizada em out./2013).

A ama faz a toada nas apresentações do Areia Branca e canta a música que ela mesma compôs:

Somos duas camponesas;
Nos campos a passear;
Vimos um lindo garrote com dois toureiros a lutar;
Vamos seguir pra fazenda;
Com fazendeiro falar;
Vimos o Areia Branca;
Não pode se levantar.

A cultura para o lazer nos povoados de pescadores se expressa vinculada às festividades religiosas, porém não se homogeneizam em virtude do culto aos santos, cujas festas não são realizadas no mesmo dia que o Círio, por isso a festividade religiosa não acontece simultaneamente à festa profana. Assim como nos povoados, em Soure além da festividade de São Pedro, como informa Lisboa (2012) há também o Círio de Nossa Senhora de Nazaré no segundo domingo de outubro, assim como na Capital – Belém e, há ainda o Círio de Nossa Senhora da Conceição, realizado em dezembro.

4 RECONHECIMENTO SOCIOTÉCNICO E POLÍTICO PARA ORDENAMENTO DA RESEX E ESTRUTURA DA PESCA

O ato do Estado brasileiro de reconhecer as demandas e direitos dos Pescadores que apresentaram o pleito da criação da RESEX Soure, e nessa linha de ação conduziram suas lutas desde 1997, foi condição para os agentes sociais continuarem se reproduzindo social e economicamente. A institucionalização da RESEX tem consequências e imprime uma nova série de direitos e deveres da gestão da UC e dos pescadores da RESEX. Neste capítulo apontam-se as dificuldades do modo de viver na RESEX e indicar com base no fortalecimento das associações dos moradores e no efetivo reconhecimento legal, a garantia dos direitos sociais e a consequente melhoria das condições de vida dos extrativistas.

Guedes (2012, p.29) indica, que “Os territórios dos pescadores, no contexto paraense, possuem um significado político, simbólico e social...”. Nessa perspectiva de um ordenamento e gestão do território orientado pelo interesse coletivo assinala os conflitos de territorialidades, indicando projeções políticas e possibilidades de superação. O autor explica as distintas relações existentes dentro da RESEX e informa que “...pescadores (entendidos como coletividades) e território (como expressão do poder)...”, quer dizer a RESEX Soure, sobre terras de propriedades particulares. Semelhantes a outros territórios de povos e comunidades tradicionais no Arquipélago de Marajó têm-se aqui o domínio do território pelos proprietários de terras e os extrativistas estão no meio de decisões, onde reivindicam a posição do Estado na busca de solução para este problema.

A questão territorial tem-se apresentado como uma problemática crítica para a política ambiental, impondo uma ordem política e social que provoca insatisfações, impondo uma ação de proteção aos povos e comunidades tradicionais.

Os extrativistas cumprem a lei e não praticam a criação de animais na RESEX, respeitando o dispositivo constitucional e a consciente importância de manter a floresta em pé, o que não é comum a todos que habitam no interior da unidade em virtude da falta de ordenamento e gestão da unidade de conservação.

Durante o trabalho de campo, tentou-se abordar estas questões e encontramos um ambiente fechado, quer dizer a maioria das pessoas tinha certa restrição para tratar do assunto. De parte do gestor da unidade existe a posição de

que no campo institucional impactará na gestão da RESEX e há consciência que esta irá melhorar quanto for viabilizado o Plano de Manejo e a demarcação.

O debate sobre a problemática da plena implantação da RESEX e a consequente dificuldade para gestão e garantia do modo de viver social e economicamente na unidade tem sido discutido de forma democrática através do Conselho da Resex, que reúne entidades representativas internas e externas dos pescadores, lideranças e instituições da esfera estadual e municipal. Em reunião realizada em fevereiro de 2012/Soure/PA, o coordenador da unidade expôs as dificuldades para demarcação da unidade, isto é, foi contratada uma empresa para realizar tal procedimento técnico, mas os profissionais foram impedidos em determinadas áreas de realizar o trabalho, em virtude da proibição dos proprietários de algumas áreas tidas como particulares dentro de área pública de uso coletivo. Estas dificuldades técnicas impactam no modo de viver e sobreviver no interior da unidade. Segundo o SNUC:

Plano de manejo documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (Lei nº 9.985 de 18/06/2000, Artigo 2º, Inciso XVII).

O SNUC definiu a importância do Plano de Manejo e, concomitantemente, flexibilizou a criação da UC sem o documento técnico para ser viabilizado a *posteriori*, causando insegurança quanto à implementação do mesmo e a sua consequente viabilidade para o homem que habita no lugar e à gestão da UC.

Apesar do complexo modo de viver na RESEX ainda há quem externar os problemas e indique solução para a melhoria da qualidade de vida daqueles que dependem da natureza e, ao mesmo tempo, sugerir no campo administrativo como poderia melhorar a gestão da RESEX:

O maior problema foi que foram criadas as reservas sem desapropriação das áreas. Então foi uma RESEX criada sem terra. Aí gera muito conflito com o latifundiário, porque eles ficam dizendo o tempo todo que a área é deles. Aí o cara não pode fazer uma casa, muitas vezes não pode pescar numa área que eles mais ou menos dizem que é deles. Aí esses são os problemas que existem. Outro problema muito sério é a falta de fiscalização, que a Reserva tem pouca fiscalização...O corpo físico do ICMBIO é muito pouco pro tamanho da área da Reserva. É uma área de 26.000 ha. Aí só pra três pessoas...fica difícil. As áreas são difíceis de acesso e tem área que tem que ser de cavalo, tem que ser de pé. Aí fica difícil pro cara fiscalizar e

os problemas continuam sempre, porque ela foi criada pra preservação do mangue e os caranguejeiros de fora continuam a explorar..., mais do que os daqui... Essas áreas não são fiscalizadas, aí eles tomaram conta... (A.P.A., entrevista realizada em 12 de julho de 2013)

O pescador, com base no conhecimento da situação atual da RESEX e as dificuldades de viver e sobreviver no lugar, expõe a importância dos instrumentos técnicos legais para melhoria da gestão e a consequente garantia de sobrevivência no interior da unidade.

A principal coisa pra melhorar a gestão dessa Reserva é o Governo Federal desapropriar as áreas, aí vai melhorar a gestão. Elabora um Plano de Manejo... e colocar a fiscalização. Enquanto isso a gente vai ficar só se aguentando, porque a gente não pode fazer nada. Enquanto não tiver a desapropriação da área e o Plano de Manejo, fica difícil. Uma boa fiscalização, mais curso de capacitação pra usuário pra se conscientizar o lugar onde ele vive, preservar. Aí vai ajeitar. Enquanto continuar assim vai ficar olhando só, o desenvolvimento não chega... Aí os latifundiários não deixam o cara fazer nada. (A.P.A., entrevista realizada em 12/07/2013)

4.1 ORDENAMENTO DA RESEX

Observam-se as limitações de um instrumento de proteção ambiental e de salvaguarda dos povos e comunidades tradicionais. Apesar da visibilidade jurídica, Brito (1995 apud VIANNA, 2008, p. 181) informam que os problemas de hoje das unidades de conservação são os mesmos de sua origem e no Brasil estão atrelados principalmente:

[...] à falta de condições para a efetiva implantação das unidades (recursos humanos e financeiros, capacidade administrativa, elaboração e execução de planos, fiscalização etc.); indefinição quanto à propriedade das terras, e desapropriações; contexto histórico da criação das unidades e consequente representatividade dos biomas (área total protegida e condições de proteção); conflitos com populações (do interior e do entorno). (BRITO, 1995, p. 74-75 apud VIANNA, 2008, p. 182).

Indagamos, pois, Quais as implicações da fragilidade da política ambiental para criação da RESEX em virtude da não efetividade jurídica, como a inexistência do Plano de Manejo, o qual é contemplado no SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, assim como, a inexistência da demarcação da Unidade de Conservação, o que gera conflitos, obstaculizando a reprodução social, econômica e cultural de pescadores artesanais?

Vianna (2008) sustenta que a criação das unidades de conservação não representa a efetiva conservação, visto que existem muitas unidades decretadas e não implantadas, quer dizer não foram demarcadas ou regularizadas. Do mesmo modo, Almeida (2008, p. 40) analisa os entraves para reconhecimento legal ou efetivação jurídica das áreas extrativistas e, afirma que “[...] não há uma reserva extrativista regularizada fundiariamente e o percentual de áreas declaradas não alcança 5% das áreas de ocorrências de babaçuais, castanhais e seringais”. Aponta-se que esta pode ser a princípio uma das explicações dos conflitos da RESEX Marinha de Soure.

Nessa mesma linha de pensamento, Silva et al. (2013, p. 8) analisando a invisibilidade jurídica das RESEX’s, afirmam que estas “precisam apresentar sustentabilidade institucional, entendida como uma duradoura estrutura racional-legal, capaz de oferecer as condições formais de existência das RESEX dentro do Estado Nação brasileiro [...]”.

Vianna (2008, p. 318 apud SILVA, 2013) afirma que é no Plano de Manejo que estão definidas “[...] as atividades permitidas e proibidas em cada zona e orienta todo o processo de implantação das Unidades”.

Tal abordagem contribui para refletir a importância do fortalecimento das organizações coletivas, que integram os povos e comunidades tradicionais para o efetivo reconhecimento jurídico. A RESEX Marinha de Soure não tem o plano de manejo, contemplado na lei escrita - SNUC, o que possibilitaria uma melhor gestão da unidade, do mesmo modo a não demarcação que deveria ter sido realizada antes do processo de criação da reserva é impossibilitada atualmente por agentes internos e o gestor da unidade – ICMBIO não consegue realizar tal procedimento técnico. Desse modo, a lei não tem sido efetiva e os extrativistas sentem dificuldades para realizar suas atividades econômicas, sociais e culturais.

4.2 A ÁGUA COMO PROBLEMA DAS FAMÍLIAS CÉU E CAJUÚNA

Diversos estudos têm mostrado que no Arquipélago de Marajó várias localidades sofrem os efeitos da qualidade da água. Marin (2005) apresenta observações sobre essa problemática para as comunidades quilombolas do

município de Salvaterra. A realidade localizada identificada na Resex Marinha de Soure é semelhante e influencia fatores como a salinidade.

A ilha de Marajó é caracterizada na literatura como “terra anfíbia” (Luxardo, 1951) ou território onde é exercida “a ditadura da água” (Gallo, 1981). Paradoxalmente, nessa terra com abundância de água, grupos sociais experimentam a escassez e a má qualidade da água de consumo doméstico. Nas seis comunidades quilombolas, onde foi realizada a pesquisa de campo – Paixão, Providência, Siricari, Barro Alto, Pau Furado e Deus Ajude, apenas a última dispõe de serviço de caixa d’água e de rede de abastecimento (água encanada),... Contudo, a análise bacteriológica com base em coleta realizada em potes, garrafas plásticas e poços, realizada nos domicílios e na caixa d’água do povoado indicam não ser a água de Deus Ajude apta para o consumo humano. O resultado idêntico aos cinco outros povoados, que não possuem esse serviço de abastecimento, suscita questões sobre processos edafológicos, de salinização e de infiltração das águas no lençol freático que expliquem a contaminação da água e o aumento da salinidade. (MARIN, 2005, p. 2).

Durante a pesquisa a questão da água foi referida pela maioria dos entrevistados, apontando como uma situação crítica. O sonho junta-se à reivindicação por soluções que esperam da gestão da Resex: “Qual é o sonho da Comunidade aqui? Qual é o sonho do pessoal? É a água, é um sonho muito velho...” (A. D., entrevista realizada em 26 de maio de 2013).

As entrevistas com os moradores cajuenses revelam que o principal problema relatado é a não potabilidade da água. A Prefeitura distribui água para beber no verão duas vezes durante a semana; a água do poço é imprópria para o consumo, sendo este o mesmo problema apontado pelas famílias do Povoado do Céu. A pesquisa sobre a saúde em 20 domicílios da Comunidade Cajuína apontou maior número de casos de diarreia e de coceira.

Os questionários aplicados em 20 (vinte) unidades residenciais, além da coleta de água do igarapé e do poço comunitário, totalizando 22 (vinte e duas) amostras, conforme padrão microbiológico de potabilidade da água de beber. O censo compreendeu informações sobre a faixa etária, sexo, renda, habitação, saneamento e saúde. Paralelamente à pesquisa domiciliar, foi realizada a coleta de 22 amostras de água para análise.

Fotos 84, 85, 86 e 87 – Fontes da Coleta de Água. Sentido horário: Igarapé Cajuúna; Poço comunitário; Poço particular (1); Poço particular (2).



Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

Foto 88 – Veículo da Prefeitura distribuindo água, junho/2013.



Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

A Prefeitura de Soure distribui água potável duas vezes na semana, mas os dois camburões por família são insuficientes para satisfazer as necessidades básicas de uso doméstico e pessoal. Recorre-se à água do poço, no verão, e à água da chuva, no inverno. No período chuvoso, diminui a distribuição da água; resta usar também a água do poço, que, conforme diagnóstico, é imprópria para o uso doméstico.

No dia 17 de julho de 2013, obtivemos o resultado da análise microbiológica de água para o total de amostras coletadas. A Profa. Dra. Karla Ribeiro explicou-nos o padrão microbiológico de potabilidade de água, que deve ser menor que um (<1) para o consumo humano.

Conforme levantamento do número de casos de diarreia realizado pelo Posto de Saúde da Comunidade Cajuúna no ano de 2013, três esposas de pescadores tiveram este problema: duas no mês de junho e uma no mês de abril; e, no ano de 2012, foi constatado somente um caso, no mês de dezembro.

Domicílio	Fonte	Resultado
M-01	Água do Pote	10,9
M-02	Água da Geladeira	721,5
M-03	Água da Geladeira	95,9
M-04	Água do Pote	34,1
M-05	Água da Geladeira	1011,2
M-06	Água do Frízer	416,0
M-07	Água da Geladeira	1011,2
M-08	Água da Geladeira	35,9
M-09	Água do Frízer	27,9
M-10	Água do Frízer	29,2
M-11	Água do Frízer	249,5
M-12	Água da Geladeira	139,1
M-13	Água do Poço	1011,2
M-14	Água do Camburão-Prefeitura	<1
M-15	Água do Poço	1011,2
M-16	Água da Geladeira	1011,2
M-17	Água da Torneira	1011,2
M-18	Água do Poço	1011,2
M-19	Água do Poço	1011,2
M-20	Água do Poço	341,1
Poço Comunitário	Poço Comunitário	344,1
Igarapé Cajuúna	Igarapé Cajuúna	533,9

Fonte: Censo domiciliar (Jul./2013).

Resultados da análise microbiológica da água

De acordo com o resultado da análise microbiológica de água para o total de amostras coletadas, apresenta índice superior ao padrão microbiológico de potabilidade de água para consumo. A água dos poços é imprópria para o consumo e/ou uso doméstico. Observamos que o poço comunitário e um dos poços (particular) do M-20, que constituem as fontes mais utilizadas pelas famílias, apresentaram um índice menor, comparando com os demais, em virtude da constante renovação da água, assim como, o resultado da água de beber da M-8, comparando com a água de beber dos demais moradores, apresentou resultado menor de coliformes fecais, tendo em vista que a água tinha hipoclorito de sódio;

mas mesmo assim não está de acordo o padrão de potabilidade para consumo humano.

Uma das amostras, M-14, que é a água distribuída pela Prefeitura apresentou índice menor que um, quer dizer, água saudável para o consumo. Apesar disso, esta água é distribuída somente duas vezes durante na semana, sendo, assim, insuficiente para atender o consumo das comunidades Céu e Cajuúna, tendo as famílias que recorrer à água da chuva, principalmente no inverno.

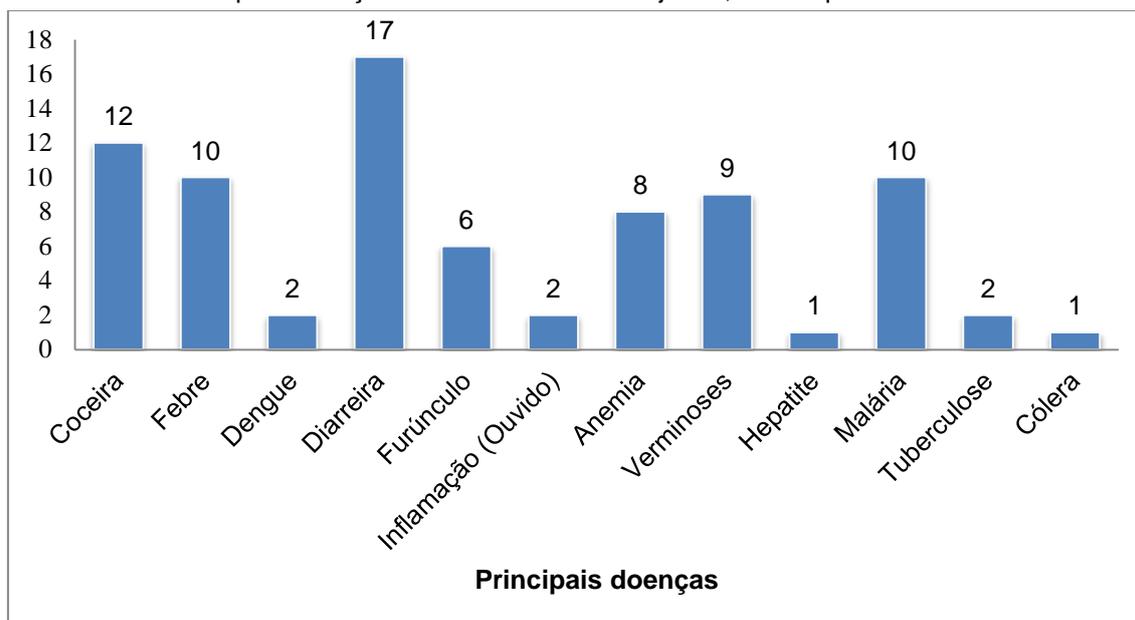
Em relação a alguns domicílios, a água (da geladeira, freezer e pote) para consumo também foi analisada. Esta água foi distribuída pela Prefeitura, porém o resultado apontou a presença de agentes nocivos à saúde. Isto demanda orientação para as famílias, no sentido de que procedam a higienização dos camburões, garrafas e/ou outros recipientes destinados ao armazenamento da água.

A água dos poços é altamente imprópria para o consumo, mas os moradores utilizam-na para as atividades domésticas, lavagem de roupas, das casas, para limpeza de alimentos e para higiene pessoal, como o banho, podendo resultar em problemas na pele, dentre outras doenças, para as mulheres, os homens e as crianças.

Nas comunidades Céu e Cajuúna inexistem abastecimento de água encanada, infraestrutura necessária para a melhoria da qualidade de vida da população. Esta realidade não é diferente do Censo de 2010 do IBGE, relativo à Amazônia, cujo índice de saneamento básico é um dos mais baixos do Brasil, sendo inferior a 10% da população.

Conforme o Censo domiciliar da comunidade Cajuúna, referente a 20 (vinte) domicílios, é possível constatar, em maior número, as ocorrências de doenças – diarreia (17 casos) e coceira (12 casos), há possibilidade que esses casos de doenças sejam advindos da não potabilidade da água.

Gráfico 10 – Principais doenças dos moradores de Cajuúna, em frequência absoluta.



Fonte: Pesquisa de campo, jul./2013.

Também nesses dois povoados não existe coleta de lixo por parte do poder público municipal. Dessa forma, os moradores, na maioria das vezes, queimam os resíduos, prejudicando o solo, prática condenável, porém necessária, haja vista não terem como dar outro destino ao lixo.

Na etapa de investigação na área de estudo e entrevistas com representantes do Povoado Céu, Francisco Neves – Presidente e Teófilo Neves Vice-Presidente da AMPOC – Associação do Povoado do Céu, no dia 14 de julho 2013, durante o Círio de Santa Maria, informaram-nos a existência de um projeto e a possibilidade da água da Comunidade do Pedal chegar até as comunidades Céu e Cajuúna. O Presidente da AMPOC encaminhou Ofício n.º 012/2012 com abaixo assinado ao Palácio do Governo/SEURB para pleitear o Sistema de Abastecimento de Água encanada do Céu e Cajuúna. É possível que por problemas administrativos essas famílias ainda não tenham água potável. De qualquer forma, a análise científica da água permite ratificar a necessidade do abastecimento de água de qualidade para estas famílias e a urgência da intervenção do poder público municipal e federal.

4.3 EXPECTATIVAS DE AUTONOMIA E DE DIÁLOGO COM O ICMBIO

A presença da RESEX Marinha de Soure na vida dos pescadores representa mudanças no modo de viver dos extrativistas e não poderia ser diferente, pois se

trata de uma base instalada legalmente, incluindo direitos e deveres, em especial para os extrativistas. A relação dentro da comunidade era diferente, quando se tinha o capataz funcionário da Colônia, hoje tem-se os frentistas que são as lideranças da comunidade e que defendem a comunidade em relação ao uso dos recursos, impedindo práticas predatórias dentro da unidade, contribuindo com a fiscalização da RESEX. Com a criação da UC tem-se o gestor da RESEX, o que requer que estes viabilizem e busquem solução para os problemas e a consequente melhoria da condição de vida do extrativista. Espera-se atingir um grau de autonomia em relação ao viver em uma RESEX, que implica em três reivindicações: desapropriação de áreas privadas nas limitações da unidade; revisão a compatibilidade ou não das práticas institucionalizadas com práticas tradicionais de uso dos recursos; direito a moradia associado a liberdade de fazer um reparo na casa. Além dessas reivindicações que implicam na flexibilidade legal e de diálogo com os gestores em relação às práticas tradicionais, os pescadores têm expectativas de melhoria quanto ao trabalho na pesca, que implica na estrutura para realização da atividade quanto aos instrumentos de pesca, transporte fluvial, conservação e comercialização do produto, que possa valorizar o preço do produto para o pescador artesanal. Pensamos que a Associação mãe da RESEX poderia contribuir para a melhoria do trabalho do pescador artesanal. Assim como, com fortalecimento das associações locais de forma autônoma e integrada, poderiam reivindicar seus direitos sociais.

Bourdieu (1989, p. 251) entende que o “direito exprime as variações das relações de força no campo social” e que ele tem efeitos simbólicos. Os pescadores mantêm muitas expectativas sobre a RESEX Marinha de Soure e se apropriam de um significado positivo que confiam ampliar mediante uma administração que lhes permita ter voz e expor a consciência de suas necessidades, igualmente, ter credibilidade e valorização de suas práticas preservacionistas, as quais são condição de possibilidade para que eles continuem a existir e se reproduzir social e culturalmente como pescadores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo ambiental revela em si uma multiplicidade de análises e ações, ao estabelecermos relações com a realidade da Amazônia e suas múltiplas singularidades no contexto local ou microsocial, pois envolve elementos étnico-identitários, territoriais e, ao mesmo tempo, esses espaços tem papel relevante no cenário mundial. Isto quer dizer, o microsocial refletido por uma política global que prega o desenvolvimento no contexto mundial, definindo regras preservacionistas que impactam no modo de viver dos povos e comunidades tradicionais.

Há consenso em termos legais que nos últimos anos houve reconhecimento jurídico que favoreceu estes povos, materializada na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Populações Tradicionais, Decreto Lei n.º 6.040, de 07 de fevereiro de 2007.

Neste pensar, a criação das reservas extrativistas no Brasil foi resultado de lutas sociais e cada momento histórico e político contribuiu para produzir essa visibilidade jurídica. Contudo, observa-se que várias medidas não significaram efetivamente a melhoria da qualidade de vida dos extrativistas que dependem dos mangues, dos rios, dos igarapés e de lagos. Refletimos nesta dissertação sobre os pescadores artesanais, trabalhadores tradicionais que vivem no ambiente aquático e também sobrevivem das espécies das águas, usam apetrechos de trabalho rudimentares e suas práticas de trabalho para captura das espécies são transmitidas, na maioria das vezes, através de relações sociais e laços de solidariedade, e não apenas relações de parentesco. O pescador desenvolve e utiliza conhecimentos tradicionais dos fenômenos naturais, como o tempo, as marés, a cor das águas, os sentidos envolvidos para captura das espécies e a consequente localização dos cardumes.

A empiria revelou que o modo de viver do extrativista que habita na Amazônia, em especial na RESEX Soure, ainda guarda estreita relação com passado que se perpetuou no presente, cujas práticas ou saber tradicional se expressam no modo de capturar o alimento para subsistência ou comercialização e, simultaneamente em termos técnicos, o produto do trabalho do pescador artesanal comparativamente as técnicas modernas de captura dos recursos aquáticos, que não agredem o meio ambiente.

Nessa relação homem-natureza, estes trabalhadores tradicionais contribuem para preservação do meio onde vivem; os relatos e observações no lugar apontam cuidados com os recursos naturais, visto a consciente importância do ecossistema para a manutenção da vida. Desta forma é invalidada a teoria que defende que os mais “necessitados” levariam a destruição da natureza, por serem mais numerosos. Estes povos contribuem com a fiscalização e manutenção das espécies, tendo em vista o deficiente corpo administrativo das reservas extrativistas e a presença de invasores que continuam praticando técnicas predatórias.

A política ambiental abstraiu o homem da natureza, diferentemente dos primórdios da humanidade, cuja natureza foi fundamental ao desenvolvimento do próprio homem em uma relação de simbiose, particularmente as comunidades tradicionais da Amazônia. Nas sociedades modernas, com o aparecimento das áreas protegidas, esta relação é dilacerada no contexto das áreas de proteção integral e limitada nas áreas de uso sustentável, causando conflito, descontentamento e em alguns casos sentimento e/ou prática de emigração em virtude de problemas internos e a falta de alternativas, consolidadas em políticas que possam garantir a reprodução econômica e social do extrativista da Amazônia.

As dificuldades em relação ao uso dos recursos se expressam quanto à propriedade da terra e à falta de compatibilidade ou integração dos saberes tradicional e científico. Os pescadores tradicionais questionam algumas práticas institucionalizadas, que não é permitida, particularmente em determinado período do ano, quer dizer durante as fortes chuvas o pescador é impossibilitado de trabalhar, mas precisa sobreviver no interior da RESEX, cuja captura dos recursos somente para sobrevivência não levaria à extinção das espécies. Este é um diálogo necessário entre os pescadores e o órgão gestor da RESEX quanto às práticas de pesca em determinada época do ano, visto que o pescador depende da safra, que sofre influência dos fenômenos naturais.

A falta de emprego no lugar faz que famílias pensem em migrar para os centros urbanos, mesmo sabendo que as dificuldades serão maiores, incompatível com o modo de viver e cultural do homem que depende da natureza. Observa-se que os jovens são os que mais sentem necessidade de sair do lugar. Os pescadores tem consciência das dificuldades da profissão e da redução dos recursos naturais, por isso orientam que seus filhos estudem, pois pensam que acabou o tempo de

poder sobreviver da natureza. Em tempos passados, a maioria dos pescadores, não puderam estudar pela própria atividade da pesca, sem horário definido e pela dificuldade do ensino, diferente dos dias atuais.

A falta de recursos humanos não permite que os gestores da RESEX possam realizar um trabalho mais próximo das famílias, há necessidade que as esferas municipais e estaduais disponibilizem profissionais como do Serviço Social que possam acompanhar essas famílias, principalmente os jovens. O profissional de Serviço Social tem possibilidades no seu campo de atuação e de intervenção para identificar, examinar as situações sociais, aflorando debates sobre a pertinência social de sua atuação.

A problemática advinda da redução dos recursos pesqueiros e da política ambiental faz refletirmos quando se pensa em comunidades tradicionais, em Amazônia, e a conseqüente necessidade de preservação, amplia-se quando pensamos na conservação da natureza associada à cultura das comunidades tradicionais e a importância dos jovens conservarem o saber tradicional e continuarem defendendo o seu patrimônio natural – material e imaterial, sem terem que migrar para os centros urbanos e a importância das políticas públicas e sociais convergirem para os agentes sociais de forma ampla, que possa dar sustentabilidade não só física, como social e cultural para garantir a permanência do homem no seu habitat e que simultaneamente possa manter o modo de viver dos “tempos dos antigos”, como dizem os extrativistas mais idosos.

A ausência de alternativa para sobrevivência no local associado à preservação institucional dos recursos hídricos e florestais obriga que as famílias busquem formas de viver com a diversidade dos produtos naturais existentes nas limitações da RESEX, não na sua totalidade em virtude de áreas particulares. Mas apesar disso, existem famílias que além da pesca como base predominante para consumo e comercialização, buscam alternativas no local para complementar a renda familiar nos períodos de desaparecimento dos recursos hídricos, principalmente no inverno, no período das chuvas e também do defeso em que a pesca é proibida. Quanto a isso, os grupos que coletavam a castanha desmotivaram-se pela falta de apoio dos gestores da RESEX. As famílias tinham apoio da ASSUREMAS, associação mãe da reserva, que facilitava a comercialização dos produtos, hoje poucos coletam e extraem óleo da castanha.

Além da castanha vinda através da maré, nos limites da RESEX tem coco e muruci, que também são recursos florestais que complementam a renda familiar, o retorno é pouco como dito, mas em virtude da sazonalidade da pesca é uma fonte de renda para as famílias. Além dos recursos pesqueiros, as reservas marinhas propiciam possibilidades de geração de renda, através do turismo e artesanato. Mas estas atividades são praticadas somente pelo povoado de Pesqueiro, em virtude do acesso à Vila. Os moradores do Céu e Cajuúna também teriam como alternativa investir nessas atividades produtivas, pelo menos no período das férias, mas o acesso a esses povoados não é livre e o acesso à praia é limitado aos residentes do lugar.

Observamos que os agentes que lutaram para criar uma associação e, através desta fortaleceram a luta para preservação dos mangues, do alimento, porque dependem da natureza, hoje percebem que as práticas predatórias ainda permanecem por falta de fiscalização; e a criação da reserva não atingiu o objetivo esperado – a preservação das espécies, porque, nesse espaço instituído, existem áreas que não foram desapropriadas e os extrativistas não têm direito de usar os recursos da natureza, visto que as terras e os recursos em determinadas áreas são de propriedade privada, atrelado a problemas administrativos.

Nesse território, que não é apenas físico, mas também simbólico, existem relações de poder e de dominação. A Amazônia em virtude da sua mega biodiversidade, desde o seu povoamento, os locais onde tinham recursos e grandes áreas férteis foram ocupados por latifundiários, que marcam a sua gênese aos dias atuais e as políticas de cunho ambiental, a exemplo das reservas extrativistas, que não foram efetivamente criadas como a RESEX Soure, porque as áreas não foram desapropriadas. Assim, os dependentes da natureza, que são os extrativistas, não têm direitos de usufruir dos recursos da unidade de conservação.

Durante pesquisa de campo, um pescador falou do documento das Sesmarias de posse dos latifundiários e disse que somente o Governo Federal poderá intervir; mas historicamente nesse espaço os grandes proprietários de terra têm mantido o domínio até mesmo em relação ao governo e, os residentes da RESEX vivem sob o medo, o que foi possível perceber durante a pesquisa, quase não estão abertos para entrevistas em determinada área da pesquisa, principalmente onde tem mais áreas particulares ou entraves para o pleno direito à cidadania.

A criação da RESEX Soure tem custos e benefícios, visto que foi um processo de luta dos agentes sociais para afastar os agentes externos que utilizavam a pesca predatória e forçavam o esgotamento dos recursos naturais e, assim, era uma ameaça aos pescadores artesanais quanto a escassez desses recursos. No início da criação da reserva os pescadores foram beneficiados com a construção de casas e também com fomento para pesca. Desde então os pescadores já contemplados não tiveram nenhum outro benefício e há consenso quanto à inércia da Associação Mãe, criada pela RESEX para contribuir com a gestão e melhoria da qualidade de vida do extrativista.

Apesar disso, a inexistência de instrumento de gestão, propriedade particular em área coletiva como consequência da não efetividade legal, ameaçam o território dos pescadores, tendo em vista que os dispositivos legais não são efetivos e de alguma forma interferem no modo de viver das comunidades tradicionais, tanto em relação à utilização dos recursos naturais quanto à sua autonomia. Desse modo, os agentes sociais são proibidos de realizar suas atividades econômicas e sociais em sua plenitude. Coloca-se como desafio para o equilíbrio do território pesqueiro, que sejam priorizados os conhecimentos tradicionais, capazes de compatibilizar o meio ambiente com a melhoria da qualidade de vida das comunidades tradicionais.

As ações coletivas têm visibilidade e consolidam acordos nestas comunidades, que contribuem para a conservação do ecossistema, independentes da Lei escrita.

Deste modo, refletindo sobre a problemática da RESEX Soure e a necessidade dos agentes sociais buscarem uma certa independência em relação a unidade de conservação, este estudo propõe o fortalecimento das organizações sociais dos pescadores, cujas ações conjuntas fortalecem a luta para obtenção de conquistas e consequente melhoria da condição de vida, que não se restringe ao alimento, visto que a pesquisa mostrou que o mundo dos pescadores, está para além da atividade da pesca, organizam-se para tomada de decisão da coletividade, participam de festividades religiosas e práticas esportivas.

As associações precisam ser reinventadas em termos de participação com a união entre as unidades sociais será possível o fortalecimento coletivo, visto que os problemas são comuns, a exemplo do Céu e Cajuúna que lutam pelo abastecimento de água há décadas, assim como a falta de estrutura para a prática da pesca e

comercialização do produto, dentre outras dificuldades que interferem na vida social. As famílias que residem na RESEX tem expectativa de melhora no ambiente onde vivem e clamam por solução.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll / Relume & Dumará, 2004.

ALLEGRETTI, Mary Helena. **A Construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável Gestão e Política Ambiental) Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), UNB. Brasília, 2002.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. A Amazônia: a dimensão política dos “conhecimentos tradicionais”. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume & Dumará, 2004.

_____. Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: **terras tradicionalmente ocupadas**. 2. ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2002.

ALVES, Aldair. Teoria de "poder" na relação entre indivíduos e/ou instituições no processo de organização social: um diálogo entre Foucault, Balandier e Bourdieu. **Diálogos - revista de Estudos Culturais e da Contemporaneidade**, v. 3, 2010.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Tradução de John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BENAION, Noval. **A Subordinação Reiterada: imperialismo e subdesenvolvimento no Brasil**, Manaus, ed. EDUA, 2006.

BOSI, Alfredo. **A dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **A força do direito**. Elementos para uma Sociologia do Campo Jurídico. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989.

_____. **O Senso prático**. Tradução Maria Ferreira. 2. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 221 da Presidência da República**. Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca. Brasília, DF, 1967.

_____. **Portaria nº 627 do INCRA**. Cria a modalidade de assentamento extrativista. Brasília, DF, 1987.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

_____. **Decreto nº 98.897 da Presidência da República**. Dispõe sobre a criação das Reservas Extrativistas e dá outras providências. Brasília, DF, 1990.

_____. **Portaria nº 22 do IBAMA**. Cria o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais. Brasília, DF, 1992.

_____. **Lei nº 9.605 da Presidência da República.** Estabelece sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, Brasília, DF, 1998.

_____. **Lei nº 9.985 da Presidência da República.** Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, estabelece critérios e normas para criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Brasília, DF, 2000.

_____. **Decreto nº 6.040 da Presidência da República.** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF, 2007.

_____. **Portaria nº 48 do IBAMA.** Estabelece normas que visam proteger as espécies de peixe durante seu período de reprodução natural. Brasília, DF, 2007.

_____. **Portaria nº 29 do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.** Estabelece a base conceitual do artesanato brasileiro. Brasília, DF, 2010.

DRUMMOND, José Augusto; FRANCO; José Luiz de Andrade; OLIVEIRA, Daniela de. **Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil.** (Conservação da Biodiversidade: Legislação e Políticas Públicas) 2010. In: Memória e Análise de Leis. Disponível em: <http://www.ead.unb.br/aprender2013/pluginfile.php/28053/mod_resource/content/1/Drummond_et_al_2010_UC_legislacao_historico.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2013.

EVELIN, Heliana Baía. **Serviço Social no Contexto das Ciências da Cultura.** 1ª ed. Curitiba: Pappis, 2014.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia,** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FIRTH, Raymond. **Elementos de organização social.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

FONSECA, Haydeé Borges. **Quilombolas de Jambuaçu: seus saberes e educação como fator de politização e identidade.** 123 f. 2011. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento do Desenvolvimento, UFPa/NAEA. Belém/PA, 2011.

GARCIA-MONTRONE, Aida Victória et al. **Práticas sociais, o que são?** São Carlos: PPGE/UFSCAR. Material produzido pelos discentes da disciplina Práticas Sociais e Processos educativos. Universidade Federal de São Carlos – Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFSCAR-SP, 2004.

GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. **Movimentos Sociais na Era Global.** 2. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

GUEDES, Eneias Barbosa. **Território e territorialidade de pescadores nas localidades Céu e Cajuúna Soure-PA.** Belém. 160 f. 2009. Dissertação (mestrado)

CARDOSO, Maria do Socorro da Conceição. Pescadores da Reserva Extrativista Marinha de Soure: práticas sociais no território. Belém: PPGSS/ICSA/UFPa, 2014. Dissertação de Mestrado.

– Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: fatos e leis em uma perspectiva comparativa.** O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 2007.

HAGUETTI, Tereza Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia.** 14. Ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

HOBBSBAWN, Eric; RANGER Terence. **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LEFF, Henrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** 8. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

LISBOA, Pedro. L. B.. **A terra dos Aruã: uma história ecológica do arquipélago do Marajó.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2012.

LITTLE, Paul E. (Org.). **Políticas Ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências.** IIEB. São Paulo: Peirópolis, 2012.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Uso, condições de acesso e controle dos recursos hídricos em comunidades quilombolas do município de Salvaterra (Ilha de Marajó, Pará). In: **Seminário Internacional Águas da Pan-Amazônia: Institucionalização de marcos regulatórios, visões de atores sociais e estratégias,** 2005.

NOGUEIRA, Cristiane Silva. Território de pesca no estuário marajoara: comunidades quilombolas, águas de trabalho e conflitos no município de Salvaterra. In: **Seminário Internacional Águas da Pan-Amazônia: Institucionalização de marcos regulatórios, visões de atores sociais e estratégias.** Belém, 2005.

OLIVEIRA, Ângela Maria Santos. **Subsídios à gestão da Reserva Extrativista Marinha de Soure-Marajó-PARÁ: uma análise dos problemas e conflitos socioambientais.** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais. Universidade Federal do Pará, Belém, 2012

PETERS, Gabriel. **Percursos na teoria das práticas sociais: Anthony Giddens e Pierre Bourdieu.** Dissertação (Mestrado). Unb, 2006.

RAPPAM [*Rapid Assessment and Prioritization of Protected Area Management – Método para a Avaliação Rápida e Priorização da Gestão de Unidades de Conservação*] (2011). In: ONAGA, Cristina Aragão; DRUMOND, Maria Auxiliadora (Orgs.). **Efetividade de gestão das unidades de conservação no Estado do Pará.** Brasília: WWF-Brasil, Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 64 p., 2011.

SANTILLI, Juliana. Patrimônio imaterial e direitos intelectuais coletivos: A evolução do conceito jurídico-constitucional de patrimônio cultural. In: BARROS, Benedita da Silva et al. (Org.). **Proteção aos conhecimentos das sociedades tradicionais.** Belém – Museu Paraense Emílio Goeldi: Centro Universitário do Pará, 2006.

CARDOSO, Maria do Socorro da Conceição. Pescadores da Reserva Extrativista Marinha de Soure: práticas sociais no território. Belém: PPGSS/ICSA/UFPA, 2014. Dissertação de Mestrado.

SHIRAIISHI NETO, Joaquim (Org.). **Direitos dos Povos e das Comunidades Tradicionais no Brasil**. Declarações, Convenções Internacionais e Dispositivos Jurídicos definidores de uma Política Nacional. Manaus: UEA. PPGSA-UFAM / Fundação Ford/PPGDA-UEA, 2007.

SILVA, José Bittencourt da et. al. **Sustentabilidade institucional em Reservas Extrativistas na Amazônia Brasileira**. PAPER NAEA/UFPA nº 316, 2013.

SILVA, Maria das Graças. **Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

VALENCIO, N. F. L. S. **Pesca artesanal como identidade: mercantilização e dissolução de um modo de vida rural**. In: VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, 2006, Quito. **Anais do VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural**. Quito : ALASRU/ FLACSO, p. 1-17.

VIANNA, Lucila Pinsard. **De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação**. Rio de Janeiro: Anna Blume, FAPESP, 2008.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 4. ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2009.

GLOSSÁRIO

Apetrechos: Instrumentos de pesca.

Arrastar: Pescar com rede.

Baixamar: Maré Baixa.

Balanceiro: Responsável pela venda do peixe para feirantes e outros atravessadores.

Braça: Medida de comprimento - movimento que o pescador faz com os braços.

Caçoeira: Rede de náilon.

Calão: Estaca pequena.

Cambada: Lote de peixe para venda (5 a 10 peixes).

Caranguejeiro se deslacha: Torna-se independente do marreteiro.

Caranguejo andado: Corresponde ao período em que os caranguejos saem das tocas para desovar (defeso).

Caranguejo graúdo: Caranguejo grande.

Caranguejo jito: Caranguejo pequeno. Caranguejo miúdo: Caranguejo pequeno.

Caranguejo tirado: Modo de capturar o caranguejo com as próprias mãos.

Catraueiro: Faz o transporte no ambiente aquático.

Cavalhetar: Pescar com tarrafa.

Chopp: Suco de frutas congelado. Os mais vendidos nos povoados de estudo são de muruci e coco, porque são recursos florestais existentes no interior da RESEX.

Chuva concha: Quando passa, faz uma pausa.

Condurua ou condessa: Fêmea do caranguejo.

Defeso: Período de proibição da captura do caranguejo e do peixe.

Desmalhar: Ato de tirar o peixe da rede.

Despescar: Ato de tirar o peixe da rede.

Empate: Estratégia dos seringueiros para combater a derrubada da floresta.

Encarregado: Responsável pela embarcação.

Entralhar: Uma das etapas para tecer redes (amarrar o fio na corda).

Estupidez: Relativo à quantidade de recursos no tempo passado.

Feitio: Modelo.

Frentista: Quem toma a frente para ir cortar a rede, fazer a apreensão no Igarapé Cajuúna.

Guarda mão: Um cabo grande.

Humilhado: Sem força, sem voz, sem trabalho.

Iara: Lenda – mulher que mora no fundo dos rios.

Laço: Técnica predatória de captura do caranguejo.

Malhadeira: Apetrechos de pesca - rede.

Malhar: Quando o peixe está preso na rede.

Malheiro: Tamanho da malha, cujas dimensões variam de acordo com o tamanho do peixe ou crustáceo.

Maré de lance: Quando a água expandir-se e invade o território habitado pelos pescadores.

Marreteiro: Comprador de peixe dentro da comunidade.

Matar: Pescar.

Matinta Perera: Lenda – Velha que a noite se transforma em pássaro.

Meeiro: Ajudante de pesca (tira água da embarcação, tira peixe, mergulha).

Mês da comidia: Quando aparece o cardume de sardinhas, elas trazem os peixes grandes, como: xareu, serra e bagre. Elas aparecem quando a água salga, geralmente de julho em diante.

Moirão: Pau extraído do mangue.

Nizeira/Lizeira: Quando o peixe vomita e solta o pitiú, como: Bagre, Filhote, a Dourada, a Pescada Amarela, Xareu e a Pescada branca. O Pescador identifica o cardume através da nizeira.

Óleo de bicho: Óleo extraído do caroço do tucumã.

O peixe falha: Desaparece

Panagem (medida): Corresponde a 100m.

Panema: Companheiro que não tem sorte para pescar. Não é a falta de peixe as vezes tem o peixe, mas não consegue pescar.

Pegação: Período da captura do caranguejo.

Peixe escasso: Quando desaparece.

Peixe grosso: Peixe grande.

Piracema: É o período de reprodução dos peixes, quando as fêmeas migram para as margens dos rios para desovar.

Pirata: Assaltante do ambiente aquático.

Pitiú: Mau cheiro.

Preamar: Maré grande, alta.

Preço relaxado: Preço baixo.

Proa: Parte da frente da embarcação. Os pescadores ficam sobre a mesma para lançar a tarrafa sobre os cardumes.

Quinhão: Valor da renda do pescado, equivalente a uma parte.

Safra: Período de grande quantidade de peixe.

Serreira: A rede de malheiro 50.

Suvino: Quem deixa de dar algo para alguém.

Tapagem/Tapa: Prática de pesca predatória.

Tarrafa: Instrumento de pesca.

Tarrafeador: Companheiro que pratica a pesca com tarrafa.

Tempo dos antigos: O tempo passado.

Timbó: É uma espécie de cipó que tem no mato, funciona como um sedativo. Era utilizado para intoxicar os peixes.

Tripulação: Grupo de Pescadores na Embarcação.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA EM CAMPO

P E S Q U I S A D E C A M P O P E S C A D O R E S D A R E S E X M A R I N H A D E S O U R E : P R Á T I C A S S O C I A I S N O T E R R I T Ó R I O

Nome do informante: _____ Nome da localidade: _____

Data: ____/____/____ Hora: _____

Quantas pessoas moram na casa? _____ Número de familiares que não moram na casa? _____

Nome completo	Idade	Parentesco com o informante	Escolaridade	Localidade em que nasceu (sítio, povoado, cidade)	Atividades que realiza
01					
02					
03					
04					
05					
06					
07					
08					
09					
10					

I. Território e Trabalho na Pesca.

1. Onde o Sr. pesca no verão? _____

2. A que distância fica este lugar de sua casa? _____ 3. Quantas horas trabalhou na pesca no verão? _____

4. Onde o Sr. pesca no inverno? _____ 5. A que distância fica este lugar de sua casa? _____

6. Quantas horas trabalhou no inverno? _____

7. Quantas pessoas de sua família trabalham na pesca? _____ 8. Você trabalhou com outros pescadores? _____
9. Que acordo vocês realizam nessa pesca de grupo? _____
10. Que vantagem tem a pesca em grupo? _____
11. Quais os melhores meses para pescar, conforme o calendário local? _____ 12. Quais as espécies de peixe, mariscos e outros que você pesca? No inverno: _____ No verão: _____
13. Quantidade que pescou? _____ 14. Que preço vendeu o peixe? Inverno: _____ Verão: _____
15. A quem e onde vende o produto da sua pesca? _____
16. Que outros produtos (andiroba, lenha) vendeu? _____
17. Que dificuldades você encontra na pesca? _____
18. Onde você armazena o pescado e/ou outros produtos? _____
19. Número de aposentados e pensionistas na família? _____ 20. Valor da pensão? _____
21. Valor da aposentadoria? _____

I I . I n s t r u m e n t o s d e p e s c a

1. Que tipo de pesca você realiza? _____
2. Quais são os instrumentos de trabalho que você utiliza para cada tipo de pesca? _____
- _____

3. Que tipo de embarcação utilizada na pesca? _____

4. Se não tem, a quem pertence a embarcação? _____

5. Quais as condições para usar essa embarcação? _____

III. Práticas de preservação dos recursos

1. Que cuidados vocês tem para preservar o mangue? _____

2. Que cuidados vocês têm com os igarapés, rios? _____

3. Que cuidados você tem com: lixo? _____

IV. Organização dos pescadores e relações com a RESEX Marinha de Soure

1. O Sr é membro de qual(ais) Associação (ões)? _____

2. Como funcionam essas Associações? _____

3. Participa de atividades (festas de santos, reuniões, missas, reuniões na escola, no centro comunitário) realizadas em conjunto aqui na comunidade? _____

4. O que vocês conquistaram através da Associação? _____

5. Você participou de algum curso de capacitação? Que tipo de curso? _____

6. Ocorreu alguma situação de conflito na comunidade? _____

7. Por quê? _____

8. Você participou da criação da Resex Marinha de Soure? _____

9. Como foi esse processo? E qual seu envolvimento? _____

10. O que mudou na vida dos pescadores com a criação da Resex Marinha de Soure? _____

11. Como os pescadores viviam e se organizavam antes da criação da Resex Marinha de Soure? _____

12. Como se organizam após a criação? _____

13. Quais os principais problemas enfrentados pelos extrativistas dentro da Resex Marinha de Soure? _____

14. O Sr. participa da gestão da Resex em conjunto com a ASSUREMA e o ICMBIO? De que forma participa? _____

15. Na sua opinião, o que poderá ser feito para melhorar a gestão da RESEX Marinha de Soure? _____

APÊNDICE B – AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA

AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA RESEX MARINHA DE SOURE

O objetivo da autorização é solicitar a permissão dos pescadores e/ou usuários da RESEX Marinha de Soure para entrevista, gravação de voz e/ou filmagem, divulgação dos resultados impresso e/ou em websites da pesquisa realizada com os agentes sociais no ano de 2013.

Eu, abaixo identificado, autorizo a aluna **Maria do Socorro da Conceição Cardoso**, matrícula/UFPA 201217670009, a utilizar minha entrevista a ser veiculada em texto impresso e/ou virtual, desenvolvido como trabalho de conclusão de curso, intitulado "*Organização e práticas de pescadores artesanais face à institucionalização da RESEX Marinha de Soure/PA*".

Esta autorização inclui o uso de todo o material criado que contenha a entrevista concedida no dia ___/___/____, pela aluna supracitada.

NOME DO ENTREVISTADO:

CPF

APÊNDICE C - CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS

..... de de 2013.

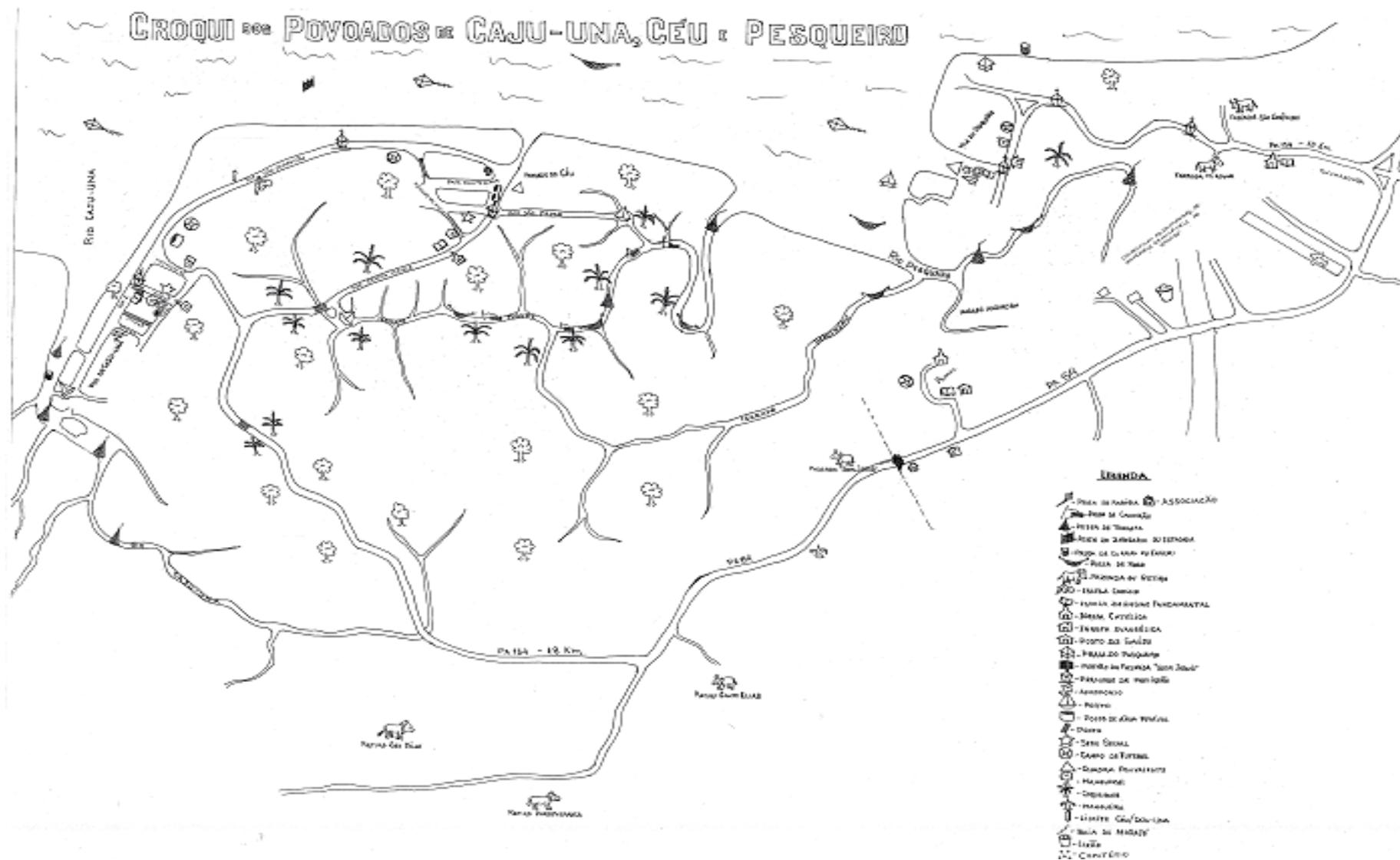
Eu, declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, e de imagem concedida nos dias, para a discente Maria do Socorro da Conceição Cardoso (RG: 1.765.353) e para o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, usarem-na integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e com (sem) restrições de citações de nomes de pessoas, inclusive o próprio, e de instituições, desde a presente data, abdicando de direitos meus e de meus descendentes quanto ao objeto desta carta de cessão, subscrevo a presente.

Assinatura do entrevistado

CARDOSO, Maria do Socorro da Conceição. Pescadores da Reserva Extrativista Marinha de Soure: práticas sociais no território. Belém: PPGSS/ICSA/UFPA, 2014. Dissertação de Mestrado.

ANEXOS

ANEXO A – CROQUI DOS POVOADOS CÉU, CAJUÚNA E PESQUEIRO



Fonte: Croqui feito por Teófilo Neves, vice-presidente AMPOC.

ANEXO B – AUTORIZAÇÃO – ICMBIO



Ministério do Meio Ambiente - MMA
 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
 Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 38208-1	Data da Emissão: 12/03/2013 23:33	Data para Revalidação*: 11/04/2014
* De acordo com o art. 33 da IN 154/2007, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: Maria do Socorro da C. Cardoso	CPF: 306.216.312-72
Título do Projeto: ORGANIZAÇÃO E PRÁTICAS SOCIAIS DE PESCADORES FACE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA RESEX SOURE, MARAJÓ, PARÁ	
Nome da Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	CNPJ: 34.621.748/0001-23

Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)
1	Pesquisa de campo	02/2013	04/2014

Observações e ressalvas

1	As atividades de campo exercidas por pessoas naturais ou jurídicas estrangeiras, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes de cultura nativa e cultura popular, presente e passada, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas a autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.
2	Esta autorização NÃO exclui o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de obter as anuências previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena (FUNAI), da unidade de conservação estadual, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, posseiro ou morador de área dentro dos limites de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.
3	Este documento somente poderá ser utilizado para os fins previstos na Instrução Normativa IBAMA nº 154/2007 ou na Instrução Normativa ICMBio nº 10/2010, no que especifica esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou exportivos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
4	O titular de licença ou autorização e os membros de sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos; e empregar esforço de coleta ou captura que não comprometa a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condições in situ.
5	O titular de autorização ou de licença permanente, assim como os membros de sua equipe, quando da violação da legislação vigente, ou quando da inadequação, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio e o material biológico coletado apreendido nos termos da legislação brasileira em vigor.
6	Este documento não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre acesso a componentes do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospeção e desenvolvimento tecnológico. Veja maiores informações em www.mma.gov.br/gen .
7	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade a fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infra-estrutura da unidade.

Outras ressalvas

1	Apresentar produto final (dissertação), dialogar e negociar anuência com as comunidades-alvo para realizar amostragem e como sugestão elaborar material pedagógico com linguagem popular para orientar as associações e entidades para fortalecimento das comunidades pesqueiras da RESEX Marinha de Soure
---	--

Equipe

#	Nome	Função	CPF	Doc. Identidade	Nacionalidade
1	Rosa Elizabeth Azevedo Matti	Co-orientadora	037.551.302-49	W198782C SRZ/PR-PR	Brasileira
2	Helena Bala Evelyn Soria	Orientadora	019.511.302-00	1300013 SEDUP-PA	Brasileira

Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Município	UF	Descrição do local	Tipo
1		PA	RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE SOURE	UC Federal

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº154/2007. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 19665319



Página 1/4



Ministério do Meio Ambiente - MMA
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 38208-1	Data da Emissão: 12/03/2013 23:33	Data para Revalidação*: 11/04/2014
* De acordo com o art. 33 da IN 154/2000, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: Maria do Socorro da C. Cardoso	CPF: 308.216.312-72
Título do Projeto: ORGANIZAÇÃO E PRÁTICAS SOCIAIS DE PESCADORES FACE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA RESEX SOURE, MARAJÓ, PARÁ	
Nome da Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	CNPJ: 34.621.748/0001-23

Destino do material biológico coletado

#	Nome local destino	Tipo Destino
1	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº154/2007. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 19665319



Página 2/4

CARDOSO, Maria do Socorro da Conceição. Pescadores da Reserva Extrativista Marinha de Soure: práticas sociais no território. Belém: PPGSS/ICSA/UFPB, 2014. Dissertação de Mestrado.



Ministério do Meio Ambiente - MMA
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 38208-1	Data da Emissão: 12/03/2013 23:33	Data para Revalidação*: 11/04/2014
* De acordo com o art. 33 da IN 154/2009, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: Maria do Socorro da C. Cardoso	CPF: 306.216.312-72
Título do Projeto: ORGANIZAÇÃO E PRÁTICAS SOCIAIS DE PESCADORES FACE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA RESEX SOURE, MARAJÓ, PARÁ	
Nome da Instituição : UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	CNPJ: 34.621.748/0001-23

* Identificar o espécime no nível taxonômico possível.

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº154/2007. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 19665319



Página 4/4